

Novos aumentos agravam custo de vida

Moeda nova velhos problemas



Janeiro é, tradicionalmente, o mês dos aumentos dos preços. Muitos já aí estão, outros se prevêem para Fevereiro e Março – água, telefone, transportes públicos.

Estes aumentos agravam a diferença entre o nível de vida dos portugueses e o dos restantes europeus. No ano em que o euro entra em circulação.

Centrais

Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP

Unidade e confiança

A Comissão Política do CC do PCP, reunida na passada segunda-feira, examinou aspectos da situação política na decorrência de eleições legislativas antecipadas e debateu o trabalho preparatório da intervenção eleitoral do PCP.

Pág. 5

Escândalo financeiro e político

Falência misteriosa

O mistério da volatilização da empresa norte-americana Enron – a maior companhia eléctrica do mundo – vai ser investigado pelo Congresso dos Estados Unidos já este mês.

Pág. 15

Setúbal

Nova Câmara é CDU

«Os resultados das eleições trazem-nos responsabilidades acrescidas», disse Carlos de Sousa, presidente da CM de Setúbal, na tomada de posse do novo executivo municipal.

Pág. 6

Por salários e direitos

Lutar em 2002

A CGTP anunciou as reivindicações para 2002, afirmando que os trabalhadores têm fortes razões para lutar e exigir melhores salários e respeito pelos seus direitos.

Pág. 9

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.º-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 44,90 euros
9 000\$00

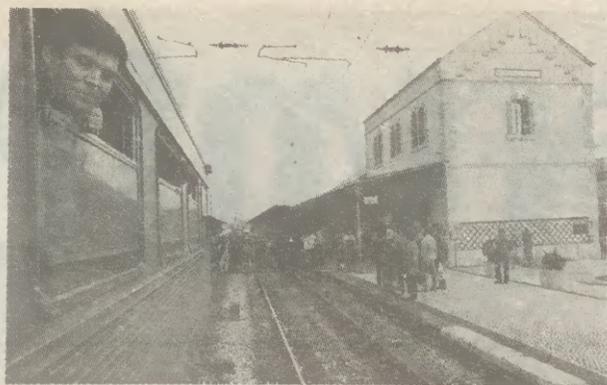
25 números: 23,00 euros
4 600\$00

EUROPA
50 números: 114,75 euros
23 000\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 164,60 euros
33 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Revisores da CP das linhas de Sintra e Azambuja em greve

Resumo

3 Quinta-feira

A Federação Nacional dos Médicos garante que o decreto-lei que acaba com a eleição dos directores clínicos e enfermeiros directores, aprovado em Conselho de Ministros, não é constitucional. O Ministério Público acusa o ex-presidente do Benfica, João Vale e Azevedo, no âmbito do caso da venda dos terrenos Sul do clube à Euroárea. Um bombardeamento norte-americano causa a morte a 32 civis no Afeganistão. O secretário da Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, manifesta-se reticente a propósito de negociações para a rendição do chefe dos talibã, o Mullah Mohammad Omar.

4 Sexta-feira

Os revisores da CP que efectuam serviço nas linhas de Sintra e Azambuja estão em greve em protesto contra a imposição da empresa de uma escala única de serviço. O exército israelita efectua uma incursão perto da cidade autónoma palestina de Naplus. O mediador norte-americano para o processo de paz no Médio Oriente, Anthony Zinni, exige que seja aplicado, de imediato, o plano Tenet, elaborado pelo presidente da CIA. Três soldados e dois civis indianos ficam feridos durante confrontos entre tropas indianas e paquistanesas, na fronteira de Caxemira.

5 Sábado

O Sindicato dos vidreiros da Marinha Grande afirma que estão reunidos todas as condições para que a Mandata regresse à actividade. A Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra renova a intenção de apresentar uma queixa contra o Estado português no Tribunal Internacional dos Direitos do Homem; a iniciativa visa obrigar o Governo a antecipar, para os 55 anos, a idade da reforma dos ex-combatentes. O governo argentino denuncia «fortes pressões» por parte do sector financeiro e das grandes empresas de serviços, que receiam ser afectadas pela desvalorização do peso e pelas medidas económicas que estão a ser debatidas no Parlamento. As Forças Armadas da Rússia matam sete separatistas na Chechénia, enquanto os independentistas reivindicam a morte de 16 soldados russos.

6 Domingo

A Direcção da Organização na Emigração do Partido Comunista Português critica os atra-

tos de pagamento de salários nos consulados portugueses, depois da paralisação dos funcionários do Consulado de Portugal em Toronto, no Canadá, justificada pelo não pagamento, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses, dos vencimentos de Dezembro. Termina a cimeira dos países sul asiáticos realizada em Katmandu sem que os líderes da Índia e do Paquistão tenham dado passos decisivos para abrandar as tensões bilaterais. O mediador americano Anthony Zinni reúne-se com os chefes da segurança israelita e palestina antes de dar por terminada a sua missão no terreno e passar o testemunho a Javier Solana. Após a demissão de Renato Ruggiero, o primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, assume interinamente a pasta dos Negócios Estrangeiros.

7 Segunda-feira

Os enfermeiros do Hospital de São Marcos de Braga realizam um plenário de protesto, contra a falta de pagamento de retroactivos decorrentes de alterações de carreiras. A taxa de alcoolemia de 0,2 gramas por litro de sangue é suspensa por decisão governamental. A Autoridade Nacional Palestiniana manifesta a sua desilusão pelos resultados alcançados no encontro entre responsáveis palestinianos e israelitas, realizado em local secreto no centro do país, sob a mediação do general norte-americano, Anthony Zinni. Os chefes das diplomacias da China, Rússia e quatro países da Ásia Central iniciam uma reunião em Pequim para debater a situação no Afeganistão e o combate global ao terrorismo. Cerca de 1500 pessoas residentes em cinco localidades da costa do sul de Nova Gales são evacuadas devido aos incêndios que continuam a fustigar a Austrália.

8 Terça-feira

São arquivadas as queixas dos portugueses que pretendem a devolução das quantias pagas nos actos de registo e notariado. O presidente da Estónia demite-se na sequência das divergências do governo de coligação de centro-direita. A Espanha inicia o exercício da terceira presidência da União Europeia com uma reunião da Comissão Europeia, em Madrid, a que assistirão o Chefe do Governo, José Maria Aznar, e o presidente da CE, Romano Prodi. Um dos sete activistas árabes refugiados no hospital de Kandahar, no sul do Afeganistão, suicidou-se ao fazer deflagrar os explosivos que transportava no corpo.

Aconteceu

Impedidos de voltar para casa

Milhares de pessoas encontravam-se segunda-feira detidos devido ao mau tempo, em Tânger, Marrocos, à espera de transporte para atravessar para a outra margem do Mediterrâneo.

Após dois dias de adiamento na travessia, o parque de estacionamento em Marrocos ficou transformado num autêntico acampamento. A maior parte dos seus novos habitantes eram marroquinos, mas existiam tam-

bém portugueses, espanhóis, italianos e franceses que procuravam informações sobre o tráfego marítimo na ânsia de chegarem a casa ou mais depressa possível.

Domingo, a paciência das pessoas esgotou-se. Cansados de esperar, os viajantes foram para as ruas, interromperam o trânsito e exigiram cobertores, comida e acompanhamento médico, nomeadamente para crianças e idosos.



Médicos à espera do veto

A Ordem dos Médicos espera que o Presidente da República use «os mesmos critérios» na avaliação do diploma sobre a nomeação dos directores clínicos e de enfermagem que utilizou para o vetado Acto Médico.

Para o Bastonário da Ordem dos Médicos, Germano de Sousa, a falta de discussão no Parlamento do diploma do Acto Médico, invocado por Jorge Sampaio quando, em Setembro de 1999, vetou o diploma, «pode ser igualmente apresentada» pelo Chefe do Estado.

Em declarações à Agência Lusa, Germano de Sousa lamentou todo o processo do diploma que traz de regresso a nomeação dos directores clínicos e enfermeiros-directores, até agora eleitos pelos seus pares e, posteriormente, confirmados pela tutela. A começar, critica o «secretismo» da avaliação do diploma em Conselho

de Ministros, que ocorreu no dia 19 de Dezembro último.

O documento, que não foi indicado como aprovado nessa reunião foi, contudo, avaliado e - tendo em conta a gestão corrente do Governo provocada pela demissão do Primeiro-Ministro - encaminhado para a Presidência da República. Cabe agora a Jorge Sampaio vetar ou promulgar o diploma.

Germano de Sousa não tem dúvidas de que, a ser aprovado, se trata de um diploma «inconstitucional», frisando mesmo «não tem importância fundamental para o país ao ponto de exigir uma promulgação do Presidente da República». Nem irá o mesmo, para o Bastonário da Ordem dos Médicos, resolver qualquer questão nos hospitais portugueses: «Pelo contrário, só irá criar mais dificuldades», concluiu.



Taxa de alcoolemia suspensa

A taxa de alcoolemia máxima permitida voltou, segunda-feira, aos 0,5 gramas por litro de sangue, por um período de pelo menos 10 meses, na sequência da suspensão de uma regra aprovada no âmbito da revisão do Código da Estrada, que entrou em vigor a 1 de Outubro.

Os condutores entretanto multados com uma taxa de alcoolemia entre os 0,2 e os 0,5 gramas por litro de sangue não terão de pagar a respectiva coima. Aqueles que, nas mesmas condições, já pagaram as multas e não interpuseram recurso, não terão direito a reaver o seu dinheiro.

A par da suspensão da antiga taxa é criada uma comissão de acompanhamento e avaliação relativamente às causas das infracções e acidentes, com especial incidência para a alcoolemia e eficácia das medidas preventivas. A comissão, que será constituída por três membros nomeados pela Assembleia da República e dois pelo Governo, tem seis meses para apresentar um pri-

meiro relatório ao parlamento.

A imposição da taxa de 0,2 gramas provocou um coro de protestos na oposição, nos produtores de vinhos e até no PS. A suspensão foi aprovada a 30 de Novembro, promulgada a 18 de Dezembro por Jorge Sampaio, tendo sido publicada no dia 2 de Janeiro no «Diário da República». Devido ao período de férias, a norma só entrou em vigor segunda-feira.

Gitap pagou IVA ao PS

A Gitap, uma empresa que faz estudos e projectos para as câmaras lideradas pelo PS, incluiu na sua contabilidade despesas do partido de Guterres, o que permitiu ao PS não pagar IVA referente à aquisição de mercadorias.

A notícia foi avançada na edição de terça-feira do jornal «Público», que desenrolou um novelo com base no processo judicial em que é arguido Luís Monterroso, antigo presidente da Câmara da Nazaré.

O matutino refere escutas da PJ a conversas telefónicas entre os responsáveis da Gitap e dirigentes socialistas onde estes referem várias vezes que «pelo telefone não se pode falar».

Ainda segundo o jornal, Joaquim Raposo, presidente da Câmara da Amadora, e Miguel Coelho, líder da concelhia do PS de Lisboa, chegaram a trabalhar na Oficina de Eventos, uma empresa de marketing político criado pelos donos da Gitap, para as autárquicas de 1993.

Incendiários obrigados a visitar unidade de queimados

A nova legislação anunciada na passada semana pelo governo do Estado australiano de Nova Gales do Sul, Austrália, obriga os pirómanos a visitar as unidades de queimados para comprovar as consequências dos seus actos. Além disso, vai ser imposto aos autores dos incêndios trabalhar na reconstrução e limpeza das áreas afectadas.

Entretanto, cerca de 80 frentes continuam ainda a arder e o Serviço Rural de Bombeiros alertou mais uma vez que as mudanças constantes do vento, que em alguns locais atinge velocidade superior a 60 quilómetros por hora, as altas temperaturas e baixa humidade, podem agravar a actual situação.

Terça-feira, milhares de pessoas começaram a regressar às suas casas depois de as terem abandonado devido à ameaça das chamas dos incêndios que deflagraram há duas semanas.

Crónica Internacional

• Jorge Cadima

O massacre continua

Algo de estranho se passa. Garantem-nos que as operações militares dos EUA contra o Afeganistão foram um grande êxito, faltando apenas «limpar bolsas de resistência» e capturar algumas personagens mais importantes. Mas chegam-nos notícias cada vez mais frequentes de novos bombardeamentos e mais vítimas civis.

No dia da tomada de posse do novo governo, instalado em Cabul pelas bombas norte-americanas, aviões dos EUA bombardearam uma coluna de automóveis transportando chefes de aldeias que iam participar na cerimónia oficial, provocando dezenas de mortos. No dia 27 de Dezembro, novo bombardeamento dos EUA mata 40 civis na aldeia de Ghazni, a sudoeste de Cabul. O Ministro da Defesa do novo governo afegão pede a cessação dos bombardeamentos. Oralmente, a resposta dum porta-voz do Ministério da Defesa americano foi que os EUA bombardeiam o que querem, quando querem, onde querem: «faremos o que for necessário para atingir o que for que queiramos atingir» (TSF Notícias on-line, 28.12.01). A resposta prática veio dois dias depois, com um novo massacre da população civil. Por entre as habituais manobras de confusão com que a comunicação social enterra a notícia («não confirmado», «número de vítimas em disputa», «o Pentágono afirma tratar-se de um alvo legítimo...») o jornal

britânico *The Times* (4.1.02) escreve: «Mulheres e crianças desarmadas foram perseguidas e mortas por helicópteros americanos durante um ataque a uma aldeia afegã que deixou 52 mortos, indicaram ontem as Nações Unidas, citando um relatório não confirmado. Algumas das vítimas, que incluíam dez mulheres e 25 crianças, foram alegadamente mortas no ataque aéreo inicial contra a aldeia de Niazi Qala, na província de Paktia, outras enquanto fugiam para abrigos, e um terceiro grupo enquan-

to procurava salvar os sobreviventes, afirmou Stephanie Bunker, porta-voz da ONU em Cabul. Ela afirmou que 15 aldeões, incluindo mulheres e crianças, fugiram para Norte, em direcção a uma fonte de água. Foram atacadas e nenhuma sobreviveu». A referida porta-voz da ONU acrescentou que «todos os feridos e mortos eram civis» (*The Independent*, 4.1.02). E a BBC (3.1.02) acrescenta que «fontes locais sugerem um número de vítimas muito superior, com entre 107 e 120 mortos e pelo menos 10 feridos».

Barbárie é evidente. Mas não é novidade. O jornal *Irish Times* (2.1.02) recapitula algumas das mais significativas barbáries anteriores desta «guerra contra o terrorismo»: «em 11 de Outubro, mais de 160 civis foram mortos num raid aéreo em Karam, a oeste de Jalalabad. [...] Em 18 de Outubro, o mercado central de Sarai Shamali, perto de Kandahar, foi bombardeado e 47 civis foram mortos. Em 23 de Outubro, aviões dos EUA voando a baixa altitude metralharam as aldeias de Bori Chakar e Chowkar-karez, a norte de Kandahar, matando 93 civis. Em 10 de Novembro, aldeias do distrito de Khakrez foram bombardeadas e mais de 150 civis mortos. Em 18 de Novembro, bombardeamentos por B52s americanos mataram novamente mais de 150 civis». O mesmo jornal refere a resposta de um porta-voz do Pentágono a perguntas sobre os mortos de Chowkar-karez: «estão mortos porque nós os queremos mortos». Um professor norte-americano, Marc Herold, deu-se ao trabalho de contabilizar os mortos civis afegãos relatados na imprensa, e afirma ultrapassarem já o número oficial de mortos do ataque ao World Trade Center, com uma média diária de 62 mortos civis desde o início da guerra.

Mas há mais do que uma maneira de matar. Escreve o *The Guardian* (3.1.02) sobre um campo de refugiados no Afeganistão (Maslakh, perto da cidade de Herat): «o campo alberga mais de 350 000 afegãos deslocados, dos quais morrem 100 por dia, de frio e fome. [...] Ian Lethbridge, director executivo da organização de auxílio *Feed the Children*, afirma que Maslakh é dos piores [campos de refugiados] que já viu em mais de 15 anos de trabalho com desastres humanitários. [...] Izzah Burza, de 38 anos, e a sua família estão no campo [...] há um mês. Escaparam à guerra e à seca, e foram para lá atraídos por boatos de que haveria comida. Até hoje não receberam nada. "Viajámos mais de 125 milhas para cá chegar. Quando cheguei tinha quatro crianças, hoje já só tenho duas. Há uma semana que não comemos nada"».

Dizem-nos que a guerra acabou, e que foi um grande êxito. E por isso querem mais guerras dentro em breve. O massacre continua...

Mulheres e crianças desarmadas foram perseguidas e mortas por helicópteros americanos

Editorial

COISAS DA POLÍTICA DE DIREITA

Com o novo ano chegaram os habituais aumentos dos preços dos bens essenciais. Desta vez, esses aumentos surgem acrescidos dos arredondamentos (para cima, obviamente) resultantes da passagem para o euro. «A introdução física do euro tem custos para todos, que são mais do que compensados pelas vantagens», informou o Governador do Banco de Portugal, em recente entrevista – e com isto queria ele dizer que, como a realidade está a mostrar, tem mais custos para uns (sempre os mesmos) e mais vantagens para outros (sempre os mesmos)...

Complementando os aumentos dos preços, chegam as também habituais notícias sobre a necessidade de «contenção salarial» e... do correspondente aumento dos lucros do grande capital. Tudo isto, somado, significa que se agravam as condições de vida de quem trabalha e vive do seu trabalho, ou seja da maioria dos portugueses.

É claro, também, que estes aumentos dos preços e esta contenção salarial acentuarão ainda mais a já grande diferença existente entre o nível de vida dos portugueses e o dos restantes cidadãos europeus. Sabe-se que Portugal ocupa lugar cimeiro, na União Europeia, em matéria de pre-

ços, nos selos de correio, no registo automóvel, na electricidade... Além disso, e sempre na base das mesmas preocupações sociais, está previsto, para Fevereiro, o aumento das chamadas dos telefones de rede fixa e, para Março, o da água... e, como vem sendo hábito, o dos transportes.

No entanto, e curiosamente, o grande destaque nesta matéria, por parte da generalidade da comunicação social, foi para a descida do preço da gasolina sem chumbo 95. Tal destaque decorre, tudo o indica, do facto de esta insólita baixa de preço ter feito, nestas circunstâncias, o papel do homem que mordeu o cão...

Acresce que, como acima se disse, em matéria de salários, «contenção» é a palavra chave. Explica o Governador do Banco de Portugal que «a política orçamental foi errada» pelo que é necessário, agora, proceder a «ajustamentos» vários, o principal dos quais tem a ver, como não podia deixar de ser, com salários. É necessário, diz, que a inflação – que foi elevada em 2001: 4,3/4,4% – «caia de forma vincada» em 2002, o que implica que os aumentos salariais sejam definidos a partir da inflação que se quer que haja em 2002 e não na que, de facto, houve em 2001. O truque é velho, muito velho, apesar das roupagens de «modernidade» que fazem o vestuário típico dos protagonistas da política de direita.

“Os trabalhadores portugueses são os mais mal pagos e o custo de vida em Portugal é o mais elevado”

ços e igual posição em matéria de salários baixos. Ou, dito por outras palavras: os trabalhadores portugueses são os mais mal pagos e o custo de vida em Portugal é o mais elevado. Sabe-se, ainda, que Portugal (com as taxas de crescimento que tem tido) precisa de meio século para atingir o nível de vida médio na União Europeia. E tudo isto confirma que os «oásis» e «paraísos» prometidos por todos os executantes da política de direita – tanto o «pelotão da frente» garantido pelos governos do PSD, como a garantia dada pelos governos do PS de Portugal alcançar os restantes países da União Europeia no espaço de uma geração – não passavam de operações propagandísticas, no mínimo revelando um profundo desprezo pela inteligência dos portugueses. Enfim, coisas da política de direita.

Como pode observar-se nesta edição do «Avante!», os aumentos começaram em Dezembro, mês em que o Governo de António Guterres (e Ferro Rodrigues) decretou a subida dos preços dos medicamentos e a descomparticipação, para já, em 26 marcas de fármacos. Depois, dando continuidade plena à sua característica forma de tratar da saúde aos portugueses, o Governo do PS decidiu aumentos – nalguns casos, brutais – no pão, nas portagens, nos segu-

Insista-se e repita-se: na situação concreta que vivemos, para o PCP o adversário principal é a política de direita, quer ela seja executada pelo PSD quer pelo PS. Combater essa política, procurando mudá-la e conferir-lhe o necessário conteúdo de esquerda constitui, assim, um objectivo essencial da intervenção dos comunistas – objectivo que será tanto mais possível de alcançar quanto mais forte for a expressão social, eleitoral e política do Partido.

As batalhas que, no momento actual, se colocam aos comunistas – de entre as quais emerge, pela sua importância óbvia e pela sua proximidade, a batalha eleitoral das legislativas – exigem-lhes determinação, empenhamento, confiança; exigem um partido unido, coeso, em condições de as travar com êxito e, assim, melhor poder cumprir os seus compromissos face aos trabalhadores, ao povo, ao País.

Daí a relevância do Comunicado saído da reunião da Comissão Política no qual se abordam aspectos marcantes da situação política, eleitoral e partidária; no qual se sublinha a importância da realização, em curso, de plenários de militantes para debate da situação pós-autárquicas e visando mobilizar a necessária e indispensável contribuição da opinião e da reflexão do colectivo partidário para a definição das orientações e linhas de intervenção do Partido na situação actual; no qual se «apela a todos os militantes para que, independentemente de diferenças de opinião, contribuam construtivamente no plano da reflexão e da acção para que o PCP, na próxima batalha eleitoral, possa estar à altura das suas responsabilidades democráticas e nacionais e, em unidade e com confiança, possa vencer este importante desafio e nele dar mais força a justas aspirações dos trabalhadores e do povo portugueses».

Actual

Quem disse?

• Vítor Dias

Quem disse e quando que «na sequência dos resultados das eleições autárquicas, foi desencadeada uma intensa e articulada ofensiva que (...) tem procurado deturpar, caricaturar e denegrir aspectos essenciais da orientação da intervenção e do posicionamento político do PCP»? E que «essa ofensiva tem procurado, nomeadamente, apresentar o PCP como um partido que faria do PS o seu «inimigo principal» e adoptaria, perante o partido do Governo, uma atitude de intransigência e de recusa ao diálogo, que praticaria uma oposição cega e sistemática em relação à política do Governo e que, supostamente desprovido de um projecto e de propostas construtivas, estaria meramente acantonado na defesa de interesses sociais muito limitados»?

Quem disse que «tais acusações são frontalmente desmentidas pela orientação e acção do PCP, destinam-se a promover uma flagrante inversão de responsabilidades que proteja e absolva o PS, e representam novas expressões da fracassada

ambição de arrastar o PCP para a cumplicidade com uma política cujas opções e eixos fundamentais sempre combateu»?

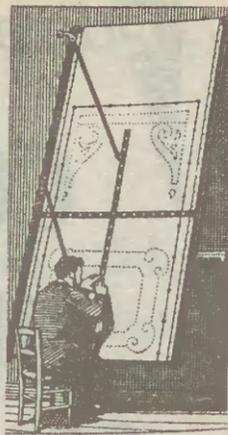
Quem logo acrescentou ser «oportuno recordar que os sucessivos entendimentos com a direita (...), que têm viabilizado as opções políticas fundamentais do Governo PS, longe de resultarem de qualquer estado de necessidade face a uma pretensa intransigência ou rigidez do PCP, antes resultam de uma escolha estratégica há muito feita pela direcção do PS, em estrita correspondência com o real conteúdo da sua política»?

Quem advertiu que «com a aproximação de eleições legislativas, o PS e o PSD procurarão cada vez mais aprisionar os eleitores na falsa opção entre manter o PS no governo, com uma política de direita, e o regresso da direita ao governo»?

E quem é que salientou que «neste quadro, a acção, a intervenção e a iniciativa política do PCP devem ter como grande eixo unificador o objectivo de favorecer que se amplie a compreensão e consciência de que é

possível uma alternativa progressista e de esquerda à alternância entre PS e PSD na realização de uma política no essencial semelhante, e que será o reforço da influência eleitoral do PCP (e uma diferente correlação de forças entre o PCP e o PS) que melhor inviabilizará tanto uma reabilitação eleitoral da direita como a continuação da actual política do PS, e que mais favorecerá uma verdadeira alternativa democrática e uma nova política»?

Com estas exactas palavras, terá sido a Resolução do XVI Congresso do PCP? Algum documento do Comité Central do último ano? Não e não. Foi o documento «Novo Impulso», aprovado pelo Comité Central em 15.2.98, com os votos a favor que se sabe.



O pantanal

• Carlos Gonçalves

Por estes dias, é curioso, no quintal dos media dominantes, em que uns tantos escribas se comentam uns aos outros, são vários os artigos sobre o pântano em que caiu o Governo demitido e em que se atolam as opções do PS e PSD.

A celeridade da crise política terá contribuído para que, ao contrário do costume, perto de eleições, esta evidente realidade não se eclipsasse subitamente, na dramatização das incontornáveis divergências fictícias, entre PS e PSD. Mas, não haja ilusões, cedo, muitos e insuspeitos fatores tornarão esmagadora a mistificação.

Vale a pena por isso reter duas notas de síntese sobre o pantanal.

Primeira nota. Nestes anos de governação PS o pântano foi uma realidade. Um pantanal de «enormes grupos de interesses sentados à mesa do Orçamento», como dizia Sousa Franco, de domínio avassalador do poder político pelo poder económico, como em Bicesse, quando Guterres combinou com os «titulares de 20% do PIB nacional», o destino dos 3000 milhões do Quadro Comunitário, ou quando a reforma fiscal-nascida da luta e da proposta do PCP - viu revogadas a taxação de mais valias e a reforma do imposto sobre o património.

Um pantanal que exclui a cidadania e esvazia a democracia, porque o poder real se transfere para interesses, lobbies, maçonarias,

«obras», etc., e em cuja lama, boys e clientelas boiam à babugem, porque cuidam mais de sinecuras e negócios, que de saber se governa o PS, o PSD, ou ambos, com ou sem o PP.

Segunda nota. Está dito, por todos os que em algum momento reflectiram com uma nesga de independência sobre a «política à portuguesa», que PS e PSD navegam num pântano político em que escasseiam diferenças significativas de projecto, sobretudo nas políticas mais essenciais e estruturantes. Na política económica e orçamental de «rigor», em benefício da polarização da riqueza e de regressão de salários e direitos. Na política de integração europeia federalista, em prejuízo da coesão social, da transparência democrática e da soberania. E em matéria de sistema político, em que o putativo líder do PS se juntou à direita batoteira que visa a bipartidarização artificial.

Por isso, por esta vez, vale a pena responder a J.A.Saraiva, que pergunta no último «Expresso»: «se as propostas do PS e PSD quase não se diferenciam, como escolher entre elas?»

A resposta, ao contrário do que ele diz, não está nem na engenharia de imagem, nem na retórica. Não há escolha no pantanal do «centrão». A única via, por muito que doa a J.A.Saraiva e não só, é o reforço do PCP e da CDU - para apoucar o pantanal e tornar possível uma alternativa à esquerda.



Com amigos destes...

• Anabela Fino

O destaque dado nos últimos dias pela generalidade dos órgãos de comunicação social a questões internas do PCP é deveras notável. Confirmando o ditado «não há fome que não dê fartura», eis que de uma penada se dá honras de primeira página ao partido político que de forma sistemática e deliberada é votado ao mais obstinado silêncio.

A atenção que Belmiro de Azevedo, Pinto Balsemão e outros padrões da imprensa decidiram de súbito dar ao PCP só pode ser entendida, segundo creio, pela profunda simpatia que lhe merecem os comunistas. Tão profunda que as mais das vezes nem se nota, é certo, mas nem por isso menos efectiva, como mais uma vez se comprova.

Não fora a simpatia e o interesse que lhe merece o terceiro maior partido português; não fora a preocupação com a sua eventual perda de influên-

cia; não fora o desejo sincero de ver crescer e prosperar quem combate o capitalismo e o imperialismo e tem na sua razão de ser a construção de uma sociedade sem classes, sem explorados nem explorados, não fora tudo isto, dizia, e nada justificaria que alguns dos principais representantes do capital abrissem as portas das suas próprias casas, isto é das suas empresas, para que nelas tenha lugar o debate que há-de levar à renovação e reforço do PCP.

É bem verdade que as múltiplas iniciativas de âmbito nacional levadas a cabo pelos comunistas, como por exemplo a recente recolha de cerca de 200 000 assinaturas em defesa de melhores salários e mais qualidade de

vida, não mereceram qualquer destaque na imprensa. É certo que a intensa actividade parlamentar, sindical, autárquica dos comunistas não suscita particular inte-

resse dos media na maior parte dos meses do ano. É um facto que as inúmeras tomadas de posição dos órgãos dirigentes do PCP sobre as mais variadas questões de interesse nacional e internacional são sistematicamente reduzidas a meia dúzia de linhas, quando não mesmo ignoradas. Nada disto porém tem muita importância. O que importa é que, nos momentos cruciais, estão lá, abertos, disponíveis, interessados, intervindo e aconselhando para que o PCP se reforce e se renove.

Que melhor prova de confiança poderíamos desejar do que esta, quando tantos se atropelam para afirmar que o PCP, no curto espaço que medeia até 4 de Fevereiro (data legal para a apresentação de candidaturas às próximas eleições), pode elaborar e discutir uma nova estratégia política, realizar um Congresso, formar listas, aprovar um programa de governo, mudar de direcção e aparecer renovado em folha ao eleitorado?

Costuma dizer-se que é nas horas difíceis que se vêem os amigos, e é bem certo.



Frases

“Carrilho considerou que o que podia fazer no Governo já não justificava os silêncios. Ferro Rodrigues pensou o contrário - e continuou”

(Eduardo Prado Coelho, *Público*, 07.01.02)

“O regime é uma ficção, que precisa de um tratamento de choque. Infelizmente, não parece provável que ele comece em Março. Trocar o sr. Guterres pelo sr. Barroso ou pelo dr. Rodrigues não toca no essencial (...) A comédia vai continuar.”

(Vasco Pulido Valente, *Diário de Notícias*, 06.01.02)

“Portugal é ainda um país pobre quando comparado com os seus parceiros europeus (...) Por ser pequeno, exige governantes com coragem, que não (...) tenham receio dos interesses instalados”

(Francisco Azevedo Silva, *Diário de Notícias*, 05.01.02)

“Ontem como hoje, não é difícil perceber o que pretendem os renovadores comunistas. Basicamente, desejam que o PCP altere os estatutos e o seu programa para tornar mais fácil uma ambicionada aproximação ao PS. Seja como for, mesmo à custa dos princípios, querem chegar ao poder como muletas dos socialistas.”

(António Ribeiro Ferreira, *Diário de Notícias*, 07.01.02)

“No fundo, defendem a dissolução progressiva do Partido Comunista no enorme pântano político do socialismo democrático, um mistério político ainda por resolver”

(Idem, *ibidem*)

“Ferro disse o que disse e o seu contrário. Radical e liberal; colectivo e individual; público e privado; com e sem reforma fiscal; com e sem protecção sindical; com e sem despedimentos; com e sem círculos uninominais. Foi quanto bastou para concluir: “Quem quer tudo não sabe o que quer””

(António Barreto, *Público*, 06.01.02)

“Com a gravidade que a situação assumiu nas cadeias, é incompreensível que o ministro António Costa não tenha chamado a si a gestão da crise e que se tenha remetido a um acompanhamento distante da aplicação das medidas decididas há meses para travar a espiral de violência”

(Luís Miguel Viana, *idem*)

“Depois do tão proclamado “fim da história”, está agora na moda decretar o “fim da esquerda” (...) Mas caberá, então, perguntar: se já não há “esquerda” nem direita”, então onde é que fica o “centro”?”

(Alfredo Barroso, *Expresso*, 05.01.02)

“Se as eleições de Março voltarem a ser disputadas, tanto pela esquerda como pela direita, sem convicções nem propostas claras, os únicos «centristas» serão os eternos oportunistas, que tiram vantagens pessoais deste regime de alternância sem alternativa”

(Manuel Villaverde Cabral, *Diário de Notícias*, 04.01.02)

“O trauma dos atentados de 11 de Setembro criou um perigoso caldo de cultura para a reafirmação de fantasmas persecutórios não muito longe na história americana”

(Ruben de Carvalho, *idem*)

Comunicado da Comissão Política do PCP

1. Reunida em 7 de Janeiro, a Comissão Política do PCP examinou aspectos da situação política na decorrência da convocação de eleições legislativas antecipadas e debateu o trabalho preparatório da intervenção eleitoral do PCP.

2. No quadro pré-eleitoral em desenvolvimento, a Comissão Política regista como particularmente significativo a confirmação de que o PSD e o CDS-PP não têm nada de bom e de novo para oferecer ao país e que as posições e orientações expressas pelo principal candidato a líder do PS se traduzem, no essencial, na insistência nas mesmas opções fundamentais que marcaram negativamente a governação do PS nos últimos seis anos. Neste âmbito, e entre muitas outras, a Comissão Política do PCP destaca pela sua especial gravidade e significado a insistência na criação de círculos uninominais (concebidos para modificar administrativamente o quadro político-partidário nacional no sentido tendencial de um sistema de apenas dois partidos) e a aceitação, antes sempre negada pelo PS, da redução do número de deputados que o PSD há muito reclama.

3. A Comissão Política sublinha a importância da realização em curso de plenários de militantes do PCP para debate da situação pós-eleições autárquicas e que têm em vista mobilizar a indispensável contribuição da opinião e reflexão dos membros do Partido para a definição das orientações e linhas de trabalho do Partido na actual conjuntura.

4. No quadro do andamento do trabalho de direcção com vista à preparação das eleições legislativas já previsto na anterior reunião do Comité Central, a Comissão Política anuncia a realização de uma reunião do Comité Central em 19 de Janeiro, e perspectiva a realização, entre outras importantes iniciativas, de um Encontro Nacional do PCP sobre as eleições legislativas previsto para 27 de Janeiro.

5. Relativamente a um abaixo-assinado reclamando a realização de um Congresso Extraordinário do PCP,

em iniciativa promovida por membros do Partido em colisão com os princípios estatutários, a Comissão Política do PCP salienta que se trata de uma iniciativa reprovável e que, como outras, é manifestamente concebida pelos seus principais promotores, não para ajudar o Partido a superar dificuldades e encontrar os melhores caminhos para a sua afirmação política e reforço eleitoral, mas para, aproveitando as legítimas e compreensíveis inquietações, insatisfações e preocupações dos membros do Partido com os resultados das eleições autárquicas, reavivar divergências, crispções e conflitos desenvolvidos durante a preparação do XVI Congresso e contestar o mandato político da direcção aí democraticamente eleita, criando uma situação de tensão e perturbação à beira de uma exigente e difícil batalha eleitoral.

Nestes termos, a Comissão Política do PCP não proporá ao Comité Central que exerça o seu exclusivo poder de convocação de um Congresso.

6. A Comissão Política chama a atenção para que, para além das razões de fundo referidas anteriormente que determinam a sua discordância com esta proposta, a convocação de um Congresso Extraordinário à beira de eleições, ainda que muitos dos subscritores do abaixo-assinado disso não se tenham dado conta, seria irrealista em termos práticos e prejudicial em termos políticos, pelo que, do ponto de vista dos seus principais animadores, a sua formulação corresponde apenas ao intuito de alcançar um «capital de queixa» que, eventualmente, sirva no futuro de pretexto para novas e ainda mais graves atitudes.

E a prova desse intuito está no facto de os principais promotores do abaixo-assinado saberem muito bem que as eleições estão marcadas para 17 de Março, que as listas de candidatos a deputados terão de ser entregues até 4 de Fevereiro e que a inopinada convocação de eleições antecipadas exige o avanço urgente de numerosas e complexas decisões e medidas de natureza prática, organizativa e política.

E, assim sendo, os principais promotores do abaixo-assinado também certamente não ignoram que a realização de um Congresso Extraordinário corresponderia a

paralisar muitas dessas decisões, a criar um real vazio de orientação, a atrasar irremediavelmente a preparação da intervenção eleitoral do PCP e a fragilizar profundamente o PCP face aos outros concorrentes eleitorais.

7. Ao mesmo tempo, não se pode deixar de registar que, em textos publicados nos últimos tempos, membros do Partido, que por sinal figuram entre os promotores da circulação do referido abaixo-assinado, estejam a adoptar opiniões e teses que, deturpando gravemente a acção e orientações do seu Partido (e de que eles próprios foram também co-autores e co-responsáveis até há um ano), são particularmente convenientes para o PS nesta conjuntura pré-eleitoral.

Neste domínio, é particularmente chocante que membros do partido, contra a verdade dos factos e as mais elementares evidências políticas, considerem que o PCP tem tratado o PS como seu «inimigo principal», que tem sido o PCP que tem «empurrado o PS para a direita», tudo num quadro de análises em que é patente uma crescente desculpabilização do PS e uma tão crescente quanto injusta responsabilização do PCP pelos obstáculos levantados à concretização de uma alternativa de esquerda.

E é também de registar que, em alguns desses textos, aflorem já abertamente concepções que põem em causa os posicionamentos e orientações do PCP face ao Governo do PS e à sua política e face à questão da luta pela alternativa de esquerda que foram consagrados no XVI Congresso e então, sublinhe-se, sem discordâncias explícitas e sem propostas alternativas.

8. A Comissão Política apela a todos os militantes para que, independentemente de diferenças de opinião, contribuam construtivamente no plano da reflexão e da acção para que o PCP, na próxima batalha eleitoral, possa estar à altura das suas responsabilidades democráticas e nacionais e, em unidade e com confiança, possa vencer este importante desafio e nele dar mais força a justas aspirações dos trabalhadores e do povo português.

7 de Janeiro de 2002



Voltar a ganhar em 17 de Março

Na Baixa da Banheira, a Comissão de Freguesia do PCP, correspondendo ao apelo do Comité Central de, «fortalecendo a vida democrática interna, todas as organizações animarem e participarem na necessária reflexão colectiva e individual que contribua para o apuramento de ideias, opiniões e orientações de trabalho», teve lugar no passado dia 5 um plenário de militantes no Centro de Trabalho da Baixa da Banheira.

Dirigido por José Madeira, da Comissão de Freguesia, e com a participação de Valdemar Santos, da DORS e do Comité Central, a iniciativa fez uma primeira análise dos resultados e abordou as linhas de trabalho para os próximos meses.

A partir do dado objectivo de uma votação da CDU que, no concelho, não pode deixar de ser considerada positiva (pois alcançou 41,4 por cento dos votos contra 32,5 do PS), os 56,4 por cento obtidos pela coligação na freguesia – contra os 26,7 por cento do PS – foram considerados como a base segura para a definição do objectivo eleitoral para as próximas eleições legislativas de 17 de Março: reeditar a vitória da CDU.

No seguimento da análise específica dos resultados das eleições legislativas de 10 de Outubro de 1999 na freguesia, que inverteu a tendência anteriormente existente, que era favorável ao PS (43 por cento para a CDU contra 36,7 para o PS), e deste modo contribuindo para o acréscimo de um deputado do PCP eleito pelo círculo eleitoral de Setúbal, em detrimento precisamente do PS, a preparação da campanha eleitoral do PCP e da CDU, a par da continuada atenção aos problemas dos trabalhadores e das populações, será – como definiu o plenário – para os militantes e a organização do Partido, motivo de forte mobilização e confiança quanto aos objectivos político-eleitorais traçados.

CDU reforça em Oliveira do Bairro

A Coordenadora Concelhia de Oliveira do Bairro da CDU reuniu para analisar os resultados das eleições autárquicas de Dezembro e lembrou que os resultados obtidos pela coligação foram «os mais elevados de sempre, com subidas para a Câmara e Assembleia Municipal de 29 e 26 por cento», o mesmo acontecendo para a maioria das assembleias de freguesia.

A nota da coordenadora local da CDU lembrou que, tal como havia alertado antes do escrutínio, o não terem sido eleitos vereadores de outras forças políticas, «não

se produziram alterações qualitativas na composição do executivo municipal, o que significa a continuação de uma cinzenta representação por ausência de outras cores que por certo enriqueceriam o trabalho da autarquia». Contudo, o significativo reforço da CDU não fecha a porta a que este enriquecimento venha, no futuro, a proporcionar-se.

A coligação destaca ainda a importância de se ter mantido o eleito na Assembleia Municipal, o que significa que, neste órgão, «continuarão a ser defendidos, de forma empenhada, os interes-

ses das populações e do desenvolvimento harmonioso do concelho».

Para o futuro, a coordenadora concelhia da CDU compromete-se a continuar a lutar a sua actuação «pela ligação permanente às populações, agindo no dia-a-dia e aos mais diversos níveis para a sua organização e mobilização na procura de soluções para os seus problemas, cumprindo ao fim e ao cabo o programa que apresentou ao eleitorado» e já marcou para o dia 19 uma reunião de trabalho, antecedida por um jantar, com todos os candidatos e activistas da CDU.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Manuel Miguel Lourenço

Faleceu no passado dia 26 de Dezembro, após doença prolongada, o camarada Manuel Miguel Lourenço, de 79 anos de idade, lutador antifascista desde os anos 50. Natural de Faro, residia na freguesia de Alhos Vedros, concelho da Moita, onde desempenhou diversas actividades na vida política do Partido.

João António Évora Patacão

Faleceu recentemente o camarada João António Évora Patacão. Estava organizado na comissão local do Casal do Marco, concelho do Seixal.

José Maria Faustino

Faleceu recentemente, aos 76 anos, o camarada José Maria Pires Faustino. Era reformado do comércio e estava actualmente organizado na freguesia de Almada.

Fernando Jurado Lima

Faleceu com 80 anos o camarada Fernando Jurado Lima, reformado da Parry Son. Estava actualmente organizado na freguesia de Almada.

António Coelho dos Santos

Faleceu com 82 anos o camarada António Coelho dos Santos. Era reformado do Arsenal do Alfeite, tendo feito parte da direcção dos Bombeiros e de várias colectividades de Almada.

Virgílio Antunes Gancho

Aos 88 anos, faleceu o camarada Virgílio Antunes Gancho, organizado na freguesia de Vialonga.

Raúl João Pereira

Faleceu o camarada Raúl João Pereira, antigo trabalhador da Lisnave. Fadista, natural e residente durante muitos anos na Ajuda, residiu, nos últimos anos, em Sacavém, onde estava organizado.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



A CDU obteve uma expressiva vitória em Setúbal, arrecadando mais de 52 por cento dos votos para a Câmara e a maioria em todas as assembleias



Novo executivo municipal tomou posse num salão nobre dos Paços do Concelho completamente cheio

Recolocar Setúbal no panorama nacional

A Câmara de Setúbal já é gerida pela CDU. O novo executivo, resultado de uma expressiva vitória da coligação, tomou posse na passada segunda-feira perante uma plateia tão grande quanto entusiasta.

«Os resultados das eleições trazem-nos responsabilidades acrescidas», afirmou o já empossado presidente

da Câmara Municipal de Setúbal, Carlos de Sousa. Segundo o novo presidente, ser força maioritária em todos os órgãos autárquicos do concelho não dispensa a abertura aos eleitos de todas as forças políticas, bem como aos agentes económicos, culturais e desportivos para que Setúbal «volte a ser um concelho forte no panorama nacional».

Carlos Sousa chamou a atenção para os resultados obtidos no concelho, destacando que «é uma maioria absoluta que reflecte a confiança que eleitores e cidadãos depositaram em nós». «Não só os militantes e simpatizantes da CDU, mas também todos aqueles que, fora

da esfera da Coligação Democrática Unitária, acreditaram no projecto e nas propostas da coligação», prosseguiu.

Com seis dos nove vereadores da autarquia, a CDU apelou a todos, eleitos, agentes do concelho e trabalhadores das autarquias para que se unam e contribuam para o cumprimento do programa eleitoral vencedor das eleições de 16 de Dezembro, que é agora o «programa de trabalho da Câmara e da nova equipa eleita».

Tal como se tinha comprometido na campanha eleitoral, o autarca afirmou que se vai debruçar em primeiro lugar sobre os problemas do trânsito e da higiene e limpeza e assumiu a realização de uma auditoria às contas da Câmara Municipal de Setúbal.

Tomaram posse, para além do presidente Carlos de Sousa – que ficará com res-

ponsabilidades de gestão e administração –, André Martins, dos «Verdes» – responsável pelas áreas da higiene, limpeza, ambiente, trânsito e turismo –, Aranha

Figueiredo – gestão urbanística –, Eusébio Candeias, Maria das Dores Meira e Manuel Pisco, responsáveis, nomeadamente, pela habitação e descentralização, educação, desporto e cultura e, por último, obras municipais e recursos humanos.

O PS ficou – após 16 anos de maioria – reduzido a dois vereadores, enquanto o PSD conseguiu eleger um.

A presidência da Assembleia Municipal será ocupada pela comunista Odete Santos.

O programa eleitoral da CDU é agora o programa de acção da Câmara

Em defesa dos postos de trabalho

A Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP manifestou, em comunicado de 4 de Janeiro, a sua preocupação em relação à evolução da situação social em várias empresas do concelho, que se traduzem em «instabilidade e insegurança para os respectivos trabalhadores», dando o exemplo de várias situações vividas em diversas empresas de Coimbra.

«Na Sociedade de Porcelanas, cerca de 200 trabalhadores lutam para receber o subsídio de Natal e o salário de Dezembro», afirma o PCP acerca desta empresa, que enfrenta um futuro incerto «com a perspectiva de deslocalização ou mesmo encerramento».

Já na Central de Cervejas, o PCP denuncia que a administração «informou os cerca de 120 trabalhadores da intenção de encerrar a empresa no dia 28 de Fevereiro, lançando estes para o desemprego, e fechando mais uma empresa na zona industrial da Pedrulha, disponibilizando assim mais terrenos nesta zona valiosa para especulação imobiliária».

O rol continua com a Rodoviária das Beiras, onde os trabalhadores receberam, já depois do Natal, o respectivo subsídio. Em

falta, denuncia a DORC, estão ainda os pagamentos dos subsídios a cerca de três dezenas de trabalhadores e dos salários de Dezembro. Em falta encontra-se também a empresa Jaime Dias que, tendo visto declarada a gestão controlada e nomeada uma nova administração, continua a manter aos trabalhadores dívidas no valor de «muitas centenas de contos».

Os comunistas consideram que não são os trabalhadores os responsáveis por esta situação, pois, para além de «não terem beneficiado da riqueza que criaram ao longo dos anos, é sobre eles que recaem as consequências desta grave situação, da responsabilidade das respectivas administrações, e igualmente consequência da política de direita que sucessivos governos têm conduzido».

Para responder à situação, a DORC espera que o recém-eleito presidente da autarquia «ponha em prática medidas de defesa e renovação do tecido industrial tal como manifestou durante a campanha eleitoral» e destacou a apresentação de um projecto de lei pelos deputados do PCP que, a ser aprovado, «contribuirá para a salvaguarda das futuras situações».

Beja Preparar a próxima batalha

Está marcado para 13 de Janeiro o 9.º Encontro Regional de Quadros do Alentejo do PCP, a realizar em Grândola, com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. A reunião tem como objectivos centrais analisar a situação resultante das eleições autárquicas e preparar as eleições para a Assembleia da República e as tarefas daí decorrentes. Para o Executivo da DORBE, é fundamental que prossiga e se aprofunde o debate sobre a situação política e a preparação da intervenção do PCP nas legislativas. Para a Direcção Regional de Beja, 2001 não foi um ano positivo para a luta dos trabalhadores em geral, e no distrito em particular, «onde a CDU não atingiu os objectivos estabelecidos para as eleições autárquicas, o que possibilitou que fossem premiados o PS e o seu Governo, responsáveis por uma política de direita». Para 2002, avizinham-se batalhas importantes, das quais destaca as eleições legislativas de Março, onde um bom resultado da CDU é indispensável para «uma verdadeira alternativa democrática».

Porto Valorizar a Assembleia Municipal

Realizou-se na passada segunda-feira, a tomada de posse dos órgãos autárquicos do concelho do Porto. Tal como tinha anunciado durante a campanha, a CDU, que elegeu um vereador para a Câmara e quatro membros para a Assembleia Municipal, «considera que as assembleias municipais têm um vasto conjunto de competências que lhes confere um lugar importante na estrutura do Poder Local». Nesse sentido, a CDU, «porque o combate pela transparência e pela dignificação da actividade política passa também pela dignificação e valorização do papel das assembleias municipais», reafirmou as suas declarações, segundo as quais este órgão deveria «ser um verdadeiro fórum de debate dos problemas da cidade, devolvendo-lhe nomeadamente o papel que a lei lhe atribui de efectiva actividade fiscalizadora da gestão municipal». Para além disto, a Assembleia teria de «garantir uma mais ampla participação dos munícipes, nomeadamente permitindo a sua intervenção logo após o período de antes da ordem do dia, e antes do início da ordem de trabalhos».

Emigração PS e PSD usam CCP

O PCP denunciou, através da sua organização na emigração, o que considera ser «tricas de comadres» entre o PS e o PSD. Os dois partidos, «em desespero de causa, com a Assembleia da República à beira da dissolução», resolveram apresentar no último dia de plenário, projectos de alteração à lei do Conselho das Comunidades Portuguesas, para discutir e votar no mesmo dia. «Na prática, o que um e outro fizeram foi continuar a boicotar uma saída do beco em que colocaram o Conselho, ao contrário do que pretendia o PCP que já antes havia entregue um projecto que visava exactamente permitir o desbloqueamento da situação e a marcação de novas eleições», afirma o PCP que acusa os dois partidos de estarem a usar o CCP como arma eleitoral.



O seu a seu dono

Não se pretende com este artigo fazer desde já um balanço do trabalho parlamentar do PCP no ciclo que agora está prestes a terminar. Mas é justo e indispensável afirmar que o PCP deu um enorme e decisivo contributo para o combate à política de direita e às suas consequências no período que agora se encerra.



Bernardino Soares
Membro
da Comissão
Política

E isso é especialmente importante num momento em que muitos, como por exemplo o previsível líder do Partido Socialista, se aprestam para descartar com ligeireza os últimos seis anos de um governo e de uma política que mantiveram os traços fundamentais e decisivos da política de direita que o PSD protagonizou até 1995. E se preparam para em muitas ocasiões – e sem descurar oportunas piscadelas de olho à direita – envergar o fato adequado das preocupações de esquerda, ainda cheirando a naftalina de tão apressadamente retirado do roupeiro.

Assim se repetem até à exaustão as medidas que simbolizariam tais preocupações de esquerda como sejam a implantação do Rendimento Mínimo Garantido ou o alargamento da rede

traduziu na submissão ao capital especulativo e às suas exigências, como aliás o recuo nas alterações fiscais aprovadas há pouco mais de um ano evidencia; que se manteve uma política de baixos salários e de precariedade laboral; que as pensões e reformas mais degradadas continuam a sê-lo; que se acentuou uma construção europeia contra os interesses dos povos e o interesse nacional; que se agravaram os problemas da saúde para as populações ao mesmo tempo que os grandes interesses económicos do sector aumentavam as suas margens de lucro.

E é também indispensável lembrar que não se encontra no PSD e no CDS-PP uma política diferente desta; antes a sua continuação. E que estes partidos foram os aliados do Governo para a continuação da política de direita, como se conclui sem qualquer margem para dúvida da aprovação, seja directamente ou por interposto deputado, dos seis orçamentos

apresentados pelo PS em que se substanciaram as linhas fundamentais dessa política.

Foi por isso que na actividade do Partido em geral e na intervenção parlamentar em particular combatemos sempre com veemência o nosso principal inimigo – a política de direita. Seja aplicada pelo PSD seja aplicada pelo PS ela merece igual rejeição pelos prejuízos que traz aos trabalhadores, ao povo português e ao país.

O Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República constituiu-se neste patamar institucional como a grande força de combate à política de

direita e simultaneamente de defesa e proposta de uma política de esquerda para o nosso país.

Não nos remetemos nunca à mera crítica sistemática das políticas apresentadas mas empenhámo-nos sempre em apresentar propostas e soluções para os problemas do país e da população, que se traduzissem numa alteração substancial da política do Governo em cada área. Lutámos sempre por uma política globalmente diferente mas nunca nos inibimos de propor melhorias mais circunstanciais ou de tentar a resolução de problemas mais concretos. Não nos encerrámos na rejeição sistemática das propostas de outros, mas antes aproveitámos todas as circunstâncias e oportunidades para consagrar avanços e melhorias nesta ou naquela questão, mesmo que aquém do que desejaríamos.

Não foi portanto na falta de oposição às suas orientações, nem na falta de proposta alternativa, nem em qualquer rejeição rígida e sistemática das propostas apresentadas, que o PS encontrou a justificação para prosseguir uma política idêntica nas questões fundamentais à anteriormente seguida pelo PSD. A opção por uma política que prejudica os trabalhadores, a população e o país é da responsabilidade de quem a executou – o Partido Socialista – e de quem a apoiou nos momentos e questões fundamentais – o PSD e o CDS-PP – e não de quem como o PCP sempre a combateu, lhe apontou alternativa e contribuiu decisivamente para a consagração de algumas alterações positivas.

Assim se prova a importância de encarar as eleições legislativas que se aproximam no seu verdadeiro carácter. São eleições não para escolher o primeiro-ministro mas para definir a composição da Assembleia da República e a relação de forças nela presente. É por isso que quem deseja uma mudança de política no sentido da defesa dos interesses da população e do país tem no reforço do PCP e da CDU uma garantia indispensável para fazer frente à direita e à política de direita.

**/// Lutámos sempre
por uma política
globalmente
diferente ///**

pré-escolar. Sem lhes retirar o carácter obviamente positivo, nem esquecer que se trata de propostas em que o PS se acabou por juntar às propostas iniciais do PCP, o certo é que elas estão longe de fazer esquecer todas as linhas de orientação da política de direita com que o Partido Socialista governou.

Assim, a todos os que queiram esquecer e branquear a política do Governo PS é indispensável responder lembrando, por exemplo, que nos últimos anos, aumentou em Portugal o fosso entre os mais ricos e os mais pobres; que a política económica se

18 de Janeiro

O programa de comemorações de mais um aniversário da revolta operária de 1934 começa, na Marinha Grande, no próximo sábado, a partir das 15.30 horas, com um espectáculo infantil na colectividade da Ordem. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira promove ainda, no domingo, o 8.º Grande Prémio de Atletismo «18 km do Vidreiro». No dia 17 realiza-se, de novo na Ordem, um jantar-convívio. O dia 18, sexta-feira, abre com uma salva de morteiros, às zero horas; às 10 da manhã tem lugar uma romagem aos cemitérios de Casal Galego e Marinha Grande, para deposição de flores nas campas de participantes na insurreição, a que se segue uma intervenção político-sindical. Também haverá intervenções de sindicalistas depois da deposição de flores no Monumento ao Vidreiro, cerca das 11 e 30 horas. O sindicato liga as comemorações do 18 de Janeiro à actual situação no sector, exigindo a manutenção das empresas vidreiras, o pagamento dos salários em atraso e a garantia dos postos de trabalho.

Enfermeiros

No Hospital de São João, no Porto, está convocada uma greve de enfermeiros por um período de 5 dias, de 28 de Janeiro a 1 de Fevereiro; a partir desta data será recusada a realização de horas extraordinárias. A decisão do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses corresponde à deliberação tomada no dia 4, em reunião geral dos profissionais de enfermagem daquela unidade de saúde, como forma de protesto e luta contra a deliberação da administração de recusar a prática do «horário acrescido» para além do limite de 3 anos consecutivos. «Uma deliberação desta amplitude, numa instituição como o HSJ, é manifestamente desajustada, num cenário de enorme carência de enfermeiros», protesta o SEP, contrapondo que o próprio Departamento de Recursos Humanos do Ministério da Saúde apontou o «horário acrescido» como possível solução para combater o recurso à utilização massiva e constante do trabalho extraordinário.

Escolas

Os trabalhadores das escolas básicas e secundárias e dos jardins de infância da rede pública não viram concretizada pelo Governo a regulamentação do seu regime jurídico, passados mais de dois anos sobre a publicação do decreto-lei 515/99, de 24 de Novembro. «Em 6 de Dezembro, com muito atraso, realizou-se uma reunião com o ministro da Educação, na qual foi assumido o compromisso de marcar reuniões com os sindicatos da Função Pública para proceder à discussão de várias matérias», constatou o STFP/Centro, que promove amanhã, em Coimbra, um plenário regional de delegados sindicais para analisar a situação.

Firme contestação à decisão unilateral e desumana da direcção do Continente em Viseu

Horas para os filhos

Maria Emília Pinto, trabalhadora do hipermercado Continente de Viseu, decidiu manter-se durante o tempo de trabalho à porta da loja, depois de lhe ter sido alterado unilateralmente o horário.

A Direcção do Continente de Viseu decidiu passar Emília Pinto do seu horário habitual, das 9 horas às 16 e 30, para o horário das 16.30 até às 23 e 30. A trabalhadora não pôde aceitar a mudança, «pela simples e humana razão de ser mãe de dois filhos pequenos e não ter quem cuide e guarde as crianças todos os dias, até depois da meia noite, hora a que habitualmente, podem regressar a casa as trabalhadoras que fazem os horários de encerramento dos super e hipermercados e centros comerciais»,

relata o sindicato, na nota que divulgou à imprensa.

Emília não aceita o horário que a iria separar dos filhos

Na passada quinta-feira, dia 3, a delegação sindical de Viseu, «logo que conheceu o problema, contactou os responsáveis do hipermercado Continente, para os sensibilizar e encontrar uma solução razoável e equilibrada», mas «nada valeu, mantiveram a imposição unilateral», quando «o mais elementar bom senso e relacionamento humano, se existisse, seria bastante para conduzir à revisão de tão inopinada e ilegítima ordem».

O sindicato revelou ainda que, no dia 4, a trabalhadora apresentou-se ao serviço no seu horário habitual, mas o cartão de ponto não estava no local de sempre e foi-lhe vedado o acesso ao posto de trabalho. Disseram que o chefe da secção, apontado como responsável directo pelo surgimento do problema, iria falar-lhe. Aquele, «depois de ter passado pela trabalhadora diversas vezes, por volta das 12 e 30 horas dirigiu-lhe a palavra, dizendo-lhe que se deveria apresentar ao serviço às 16 e 30 horas».

No sábado, novamente, Emília «voltou às 9 horas ao serviço, foi impedida de marcar o cartão de ponto e iniciar o trabalho e mandada abandonar as instalações, tendo a trabalhadora cumprido o horário à porta do hipermercado».

O CESP/CGTP, entretan-

to, exigiu ao departamento de Recursos Humanos do grupo Continente a solução do problema e solicitou a intervenção da IGT de Viseu, ainda «sem resultados práticos».

No domingo, a trabalhadora tentou de novo cumprir o seu horário de trabalho no hipermercado, foi novamente impedida e manteve-se à porta, acompanhada por uma dirigente regional do CESP.

O sindicato acusa os hipermercados Continente de terem «muita dificuldade em funcionar, respeitando os direitos e garantias dos trabalhadores, e em agir com o mais elementar bom senso e humanidade», tentando repetidamente «negar aos trabalhadores os seus mais elementares direitos». «Assim não acontecerá e os direitos e dignidade dos trabalhadores serão defendidos», declara o sindicato.

Calzamarin fechou sem pagar

A fábrica de calçado Calzamarin, firma italiana estabelecida há cerca de 6 anos na freguesia do Lourical (Pombal, Leiria), encerrou as suas instalações, sem que os seus responsáveis apareçam para assumirem as responsabilidades perante os 60 trabalhadores.

A denúncia foi feita pelo Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, que

revelou estarem por pagar os salários de Novembro e Dezembro e o 13.º mês, tal como as indemnizações a que os trabalhadores têm direito.

O sindicato recorda que a empresa pertence, em 90 por cento, à *Capital Investment Trust Societa Fiduciaria e di Revisione*, com sede em Brescia, e «foi apoiada com milhares de contos dos fundos da Segurança Social».

Como principais responsáveis são apontados Taini Giuseppe Antonio, Pasinelli Rosario e Franca Rosario Marini, que o sindicato acusa de terem abandonado a empresa, procurando fugir ao cumprimento da lei portuguesa.

O sindicato chama a atenção para o receio dos trabalhadores de que o património da empresa, nomeadamente

as máquinas, possa «desaparecer de um momento para o outro».

Realizaram-se já reuniões na delegação de Leiria do Ministério do Trabalho, mas «sem resultados para os trabalhadores», lamenta o sindicato, expressando repúdio por «mais esta ilegalidade de multinacionais que não respeitam os direitos dos trabalhadores».

Plenário na Carris denuncia e alerta

Num plenário geral realizado anteontem, os trabalhadores da Carris expressaram o seu protesto contra a «prática política de destruição da empresa, que não promove nem incentiva a maior utilização do transporte público (quando defende aumentos tarifários a par da redução da oferta), que elimina postos de trabalho e procura manter ou agravar os baixos salários».

Na resolução, proposta ao plenário pela Comissão de Trabalhadores da transportadora lisboeta, exige-se «a definição de uma orientação clara para a Carris, que aposte no aumento da oferta, na qualidade de serviço, na valorização dos seus trabalhadores, no respeito pelos seus direitos, na melhoria dos salários, que adopte e garanta o respeito por adequada política de financiamento, e enquadrada numa política integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa, coordenada por uma Autoridade Metropolitana de Transportes, em cujo órgão consultivo estejam representados os trabalhadores do sector».

Um ponto central no documento – que foi enviado ao

Presidente da República, aos grupos parlamentares, ao ministro do Equipamento Social e à administração da empresa – é o «escrupuloso respeito pelos direitos dos trabalhadores e das suas estruturas representativas». Contra o estabelecido pela Constituição portuguesa, «ao longo dos últimos anos tem-se vindo a acentuar o desrespeito, tanto da administração da Carris, como do Governo, pelos direitos dos trabalhadores, fazendo-se sentir também nos direitos

de intervenção e participação das suas estruturas», denuncia-se na resolução. Os trabalhadores e a CT, no entanto, declaram que não estão dispostos a prescindir «do exercício dos nossos deveres de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores» e não abdicam de defender igualmente «o futuro da própria empresa».

Nas últimas duas décadas, a política de privatização e desregulamentação do transporte público levou a que o número de trabajado-

res da Carris fosse reduzido a menos de metade, enquanto se manteve um sistemático ataque aos direitos; o desmantelamento da empresa reflectiu-se no abandono de actividades rentáveis, com adjudicações pouco transparentes dos serviços extintos. Na resolução é mesmo referido «um processo de tomada de decisões concertado entre o Conselho de Administração, o Governo e, quiçá, interesses privados a quem alguns quere- rão entregar a empresa».



Trabalhadores da Carris querem orientação clara para a empresa

Porto de Sines

Na obra da Transgás no Porto de Sines os trabalhadores do sector da Construção Civil decidiram pedir uma reunião com todas as empresas e com o empreiteiro-geral, uma vez que se verificaram diversos casos de não pagamento das remunerações. A decisão, informou a União dos Sindicatos de Setúbal, foi tomada dia 4, em plenário, onde se constatou que a empresa *Tempo e Obra* ainda não tinha pago o salário do mês de Dezembro de 2001, enquanto as empresas *Ramos & Varela*, *Varmonta*, *António Caipira*, *Obrítempo* e *VSL* ainda não haviam liquidado o subsídio de Natal; também não pagaram o salário correspondente aos dias entre 22 de Dezembro e 2 de Janeiro, período em que os trabalhadores foram dispensados pela entidade patronal. De acordo com a USS/CGTP, nestes casos «não foi gozado, nem pago o descanso compensatório resultante do trabalho suplementar» e «os materiais de protecção individual são pagos pelos trabalhadores, quando deveria ser a empresa a pagá-los». Além da exigência de reunião com os responsáveis patronais (que foi agendada para ontem de manhã), os trabalhadores decidiram eleger delegados sindicais, informou a União.

Bombeiros profissionais

O Governo «pirateia o processo negocial», acusaram o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, protestando contra o facto de o secretário de Estado da Administração Local ter faltado, no dia 28 de Dezembro, a uma reunião negocial sobre a situação dos bombeiros profissionais, na qual se tentou fazer representar pela sua Chefe de Gabinete. Em comunicado conjunto, o STAL e o STML consideram que «a postura do secretário de Estado se reveste de autêntica pirataria negocial», referindo que «a reunião foi agendada no passado dia 18 de Dezembro, aquando da realização de uma acção pública de protesto denominada «A procura de compromissos perdidos», e salientando que «os representantes sindicais não foram avisados antecipadamente da falta do secretário de Estado na reunião». «Continua, assim, escondido o tesouro das promessas e compromissos do Governo, que mais uma vez se recusa a resolver os problemas dos bombeiros», acusam os sindicatos, notando que «o novo projecto de lei referente ao Estatuto destes profissionais, em nada melhora o anterior», antes «pelo contrário, as soluções apresentadas aprofundam a nota negativa». Embora admitam que «compete ao Governo a designação dos seus representantes negociais», STAL e STML reafirmam que «este tipo de reuniões deve contar com a presença daquele governante».

Por salários, direitos e Segurança Social

Lutar em 2002



A situação política e social exige dos trabalhadores que façam de 2002 um ano de firmeza e determinação na luta

A CGTP reafirmou as reivindicações para 2002, sublinhando que os trabalhadores têm fortes razões para lutar e exigir melhores salários, respeito pelos direitos e um sistema de Segurança Social público, universal e gratuito.

«Os próximos tempos vão ser de lutas pelas nossas reivindicações», disse Manuel Carvalho da Silva aos jornalistas, no final da reunião da Comissão Executiva da CGTP-IN, na segunda-feira. A confederação está pronta para iniciar o novo ano «a fazer trabalho de formiga» em defesa de melhores salários, da efectivação dos direitos dos trabalhadores e da preservação do sistema de Segurança Social universal e público.

O secretário-geral da Inter afirmou que os primeiros meses do ano vão ser de intenso trabalho no terreno, de modo a que os sindicalistas acompanhem de perto os problemas que, nas diversas empresas, mais afectam os trabalhadores. Carvalho da Silva, citado pela Lusa, notou que estão a ser preparadas iniciativas reivindicativas sectoriais, nomeadamente na Saúde e na Educação, que darão expressão a todo este trabalho sindical.

Europeus... para pagar

Neste início do ano, a CGTP constata que em Portugal já circula a moeda única europeia e já são praticados os preços médios da

UE, mas os portugueses continuam a ter os salários mais baixos e a sofrer uma injusta distribuição da riqueza criada no País. «Temos direito a ter salários

mais próximos dos da média europeia e uma distribuição da riqueza mais justa», defendeu Carvalho da Silva frisando que **as 10 famílias mais ricas de Portugal detêm 25 por cento do PIB anual**, enquanto que na Alemanha essa relação é de 13 por cento.

A CGTP reafirmou a exigência de um salário mínimo nacional de 364 euros e um aumento mínimo de 30 euros. A Comissão Executiva da central exortou os trabalhadores da Administração Pública a continuarem a lutar para impedirem que o processo negocial deste ano

possa ser dado como encerrado. «É inadmissível que o Governo encerre administrativamente o processo, impondo aos trabalhadores aumentos de 2,75 por cento», protestou Carvalho da Silva, que repudiou o valor decretado pelo Governo, classificando-o como um atentado contra os trabalhadores e um favor aos patrões.

A efectivação dos direitos laborais vai ser outro dos campos de batalha da Intersindical Nacional, que tem já em curso uma campanha com esse objectivo, no âmbito da qual os sindicatos estão a realizar acções nas empresas, tanto para divulgar aos trabalhadores quais são os seus direitos, como para denunciar as situações em que a lei não está a ser cumprida.

Respondendo às exigências de alguns representantes patronais, Carvalho da Silva sublinhou que «não é preciso publicar nova legislação laboral, só é preciso que a que existe seja cumprida».

Para exigir o respeito pelos princípios consagrados na Lei de Bases da Segurança Social, em geral, e em particular pela nova fórmula de cálculo de pensões, a intervenção da CGTP conta com a edição de 10 mil guias e 100 mil folhetos, que estão a ser distribuídos aos sindicalistas e aos trabalhadores.

Acabar com as injustiças nas taxas e participações

A CGTP aguarda resposta do ministro da Saúde a um pedido de esclarecimento, enviado na passada sexta-feira, depois de uma notícia divulgada pela TVI sobre a reestruturação das taxas moderadoras. Maria do Carmo Tavares, responsável na comissão executiva da central pelas áreas sociais, salientou no domingo que qualquer alteração na forma de pagamento das taxas moderadoras tem uma grande repercussão social e deve ser equacionada mediante a gestão corrente a que o Governo está limitado.

«O ministro da Saúde está a meter-se num assunto de grande fôlego, sobre o qual queremos saber mais informações e, claro, intervir», frisou a sindicalista, citada pela Lusa.

A pretendida alteração nas taxas moderadoras, acusa a Inter, vem a reboque de outra proposta da central sobre a participação do Estado nos custos dos medicamentos.

Segundo confirmou a agência, junto do gabinete de Correia de Campos, a intenção do ministro é reestruturar o pagamento das taxas moderadoras, baseando-o na decla-

ração de IRS dos utentes. A mesma fonte acrescentou que a medida teve por base uma proposta da CGTP, o que Maria do Carmo Tavares desmentiu, lembrando que a Intersindical é contra as taxas moderadoras. «O que levámos ao ministro da Saúde, à semelhança do que aconteceu com as suas antecessoras, foi a nossa preocupação com as **injustiças flagrantes que existem nas participações dos medicamentos**», explicou a sindicalista.

Contestou, a propósito, a possibilidade de agregados familiares, com centenas de contos de rendimento, poderem ter um elemento a pagar os medicamentos mais baratos 15 por cento, apenas porque recebe uma pensão inferior ao salário mínimo nacional, enquanto outros, com pouco mais de 70 contos de rendimento, não podem usufruir desse desconto. A dirigente referiu casos concretos que têm chegado ao conhecimento da central:

- Uma beneficiária recebe da Segurança Social uma pensão de 60 contos que, por ser inferior ao salário mínimo nacional, lhe permite um documento para ter 15 por

cento de desconto na aquisição de medicamentos. No entanto, o marido ganha 500 contos. Ou seja, com um rendimento de 560 contos, este agregado familiar tem um elemento a pagar os medicamentos mais baratos.

- Outro casal, em que apenas um elemento está a receber uma pensão de 70 contos, único rendimento do agregado familiar, vai pagar os medicamentos sem o desconto, porque o valor ultrapassa o salário mínimo nacional.

«Estas injustiças não podem continuar», frisou Maria do Carmo Tavares, pelo que a CGTP-IN reclama que os descontos na compra de medicamentos sejam baseados em **rendimentos reais**, para evitar que o Estado esteja a beneficiar quem tem mais dinheiro.

Maria do Carmo Tavares garantiu que a CGTP vai acompanhar o processo das taxas moderadoras, assegurando que a central «nunca irá aceitar o seu aumento».

Actualmente, o atendimento no Serviço de Atendimento Permanente (SAP) dos Centros de Saúde custa 2 euros (400 escudos). Nos hospitais, o atendimento na urgência custa 5 euros (mil escudos).

Fundamentos justos

A CGTP-IN, de acordo com as linhas aprovadas no encontro nacional sobre política reivindicativa, em Setembro, propõe para 2002 aumentos salariais que tenham em conta a **inflação**, a **produtividade**, as **perdas salariais** verificadas em 2001 e a **aproximação à média comunitária**.

Na generalidade dos sectores, o referencial mínimo de actualização salarial apontado pela central é de **6 por cento**.

Em alguns sectores e empresas, é considerada legítima e justa a apresentação de propostas com valores mais elevados, em função das realidades específicas, enquanto noutros casos haverá necessidade de um maior crescimento dos salários mais baixos.

Salário mínimo

O salário mínimo nacional, reclama a CGTP, deve ser fixado em **364 euros** (73 contos), assegurando um **aumento mínimo de 30 euros** (6 contos) para todos os trabalhadores. A central salienta que o salário mínimo tem um importante papel para proteger os trabalhadores contra baixos salários e para obter menores desigualdades na distribuição do rendimento. Actualmente ganha maior relevância atendendo ao aumento da imigração, em grande parte canalizada para empregos pouco qualificados.

Reconhecendo que têm existido progressos, quer na legislação, quer na revisão antes do final do ano anterior ao que respeita — para o que têm contribuído de forma determinante a CGTP e a sua organização

de jovens — o documento alertou para o facto de, este ano, o **aumento ser pouco significativo**, devido à aceleração da inflação. A evolução do salário mínimo, num período mais alargado, mostra que o seu valor não tem acompanhado os salários dos restantes países da UE, nem o rendimento médio da população, traduzindo o crescimento de desigualdades sociais. A média dos 9 países com um sistema comparável ao português indica um salário mínimo de 976 euros (cerca de 3 vezes o salário mínimo do nosso país).

Salários mínimos na UE

Países	Euros	Escudos	Entrada em vigor
Luxemburgo	1290,2	258 664	1.04.01
Bélgica	1185,6	237 701	1.06.01
Holanda	1180,4	236 653	1.07.01
Grã-Bretanha	1148,9	230 326	1.10.01
França	1113,9	223 326	1.07.01
Irlanda	1050,2	210 572	1.07.01
Espanha	433,4	86 899	1.01.01
Grécia	432,9	86 792	1.01.99
Portugal	334,2	67 000	1.01.01

Fonte: CGTP-IN

Precariedade e baixos salários

• Manuel Rodrigues

Uma das principais características de uma política de direita é a sua bem definida orientação de classe: assegurar a máxima exploração do trabalho pelo capital, favorecer a concentração da riqueza nas mãos dos grandes grupos económicos à custa da espoliação dos direitos mais elementares dos trabalhadores. Também é sabido que esta política se serve (entre outros) de dois mecanismos fundamentais para atingir os seus fins: a precarização das relações laborais e uma generalizada prática de baixos salários para os trabalhadores. Durante anos e anos, tem sido esta a política que, entre nós, diversos Governos têm levado à prática, obrigando os trabalhadores, organizados no seu forte movimento sindical, a lutar sem conta pela vinculação e por uma mais justa política salarial. Os Governos do PS não têm fugido a esta regra: apresentando-se geralmente ao eleitorado com promessas de mudança relativamente aos Governos de direita que os antecedem, uma vez no poder, vêm aplicando a mesmíssima lógica de concentração capitalista, reincidindo na mesmíssima política de baixos salários e de precariedade laboral. Foi, por exemplo, um Governo PS que instituiu os contratos a prazo e foi em Governos PS, PS-CDS, PSD e PS-PSD que se tolerou o chocante fenómeno dos salários em atraso, dos despedimentos colectivos, das falências fraudulentas, dos baixíssimos aumentos salariais na administração pública (indiciados como referenciais para o sector privado), da flexibilidade e da polivalência, das escandalosas evasões e fraudes fiscais, das dívidas à segurança social, do maior fosso entre pobreza e riqueza de toda a União Europeia (etc., etc.). Ou seja, políticas de direita são sempre políticas de direita, independentemente dos Governos que as servem e dos «pratos» em que são servidas: sob a férrea frieza do cinismo ou sob o calor abrasador das paixões (meramente platónicas); sob o «dictat» do posso, quero e mando ou sob o poder empático do diálogo (de surdos); com a austera máscara da arrogância ou com os sorrisos sempre prontos (mas postiços). Por essa razão, e só por essa razão, não nos foi possível, nos últimos seis anos, enxergar qualquer mudança de fundo nas políticas seguidas pelos Governos PS relativamente a todos os outros governos de direita que o antecederam (os Governos do PSD).

Professores contratados

Os chamados professores contratados são um bom exemplo da concretização desta política e dos seus efeitos perversos. De facto, o Ministério da Educação vem mantendo, desde há anos, milhares de professores a trabalhar com vínculos laborais precários (com sucessivos contratos a prazo), apesar

de muitos deles terem já vários anos de serviço (há professores nesta situação com mais de nove anos de serviço), sempre sujeitos a uma grande insegurança e instabilidade profissional. Sem saberem se, após a conclusão de um contrato, voltarão a ter trabalho e aonde (à instabilidade laboral soma-se, assim, a instabilidade geográfica, social, familiar). Note-se que se trata de professores que respondem a necessidades permanentes do sistema educativo, cuja situação de precariedade laboral só assim é mantida pelo Governo porque, desta forma, os pode usar como mão-de-obra barata (auferem os mais baixos salários da carreira docente) e «descartável».

Acontece que, este Governo, após anos e anos de lutas dos professores e da Fenprof, chegou a um acordo com esta federação sindical, no sentido da resolução deste problema, através de uma norma excepcional de vinculação, que, apesar de não ser a solução ideal (e definitiva) para o problema, sempre iria permitir o ingresso no quadro (QZP) de 6000 educadores e professores com 4 ou mais anos de serviço. Era assim que estava, de facto, acordado entre a Fenprof e o ME. O acordo foi negociado, depois das muitas lutas dos professores. O Orçamento de Estado para 2002 foi dotado do necessário cabimento orçamental. A legitimidade política estava assegurada. Era só mesmo fazer sair um diploma legal que pusesse os pontos nos is. E, pronto, aí tínhamos um sinalzinho (embora ténue) de que nem tudo é assim tão mau no domínio da governação destes senhores, de que ainda há ética suficiente para se respeitarem os acordos assumidos e de que a palavra dada é para cumprir. Só que o Governo não está lá para traír os interesses de classe que o têm norteado. A precariedade e os baixos salários são coisa demasiado importante para quem, até ao fim, quer agradar, exclusivamente, ao grande patronato. E, portanto, insiste que não haverá diploma legal para resolver este problema porque, sendo agora um governo de gestão, só se ocupará da gestão corrente do país. E no seu magnânimo entender a estabilidade profissional dos professores (e dos outros trabalhadores) não cabe nesse conceito de gestão.

Os professores e a Fenprof é que assim não entendem. E, por isso, vão promover uma concentração nacional de professores e educadores contratados, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro no próximo dia 11 de Janeiro, para obrigarem à publicação da norma de vinculação excepcional que levaria já aos quadros de zona pedagógica cerca de 6000 professores. Bom seria que os professores e todos os outros trabalhadores, a par das lutas que vão ter de continuar a desenvolver, exigissem, pelo voto, no próximo dia 17 de Março, uma verdadeira mudança de rumo na política nacional. Afinal, não há males que não acabem.

Deficientes denunciam agravamento da situação

Um ano perdido

2001 foi, para os deficientes portugueses, mais um ano perdido na sua integração. É este, em síntese, o balanço da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, no quadro da análise dos esforços desenvolvidos no sentido da «promoção e integração social das pessoas com deficiência».

«Em consequência da política anti-social do Governo agravaram-se as condições de funcionamento de todos os serviços intervenientes na integração de deficientes», denuncia a CNOD, que refere a saúde, educação (com destaque para a «íniqua redução de professores no Ensino Especial»), política social, emprego, acessibilidades e apoio às ONG's de Deficientes.

Assim, a CNOD renova a reclamação de um «programa de emergência que atenda as

verdadeiras necessidades e seja previamente acordado com as ONG's representativas, maximizando recursos e assegurando transparência e objectividade».

Em consequência da política anti-social do Governo agravaram-se as condições de funcionamento de todos os serviços

O que não se avançou

No balanço do que não se avançou, o ano passado, a Confederação lembra que «não foi regulamentada a Lei 127/99/20/08 – Lei das Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência -, não

é respeitado o Decreto-Lei 29/2001 – «Aprova quota de emprego para pessoas com deficiência em todos os serviços da administração central, regional autónoma e local» -, o Censo 2001 foi mal conduzido, o Plano Nacional de Emprego, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social e a Iniciativa Equal não tiveram audiência das ONG's de Deficientes».

A CNOD refere ainda que a crise social trouxe novas preocupações para os deficientes, «porque os sinais de conformismo e indiferença ameaçam a solidariedade e a justiça social, pilar de todas as políticas de integração e harmonia social».

Por último, a Confederação exorta a comunicação social a «retomar o caminho da fraternidade que contribuirá para construir uma sociedade inclusiva».



A situação dos deficientes tem vindo a degradar-se

Buzinão da ponte 25 de Abril

Os protestos voltaram à ponte 25 de Abril. Na manhã de terça-feira, com início pouco antes das 8 horas, hora de ponta, na quotidiana deslocação para o local de trabalho, teve lugar um buzinao que, uma vez mais, contou com grande adesão dos automobilistas.

Trata-se de uma nova iniciativa da Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril (que no anterior «Avante!» indevidamente designámos por «Associação Democrática de utentes da Ponte 25 de Abril»), que vem na sequência de um processo de luta que já data de 1994.

O protesto da manhã de terça envolveu o bloqueio de todas as faixas, por baixo da ponte do Pragal, à excepção da dos transportes prioritários. Às 9 horas ainda se ouviram as buzinas de protesto.

A Associação aproveitou ainda a oportunidade para

distribuir um comunicado aos utentes que sintetiza as ideias da carta aberta a Ferro Rodrigues, de que demos notícia no último «Avante!».

Esta iniciativa inscreve-se no endurecimento da luta contra as portagens. Que deverá prosseguir. Pois, como é referido na carta aberta, «convictos da razão e com o direito à indignação que lhes assiste, aos utentes da Ponte 25 de Abril não faltarão forças e coragem, e delas já deram provas, para assegurar por todos os meios aos seu dispor que a sua dignidade e direito à igualdade venham a ser respeitados».

O preço dos Seguros

Na mesma lógica de aumentos de preços - passando para os utentes o fardo das despesas nunca o benefício dos ganhos - tam-

bém as seguradoras estão a proceder a um generalizado aumento dos prémios de seguro.

A Deco manifestou-se esta semana contra este aumento generalizado do preço dos seguros em 2002, considerando que o argumento dos prejuízos sofridos pelo sector com o atentado de 11 de Setembro não passa de uma desculpa das companhias para agravar o tarifário.

A associação defende, em comunicado, que a sinistralidade de alguns ramos ou certos tipos de seguro não deve reflectir-se indiscriminadamente em todos os seguros, nem afectar igualmente todos os segurados, especialmente quando os seus seguros não tenham registado aumentos de sinistralidade ou, antes, sejam dos que maiores ganhos proporcionam às companhias.

Parlamento suspende sessões plenárias

Os deputados não voltarão a reunir-se em sessão plenária na presente Legislatura. A decisão foi tomada, segunda-feira, pela conferência de líderes parlamentares, que entendeu não dever marcar novos agendamentos em plenário face à iminente dissolução do Parlamento pelo Presidente da República.

Esta deliberação dos partidos foi tomada na sequência de uma declaração do Presidente do Parlamento, Almeida Santos, no sentido de que qualquer iniciativa de marcação de plenários teria que ser tomada por consenso, dado o período em curso de pré-dissolução.

Gorada foi assim a possibilidade, anteriormente admitida, de poderem ocorrer três plenários durante esta semana, uma vez que se prevê já na próxima a publicação do decreto presidencial de dissolução da Assembleia da República.

Com o fim dos plenários, matérias há que ficam «congeladas», como é o caso da eleição dos representantes do Parlamento na comissão que vai estudar os efeitos na sinistralidade da redução de 0,5 para 0,2 do teor de álcool no sangue para efeitos de condução.

Embora sem reunir em plenário, o Parlamento manterá em actividade as diversas comissões. A última conferência de líderes será no próximo dia 22, estando igualmente já agendada uma reunião da comissão permanente da Assembleia da República para o dia 23.

Sector das pedreiras Trabalho violento e sem direitos

A maioria das empresas do sector das pedreiras não cumpre a legislação e o respectivo contrato colectivo no que se refere aos salários, férias e subsídio de Natal. Esta não é contudo a única face negra que caracteriza o sector. Conhecido é também o trabalho violento e desgastante, sem condições de Higiene, Segurança e Saúde, o que tem motivado, aliás, insistentes denúncias do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmicas e Materiais do Norte e Viseu.

Atento à situação está também o Grupo Parlamentar do PCP que, ainda recentemente, em requerimento do deputado Vicente Merendas, confrontou o Governo com o problema. Quis saber, concretamente, que medidas tenciona o Governo adoptar no sentido de garantir uma eficaz intervenção da Inspeção Geral de Trabalho por forma a assegurar o cumprimento da legislação vigente no sector das pedreiras.

Não hesitando em classificar o actual quadro de «dramático», a requerer urgentes medidas de prevenção e o cumprimento estrito das normas comunitárias, Vicente Merendas assinala no texto que muitos trabalhadores não têm segu-

rendo, por outro lado, entidades patronais que não descontam o mês completo de salário para a Segurança Social.

Não menos vergonhoso é ainda o facto de não serem respeitadas minimamente as normas em domínios como ruídos e poeiras, o que tem levado muitos trabalhadores a contraírem doenças profissionais - silicose, surdez e doença vibratória -, que, nalguns casos, tem desembocado num significativo acréscimo do número de reformas por invalidez, e, noutros, à própria morte.

Uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Pedreiras, em recente reunião com o deputado Vicente Merendas, manifestou, entretanto, o seu apreço pela iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP que instituiu o dia 28 de Abril como o Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho.

A resolução da Assembleia da República que consagrou esta efeméride, em Maio do ano passado, tem sido utilizada pelo Sindicato para desenvolver uma campanha de informação junto dos trabalhadores. Aquele estrutura sindical tem igualmente em preparação várias iniciativas para assinalar o Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho.

Hospital Amadora-Sintra Da gestão ruínosa ao mau funcionamento

A Sociedade Gestora do Hospital Amadora-Sintra poderá não ter pago a parte das contribuições para a Segurança Social que lhe competiam na qualidade de entidade empregadora.

Ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP chegado através da celebração de contrato de gestão assinado em 1995 entre o Ministério da Saúde e a Sociedade Gestora Hospital Amadora/Sintra. Experiência inovadora de gestão das instituições públicas de saúde, que tem sido seguida com uma atenção particular, este modelo tem sido alvo de forte contestação.

O Hospital Amadora-Sintra já custou ao erário público o dobro do inicialmente previsto

A própria Administração Regional de Saúde de Lisboa,

há relativamente pouco tempo, teceu várias críticas num relatório onde apontou, nomeadamente, os elevados custos que superam em muito os dos hospitais públicos.

Sobre esta questão, não há muito tempo, foi ainda Natália Filipe em requerimento igualmente subscrito por Bernardino Soares a chamar a atenção para a ruínosa gestão para o Orçamento de Estado do Hospital Amadora-Sintra, cujo custo para o erário público já duplicou o inicialmente previsto.

Na ocasião, pronunciando-se ainda sobre o seu funcionamento, os deputados comunistas consideraram o mesmo desastroso, lembrando que em diversos aspectos foram defraudadas as legítimas anseios das populações no

que se refere ao acesso a cuidados de saúde de qualidade e em quantidade».

Neste contexto, entretanto, é conhecida a intenção da Sociedade Gestora do Hospital Amadora-Sintra de construir o Hospital de Sintra, sendo igualmente público o seu propósito de construir e gerir novas unidades hospitalares e centros de saúde.

Um objectivo que tem merecido o beneplácito do Governo, que não tem escondido, designadamente em declarações do Ministro da Saúde, a sua intenção de entregar a gestão de estabelecimentos hospitalares a entidades privadas e de fazer avançar, no presente ano, a proliferação de experiências idênticas à do Hospital Amadora-Sintra.



O acesso aos cuidados de saúde, em quantidade e qualidade, tem ficado aquém das necessidades e expectativas da população

Medidas de protecção às praias da Caparica

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a chamar a atenção para a necessidade de serem executadas obras de protecção na frente de praias da Costa da Caparica. A posição foi reafirmada pelo deputado Joaquim Matias em requerimento recentemente dirigido ao Governo no qual inquiriu sobre as medidas de protecção por aquele previstas no quadro do Plano de Ordenamento da Costa Costeira.

Aquela linha de costa tem sido fortemente atingida pelos efeitos da erosão, o que, em paralelo com a ocorrência de inundações na Trafaria, torna urgente a adopção de medidas que reforcem os molhes de protecção existentes. Mas não só. Como assinala a Assembleia Municipal de Almada, em documento que fez chegar à bancada comunista, importa igualmente proce-

der ao realojamento dos residentes do Bairro do 2.º Torrão, na Trafaria, operação só possível no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), em terrenos que terão de ser disponibilizados pelo Governo.

No quadro da discussão do Orçamento do Estado para 2002, recorde-se, o Grupo comunista apresentou propostas de alteração ao PIDDAC com vista a possibilitar a reali-

zação das referidas obras de protecção da frente de praias. Propostas estas que foram rejeitadas pelo Grupo Parlamentar do PS.

No texto do requerimento, Joaquim Matias formula ainda a questão de saber quando vai o Governo disponibilizar os terrenos para, no âmbito do PER, ser efectuado o realojamento dos moradores do Bairro do 2.º Torrão, na Trafaria.



Urgem as obras de protecção à frente de praias da Costa de Caraparica

Novos aumentos em várias áreas económicas agravam custo de vida

Moeda nova, velhos problemas

Janeiro é tradicionalmente o mês dos aumentos de preços. Muitos já foram implementados, outros estão previstos para Fevereiro e Março, como a água, o telefone e os transportes públicos. Estes aumentos agravam a diferença entre o nível de vida dos portugueses e dos europeus, no ano em que o euro entra em circulação. São vários os estudos que o confirmam.

● Isabel Araújo Branco texto
● Jorge Caria fotos

Carne

As farinhas e as gorduras de origem animal têm de ser destruídas devido ao combate à BSE. Quem paga? Os produtores de carne. Como é que estes comportam tais encargos? Através de uma taxa sobre as carnes comercializadas. Ou seja, quem paga é o consumidor. A alteração dos preços é implementada este mês, com um aumento entre 0,6 e dois por cento.

«Os consumidores têm de compreender que o pagamento desta taxa é para seu bem», garantiu Luís Vieira, secretário de Estado da Produção Agro-Alimentar, quando o aumento foi anunciado. O preço da carne de aves é o mais acentuado. Luís Vieira explica que tal acontece devido à «maior produção de subprodutos (como farinhas de origem animal) por parte deste sector e aos preços baixos destas carnes no consumidor». Com esta alteração, o preço final da carne de vaca fica o dobro da da carne de aves.

No total serão destruídas 100 mil toneladas de farinhas e gorduras de origem animal, operação orçada em 11,5 milhões de contos.

Entretanto, no fim de Dezembro a imprensa noticiou que os preços do frango na produção e no matadouro desceram substancialmente desde o mês de Setembro, embora os consumidores não tenham sentido nenhuma diferença nos valores que pagam nos talhos e nos supermercados. Segundo a Associação Portuguesa das Associações Avícolas, o preço do frango durante esse período desceu mais de 50 escudos por quilo no produtor e no matadouro, devido ao excesso de produção.

Isto significa que, até Setembro, os frangos vivos eram pagos aos produtores a 160 escudos o quilo e custavam 270 escudos à saída do matadouro. No mês passado, os produtores recebiam entre cem e 110 escudos por quilo e os matadouros por 210 escudos.

Para os primeiros a diferença é superior a 30 por cento. Para os segundos é de 22 por cento. Apesar destes valores, o frango com miúdos continua a ser vendido ao público a cerca de 1,95 euros (390 escudos) por quilo. Independentemente, dos valores praticados por produtores e matadouros.

Como é noticiado na revista *Pro Teste* de Dezembro, Portugal é um dos países mais caros da Europa. Depois da Inglaterra, da Bélgica, da Holanda e da França, o nosso país é onde sai mais caro fazer compras, num conjunto de 12 dos seus parceiros europeus.

A Deco, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, comparou 120 mil preços em 2300 estabelecimentos, situados em algumas das maiores cidades e em localidades situadas junto à fronteira. Foram seleccionados cerca de 400 produtos, desde

vestuário a aparelhagens *hi-fi*, passando por berbequins e perfumes.

A Alemanha e a Itália são os países mais baratos, depois de Andorra e São Marino, que beneficiam de regimes fiscais especiais. O artigo sublinha que o baixo poder de compra dos portugueses é ainda mais flagrante se tivermos em conta o ordenado médio nacional, muito abaixo da média europeia. Tais valores são comprovados por vários estudos publicados recentemente. A diferença é tal que, segundo dados avançados pela economista Elsa Pedro, mesmo que a taxa de crescimento dos salários estagnasse nos restantes países da União Europeia e se mantivesse o ritmo dos ganhos médios no nosso país, os trabalhadores portugueses levariam oito anos a alcançar os gregos, 13 os espanhóis e 23 os belgas. Esta economista

da Confederação Portuguesa dos Quadros Técnicos e Científicos salienta que esta diferença é agravada pelo facto do custo de vida ser praticamente equivalente nestes três países. Outro estudo – «Portugal Europeu?», da autoria dos economistas Vasconcellos e Sá e Miguel Frasquilho – revela que o nosso país precisa de meio século para atingir o nível médio de vida da União Europeia. A tendência actual é o agravamento das diferenças.

Concretamente, Portugal apresenta os preços mais elevados e os salários mais baixos. O nível salarial médio nos oito países analisados por este documento é 80 por cento superior ao dos portugueses. Em Espanha, o salário médio é 62 por cento mais elevado do que em Portugal.



Medicamentos

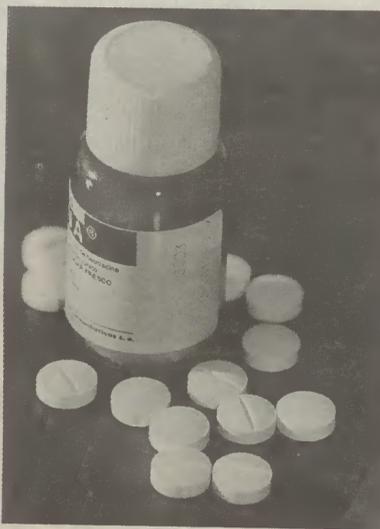
Antecipando-se aos previsíveis aumentos de ano novo, o Governo decretou a subida dos preços dos medicamentos no dia 1 de Dezembro, acompanhado pela descomparticipação de 26 das 536 marcas de fármacos que estão a ser alvo de uma reavaliação. Os medicamentos com preços inferiores a mil escudos aumentaram três por cento, os que tinham preços

entre mil e seis mil escudos subiram 2,5 por cento e os que custavam mais de seis mil escudos sofreram um acréscimo de dois por cento.

A alteração de preços decretada pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério das Finanças foi uma resposta às exigências da indústria farmacêutica, que argumenta que a revisão dos preços dos fármacos foi feita abaixo da inflação nos últimos oito anos.

Esta alteração foi aprovada pela anterior ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, que marcou a sua implantação para o mês de Julho do ano passado. No entanto, foi Correia de Campo, o actual ministro da tutela, quem concretizou os aumentos de preços, medida integrada no protocolo assinado em Outubro entre o Ministério e a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma), com o objectivo de reduzir o crescimento

do mercado de medicamentos. Quanto aos produtos que deixaram de ser comparticipados pelo Estado, o Ministério da Saúde diz que «não é uma medida de poupança», tratando-se apenas de uma actualização da lista dos medicamentos comparticipados, que só deve incluir aqueles que «têm evidência científica de eficácia e de efectividade para as indicações terapêuticas» e «uma favorável relação benefício-risco».



Pão

A Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Alimentar está a obrigar as panificações e as pastelarias a fazer profundas modificações nas estruturas e sistemas de produção, de forma a que a legislação europeia seja cumprida.

Consequência directa: novo aumento do preço do pão. A Associação de Indústrias de Panificação do Norte fala em mais de 30 por cento. Entre as exigências da lei incluem-se obras de construção civil (como a localização dos

balneários e das secções de produção e a existência de entradas diferentes para funcionários e clientes), a formação do pessoal, a realização de análises mensais aos produtos usados (água, farinha e superfícies usadas durante a produção) e substituição dos materiais classificados como «inadequados» ou «anti-higiénicos».

Assim, por exemplo, todos os instrumentos em madeira terão de passar a ser em inox ou granito. A Associação de Indústrias de Panificação do Norte adianta que a aplicação da lei levaria ao encerramento de mais de metade das padarias portuguesas, pelo que pede que seja instaurado um período de dois anos de adaptação.



Portagens

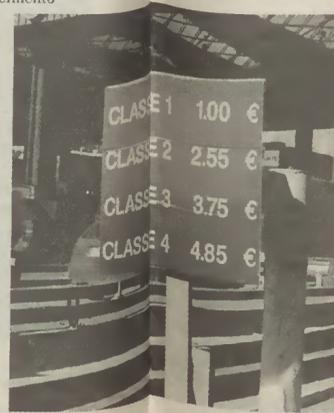
No dia 1 de Janeiro, os valores das portagens foram actualizados. Por exemplo, na Ponte 25 de Abril (que faz a ligação entre Lisboa e Almada) os veículos de classe 1 passaram a pagar um euro (200 escudos) em vez de 150 escudos.

A classe 2 passa de 370 escudos para 2,5 euros (511 escudos), a classe 3 de 550 escudos para 3,57 euros (752 escudos) e a classe 4 de 720 escudos para 4,95 euros (972 escudos).

A grande novidade é a introdução de dois novos modelos de pagamento que garantem descontos à medida em que cresce o número de vezes que se

atravessa a ponte. Na ponte Vasco da Gama – que também liga a capital à margem sul do Tejo –, a portagem da classe 1 passou de 340 escudos para 1,75 euros (350 escudos), a classe 2 de 840 escudos para 4,3 euros (862 escudos), a classe 3 de 1270 escudos para 6,45 euros (1293 euros) e a classe 4 de 1640 escudos para 8,4 euros (1684 escudos).

Sofrem igualmente aumentos alguns lanços explorados pela «Auto-Estradas do Atlântico», que explora as auto-estradas do Oeste, a A8 (Loures/CREL, Marinha Grande/Leiria) e A5 (Caldas da Rainha, Rio Maior e Santarém).



Seguros

Esta semana, a maioria das seguradoras que opera em Portugal enviou cartas aos seus clientes a explicar que os prémios de seguro iam sofrer «inevitavelmente» um aumento este ano em virtude da acumulação e agravamento de prejuízos decorrentes do atentado terrorista nos

Estados Unidos. A subida dos prémios será acima dos valores da inflação, previsivelmente 3,1 por cento. Todos os ramos serão afectados. A Deco defende que os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 não podem servir de «desculpa generalizada para factos que têm

outras origens», como sejam a política de subscrição de riscos e de tarifação, as aplicações financeiras e a definição e constituição de reservas.

A associação de defesa do consumidor considera que a sinistralidade de alguns ramos ou certos tipos de seguro não deve reflectir-se indiscriminadamente em todos os seguros, nem afectar igualmente todos os segurados, especialmente quando os seus seguros não tenham registado aumentos de sinistralidade ou, antes, sejam dos que maiores ganhos proporcionam às companhias.



Energia e serviços

Os selos sofreram um aumento de quatro escudos. O preço de serviço público nacional passou de 53 escudos para 28 centimos (56 escudos).

A tabela dos serviços do registo de automóvel foi onde se operaram maiores alterações. A alteração de nome, firma, residência ou sede passou de 750 escudos para 28 euros (5613 escudos), uma diferença de 549 por cento. O registo de propriedade automóvel passou de 4500 escudos para 55 euros (11 mil escudos), ou seja, um aumento de 45 por cento.

Com tantas alterações de preços, as tarifas da energia eléctrica não podiam ficar na mesma.

Para os clientes residenciais o aumento é de 2,4 por cento, enquanto que para as empresas situa-se entre 1,4 e 2,4 por cento. A tarifa de energia e potência cresce 8,5 por cento. Apenas a gasolina sem

chumbo 95 desce. O preço diminui cinco centimos (11 escudos), com o litro a ser vendido a 86 centimos (172 escudos). Os revendedores de combustíveis garantem que o Governo tem condições para descer sete centimos (15 escudos). Os restantes combustíveis mantêm os preços. O executivo decidiu penalizar os mais poluentes, como a gasolina com chumbo e sem chumbo 98. Os aumentos do preço das chamadas dos telefones fixos está previsto para Fevereiro e da água para Março. Quanto aos transportes públicos, Março é o mês em que previsivelmente se farão as alterações.



A justiça de uma luta!

• Pedro Guerreiro

Com o início de 2002 foi cumprida metade da actual legislatura no Parlamento Europeu (PE). Pelo que é oportuno e justo salientar neste momento o trabalho sério e dedicado, coerente com o seu programa e os seus compromissos, realizado pelo PCP e os seus eleitos neste contexto. Ao longo destes dois anos e meio tem vindo a ser realizado um trabalho - na continuidade do anterior - qualitativa e quantitativamente ímpar, aliás como é publicamente reconhecido.

A acção desenvolvida teve como característica fundamental uma profunda ligação à realidade, aos problemas e às aspirações dos trabalhadores e do povo, a firme defesa dos interesses nacionais e uma constante solidariedade com a luta desenvolvida por outros povos do Mundo.

Realizaram-se dezenas de encontros, visitas e iniciativas no nosso país, e foram elaboradas dezenas de intervenções, comunicados, requerimentos, resoluções e relatórios.

No PE, o PCP desenvolveu a sua acção integrado no Grupo Esquerda Unitária Europeia/ Esquerda Verde Nórdica, onde participam diversas forças progressistas que defendem um outro rumo para a União Europeia.

Uma activa intervenção

São diversas as áreas sobre as quais foram realizadas iniciativas, pelo que será difícil traduzir neste artigo todo o seu alcance. De entre muitos exemplos, podem referir-se as iniciativas em defesa da capacidade produtiva nacional, procurando minimizar as consequências negativas das políticas comunitárias, nomeadamente denunciando os seus efeitos e propondo as políticas e medidas necessárias. Daí a constante intervenção em defesa da agricultura, da pesca, da indústria naval e têxtil nacionais.

As iniciativas em defesa do sector público e de serviços públicos de qualidade, combatendo os processos de liberalização, nomeadamente na área das telecomunicações, dos transportes ou da energia.

A permanente defesa dos direitos dos trabalhadores, de que são exemplo o apoio à luta dos trabalhadores com salários em atraso ou dos trabalhadores despedidos em virtude de deslocalização das suas empresas, contra a flexibilização laboral e a moderação salarial. Assim como dos direitos das mulheres, das pessoas com deficiência, dos migrantes.

A defesa da paz e de uma política de desarmamento, denunciando a agressão militar à Jugoslávia, pela interdição da utilização e eliminação das armas com urânio, contra a escalada na militarização das relações internacionais levada a cabo pelos EUA/NATO.

A afirmação da solidariedade com a luta do povo de Timor Leste pela sua independência, do povo palestino

pelo direito a um Estado soberano e independente, com o povo angolano vítima da agressão da UNITA, com a luta do Movimento dos Sem Terra no Brasil e por um julgamento justo de José Rainha, com o povo da Colômbia pela concretização de um justo processo de paz, pelo fim do criminoso bloqueio dos Estados Unidos a Cuba, com os povos de Moçambique e da Venezuela vítimas de catástrofes naturais.

Contra a política de direita

Nunca será de mais realçar a confluência das posições políticas defendidas pelo PS, PSD e o PP quanto aos eixos fundamentais do actual processo de integração na UE - de orientação federalista, capitalista neoliberal e militarista.

Desde há dezasseis anos que no governo, ora o PSD, ora o PS, são responsáveis por uma política que hipoteca e transfere a nossa soberania nacional para uma UE dominada e à medida dos interesses das grandes potências. Uma política que responde aos interesses dos grandes grupos económicos, que agrava as desigualdades e ataca as conquistas e os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores - refira-se as privatizações de empresas públicas, a UEM, o euro e o Pacto de Estabilidade... Uma política que levou à destruição e à debilitação de sectores do aparelho produtivo nacional - da indústria, da agricultura e das pescas. Uma política que militariza a UE e que utiliza cada vez mais a guerra como meio.

Pode Ferro Rodrigues - aliás como Guterres o fez - e o PS declarem que o PCP deve mudar a sua posição quanto à União Europeia. Mas mudar para quê? Para que se torne igual ao PS, ao PSD e ao PP? Para que o PCP abandone a sua firme defesa dos interesses nacionais?

O PCP continuará a lutar pela firme afirmação e defesa da soberania, identidade e cultural nacionais, não aceitando a ingerência externa e a submissão aos interesses das grandes potências. Pela defesa e desenvolvimento do sector produtivo nacional e por um sector e serviços públicos adequados às necessidades dos trabalhadores e do país. Pela defesa e melhoria dos direitos e condições de vida dos trabalhadores e das suas conquistas sociais, por uma real aproximação dos níveis de desenvolvimento e de vida entre os diferentes países, com a contribuição de uma adequada utilização dos fundos comunitários. Pela paz e pela solidariedade, por uma Europa que recuse os blocos político-militares e a militarização das relações internacionais, e que pelo contrário promova um sistema de segurança que dê respostas aos anseios dos povos assente na Carta de Helsínquia e na Carta da ONU. Por um outro rumo para a Europa.

Por isso e mais uma vez, na importante batalha eleitoral que se aproxima, o único caminho é o reforço do PCP e da CDU!

Stock de sardinha «relativamente estável» mas cuidados devem manter-se

Manter as ajudas

Portugal vai defender junto da Comissão Europeia a manutenção das medidas socio-económicas relacionadas com o plano de gestão de stock da sardinha

O stock de sardinha da costa portuguesa apresenta uma situação de «relativa estabilização», mas há que manter uma «gestão cautelosa» dos recursos, segundo afirmou no sábado o secretário de Estado das Pescas, que revelou os primeiros resultados do cruzeiro de rastreio efectuado pelo navio Noruega do IPIMAR (Instituto de Investigação das Pescas e do Mar) entre 7 de Novembro e 7 de Dezembro.

O estudo aponta para a existência de menos juvenis (sardinha pequena) que no mesmo período de 2000, mas em contraparti-

da detectou «um aumento da biomassa». Ou seja, o relatório do IPIMAR con-

O rastreio indica a presença de sardinha de forma contínua desde Caminha ao Cabo Espichel

clui que «o número de indivíduos é inferior devido ao maior tamanho médio das sardinhas».

O rastreio indica a presença de sardinha de forma contínua

desde Caminha ao Cabo Espichel, tornando-se escassa até à ponta de Sagres. No Algarve, a sardinha encontra-se distribuída principalmente entre Lagos e Faro, enquanto na zona espanhola de Cádiz, a distribuição é contínua entre Cabo Trafalgar e Vila Real de Santo António.

Com base nos resultados da investigação, o Governo português irá efectuar uma análise técnica para «sustentar junto da Comissão Europeia a manutenção das medidas socio-económicas implementadas em 2001», neste sector. Só depois serão definidas as medidas concretas para o presente ano, nomeadamente o período de paragem da pesca (defeso) e os limites de captura.

O plano de gestão do stock da sardinha está em vigor desde 1996 e teve a colaboração das organizações de produtores. Aprovado por Bruxelas, tem o objectivo de ajudar a recuperação do stock de sardinha e estabelece um limite de capturas por organização de produtores, um defeso de dois meses e a paragem no fim-de-semana, levando a que cada embarcação opere em média 180 dias por ano.

Aznar recupera «espírito de Lisboa»

A Espanha iniciou na terça-feira o exercício da terceira presidência da União Europeia com uma reunião da Comissão Europeia, em Madrid, em que foi analisada a agenda de trabalho e as prioridades e as iniciativas marcadas para este semestre sob o lema «Mais Europa».

Entre os temas da reunião entre o chefe do governo, José Maria Aznar, e o presidente da Comissão, Romano Prodi, esteve a prioridade que a presidência espanhola pretende dar à cooperação entre a UE e os Estados Unidos na luta contra o terrorismo.

Neste sentido, estão previstas várias iniciativas, entre elas a possibilidade de assinatura de um acordo

judicial-penal que compatibilize compromissos concretos de colaboração com a rejeição europeia da pena de morte. Destacam-se também o progresso no cumprimento do plano europeu antiterrorista aprovado em Bruxelas e o estreitamento da cooperação com os Estados Unidos.

O apoio à operação de introdução do euro e a manutenção do plano de estabilidade económica foram outros aspectos presentes, conhecendo-se que Aznar conta poder impulsionar reformas estruturais de liberalização e competitividade da economia europeia, com a recuperação e relançamento do denominado «espírito de Lisboa», contido na declaração da cimeira extraordinária

da presidência portuguesa. Recorde-se que um dos objectivos proclamados era alcançar o pleno emprego na Europa.

Na reunião foi ainda feito o balanço das negociações com os países candidatos a membros da UE que, neste semestre, entram numa fase decisiva, pelo menos em relação a alguns capítulos, entre eles o agrícola e o dos fundos estruturais.

As reformas institucionais da UE que Aznar tratará com o ex-presidente francês Valéry Giscard D'Estaing, eleito pelos Quinze para a presidência da convenção preparatória da conferência governamental de 2004, foram outro dos temas abordados.

Euro impõe-se

Mais de 50 por cento das transacções em dinheiro já eram realizadas em euros no final de sexta-feira. A quase totalidade dos distribuidores de notas dos 12 países membros da zona euro estava a entregar euros, e a maioria de comerciantes trabalhava com a nova moeda, referiu a Comissão Europeia, em comunicado.

Apesar de detectar alguns problemas de disponibilidade de algumas

moedas na maior parte dos Estados membros, a Comissão considerou que tal não afectou o ritmo de transacções.

Entretanto, na segunda-feira, o executivo comunitário revelava que em cada três pagamentos dois são realizados na nova moeda, que é também utilizada em mais de metade das operações, sendo que praticamente 100 por cento das máquinas multibanco já só disponibiliza euros.

Satisfeita com os resultados, a Comissão mostrou no entanto alguma preocupação com erros de conversão e com a subida de preços, aconselhando os consumidores a informar as autoridades nacionais sobre irregularidades que detectem.

No nosso país, o Banco de Portugal apurou que cerca de metade das compras efectuadas no pequeno retalho e nas empresas de restauração já são pagas em euros.

Berlusconi assume Estrangeiros

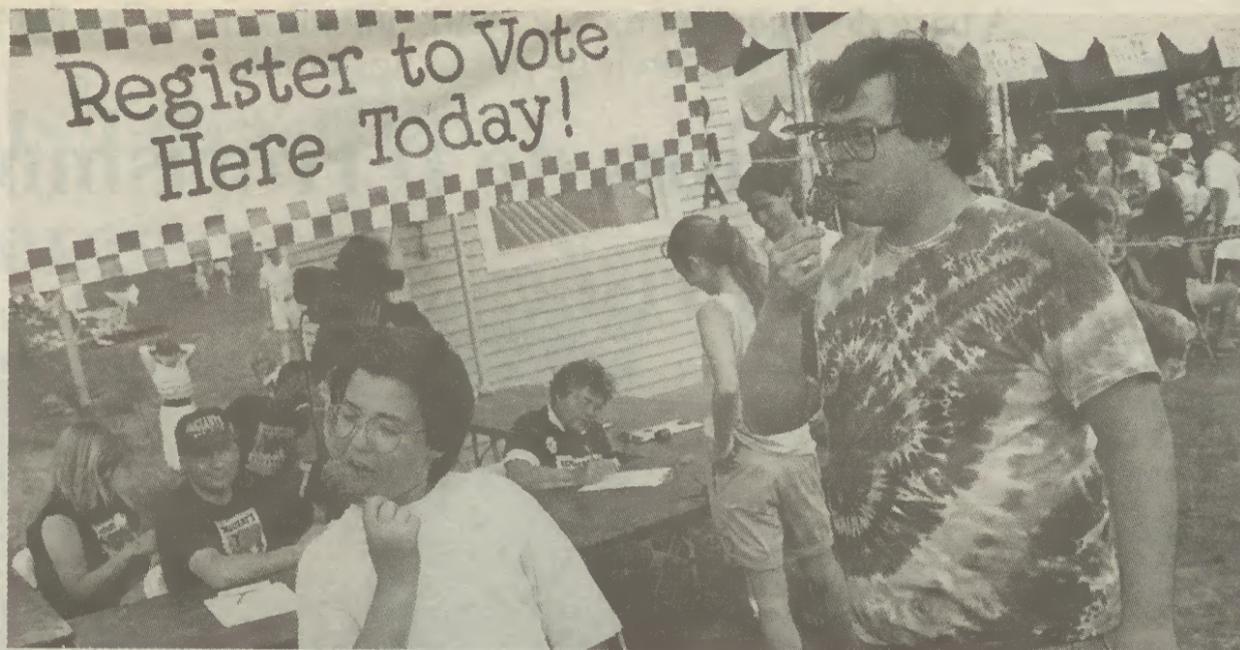
Silvio Berlusconi, chefe do Governo italiano, anunciou que vai permanecer seis meses no cargo que assumiu de modo interino no Ministério dos Negócios Estrangeiros, afirmando que será um chanceler-empresário. Esta decisão de Berlusconi foi tomada na sequência da demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros, Renato Ruggiero, no sábado passado, por discordar das posições eurocéticas de outros ministros. A saída de Ruggiero, o único ministro italiano claramente europeísta, foi vista com desconfiança por vários parceiros comunitários que pediram a Berlusconi que renove o compromisso de Itália a favor da União Europeia. As divergências de Itália com as políticas europeias não são de agora. Foi o único Estado a opor-se ao mandato de captura europeu, e já declarou que não integrará o projecto do avião militar Airbus A400M.

Crescimento em baixa na Alemanha

O governo alemão vai corrigir em baixa a sua previsão de crescimento para 2002 para 0,75 por cento, contra 1,25 por cento actualmente apontados. A edição de segunda-feira do jornal «Der Spiegel» refere que a nova estimativa dos especialistas em conjuntura do Ministério das Finanças será inscrita no relatório económico anual que deverá ser analisado em Conselho de Ministros de 30 de Janeiro. Também a Federação dos Bancos Comerciais Alemães reviu em baixa a sua previsão de crescimento e estima que não atingirá certamente um por cento. As últimas previsões da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) apontam para um crescimento de um por cento na primeira economia da zona euro, enquanto a Comissão Europeia se mostra mais pessimista e refere 0,7 por cento.

UE solidária com povo argentino

A presidência espanhola da União Europeia reiterou «o seu apoio e a sua solidariedade ao povo argentino», considerando que «a legitimidade das medidas destinadas a ultrapassar a crise actual apenas pode ser garantida no quadro constitucional e no respeito das instituições democráticas». Num comunicado emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol, a UE saudou Eduardo Duhalde pela sua eleição como presidente da república e formulou o voto de que o seu governo tenha «uma base ampla e representativa das forças políticas parlamentares». Esperando que «o novo governo elabore um plano completo, estável e realista que permita a solução dos seus graves problemas económicos e sociais», a União informou ainda o governo e o povo argentino da sua «vontade de cooperação nesta nova etapa».



Três em cada quatro dólares da Enron foram para as campanhas eleitorais dos Republicanos nos anos 90

Escândalo financeiro e político Falência misteriosa

O mistério da volatilização da norte-americana Enron – a maior companhia eléctrica do mundo – vai ser investigado pelo Congresso dos Estados Unidos já este mês.

Depois da crise da Enron se ter estendido à sua filial europeia, com sede em Londres, que em Dezembro se viu obrigada a suspender todos os pagamentos e a procurar ajuda dos bancos para não ser arrastada pela empresa mãe, avolumam-se as suspeitas sobre as causas de uma das maiores e mais rápidas derrocadas em bolsa de que há memória.

Num ápice o gigante industrial, que tinha estreitas relações com a administração de George Bush, passou de uma capitalização bolsista superior a 77 mil milhões de dólares para os actuais 500 milhões. Todos ficaram surpreendidos quando a companhia anunciou estar à beira da bancarrota deixando na rua milhares de trabalhadores.

Com activos na ordem dos 49 800 milhões de dólares e um passivo confessado de 31 200 milhões de dólares, suspeita-se que a investigação possa descobrir números muito mais elevados. Isto porque entre os muitos segredos da Enron está a existência de centenas de sociedades privadas geridas por quadros da companhia que foram criadas para assumir as dívidas, contribuindo assim para mascarar

prejuízos e manter um aparente equilíbrio financeiro.

Quando se tornou público tal artifício, as acções da até então vedeta de Wall Street entraram em queda. A única salvação era vender. Em Novembro passado, a Dynegy, uma outra companhia rival de Houston, ofereceu nove mil milhões de dólares e aceitou assumir outros 13 mil milhões de dívidas procurando apoderar-se de um importante gasoduto com mais de 25 mil quilómetros.

No entanto, face às aceleradas perdas bolsistas e às crescentes dúvidas sobre a saúde financeira da Enron, a Dynegy quis ver em pormenor as contas e acabou por retirar a sua oferta. Foi então que se deu o descalabro.

Implicações políticas

A investigação que o Congresso vai iniciar no próximo dia 24 de Janeiro, para além de pretender apurar procedimentos ilegais, visa esclarecer a responsabilidade de altos funcionários e congressistas da administração Bush no desastre bolsista da Enron que deixou milhares de accionistas na penúria.

De resto as implicações políticas neste caso são evidentes. A forma generosa como a companhia financiava a classe política não deixa dúvidas sobre o assunto. Só na década passada destinou oficialmente para este fim 5,7 milhões de dólares, segundo dados do organismo independente que fiscaliza os donativos a políticos, *Center for Responsive Politics*. A Enron tornou-se assim num dos maiores doadores políticos dos Estados Unidos e George W. Bush um dos maiores beneficiários. Estima-se que, nos anos 90, três em cada quatro dólares da Enron tenham ido parar à causa republicana.

Irregularidades foram igualmente descobertas no seio do próprio Conselho de Administração, que deveria zelar pelo interesse dos accionistas, supervisionando a gestão da companhia. No entanto, sabe-se que 14 dos seus membros estabeleceram contratos de consultadoria com a Enron, efectuaram negócios pessoais e obtiveram donativos para instituições sem fins lucrativos. Entre eles, está um antigo líder da Câmara dos Comuns britânica, John Wakeman, que tinha um contrato de consultadoria que lhe proporcionava 72 mil dólares por ano. Um outro, Jonh Mendelson, presidente do Centro contra o Cancro, em Huston, recebeu para a sua associação qualquer coisa como 657 900 milhões de dólares nos últimos cinco anos.

Despedimentos aos milhares

Entretanto, a bancarrota da Enron transformou-se numa enorme vaga arrastando consigo alguns dos maiores bancos do mundo, que avaliam prejuízos em mais de 1900 milhões de dólares devido a créditos concedidos à companhia falida.

Porém as mais pesadas consequências recaem sobre os seus empregados. Só no Reino Unido foram já despedidos cerca de 1100 trabalhadores, mas os restantes 21 mil que a companhia emprega em 40 países, um quarto dos quais na Europa, têm pela frente um futuro carregado de incertezas.

A Enron controlava 25 por cento do mercado de energia dos Estados Unidos e 20 por cento do mercado europeu. Um dos negócios mais rentáveis foi um mercado virtual na Internet através do qual comprava e vendia electricidade desde Novembro de 1999. Com a falência da EnronOnline empresas como a norte-americana American Electric Power e as europeias Centrica e RWE, que negociavam através deste sistema arriscam-se a prejuízos de milhões de dólares.

A falência da Enron, cujas acções passaram em menos de dois meses de 85 dólares para 26 cêntimos, em Dezembro passado (uma queda de 99 por cento), foi a maior de que há registo na atribulada história económica dos Estados Unidos e constituiu um aviso sério aos governos europeus que têm vindo a insistir na liberalização do sector energético.

Mais 21 mil despedimentos anunciados e uma vaga de prejuízos que afecta bancos e empresas do ramo

Desemprego aumenta em Portugal

A taxa de desemprego atingiu 8,5 por cento em Novembro na zona euro e 7,5 por cento na União Europeia, segundo o Departamento de Estatísticas das Comunidades Europeias (Eurostat).

Mas para Portugal o Eurostat estima que a taxa de desemprego passou de quatro por cento em Outubro para 4,2 por cento em Novembro. As taxas de desemprego mais baixas continuam a ser as da Holanda

(2,2 por cento em Outubro), e Luxemburgo (2,5 por cento em Novembro), enquanto a espanhola se mantém como a mais elevada (13 por cento em Novembro), seguida da Itália (9,3 por cento em Outubro).

O Eurostat estima que em Novembro estavam no desemprego 13,6 milhões de pessoas na UE, 11,7 milhões das quais na zona euro. A taxa de desemprego dos jovens (menos de 25 anos), situava-se

em Novembro em 15,7 por cento na UE e em 16,9 por cento na zona euro, variando entre 5,1 por cento na Holanda e 27,4 por cento em Itália.

A taxa de desemprego feminina continua a ser claramente superior à masculina. Em Novembro, era de 9,1 por cento na União Europeia e de 10,3 por cento na zona euro, enquanto os homens desempregados representavam 6,8 por cento da população activa

masculina na UE e 7,2 por cento na zona euro.

Em Espanha, a taxa de desemprego das mulheres (18,5 por cento), é praticamente dupla da registada para os homens (9,3 por cento). A Irlanda (taxa de 3,9 por cento nas mulheres, 4,2 por cento nos homens), e a Suécia (taxa de desemprego feminino de 4,8 por cento, masculino de 5,1 por cento), são as grandes excepções.

Britânicos referendam euro...

A adesão da Grã-Bretanha ao euro dependerá em última análise da decisão do povo britânico que irá exprimir-se num referendo. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jack Straw, afirmou no sábado que deixou entender que aquela consulta irá sem dúvida realizar-se, ainda que oficialmente esteja subordinada a critérios de convergência económica. Embora não tenha avançado uma data, o governante disse que a sua convocação só «em parte» depende de critérios económicos estabelecidos em 1997 pelo ministro das Finanças, Gordon Brown. «O último teste será feito pelos britânicos porque haverá um referendo sobre esta questão», declarou.

... mas preferem libra

A maioria dos britânicos continua a preferir a libra esterlina em detrimento do euro, tendência que, no entanto, poderá estar a mudar. A imprensa londrina publicou no domingo várias sondagens segundo as quais, cinco dias depois do aparecimento físico do euro, em 12 dos 15 países membros da União Europeia, os britânicos mantêm-se cépticos. Segundo o «News of the World», só um em cada três britânicos aposta na moeda única. O «The Business» revela que 73 por cento dos britânicos considera que o Reino Unido está melhor com a libra, enquanto o «The Sunday Times» aponta que a maioria dos habitantes da Grã-Bretanha acredita que o país acabará por adoptar o euro.

Futuros membros sem opção

O comissário europeu para o Alargamento defendeu no domingo que os futuros países membros da União Europeia devem também aderir ao euro. «Estamos a negociar de modo a que nenhum futuro membro se reserve o direito de ficar longe da Eurolândia. Não queremos ter no futuro os problemas que agora enfrentamos com alguns Estados membros», disse Guenter Verheugen numa entrevista à estação radiofónica DeutschlandRadio. Isto significa, segundo explicou que «todos os futuros membros deverão também, desde que preencham as condições, adoptar o euro». Recorde-se que os Estados «problemáticos» são a Grã-Bretanha, Dinamarca e Suécia que não adoptaram a moeda única. A Comissão Europeia estimou a 13 de Novembro que 10 dos países candidatos estariam em condições de poderem terminar as negociações de adesão no final de 2002: Hungria, Polónia, República Checa, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Eslováquia, Chipre e Malta. No entanto, para o caso do Chipre, o comissário europeu para o Alargamento salientou que, se assim acontecer, somente a parte grega da ilha poderia aderir.

Tráfico de crianças

A capital administrativa da Costa do Marfim acolheu terça-feira, e durante dois dias, uma conferência sobre o tráfico de crianças na África Ocidental e Central, onde cerca de 200 mil jovens são vítimas de abusos e violações. A reunião analisou os meios usados pelos traficantes, de forma a favorecer uma melhor coordenação para um combate mais eficaz a estas violações dos direitos humanos. O encontro reuniu mais de uma centena de participantes oriundos dos continentes africano, europeu e americano. O tráfico de crianças está a assumir proporções alarmantes na África Ocidental e Central, razão pela qual os chefes de Estado dos países da região aprovaram em Dezembro último uma estratégia comum para fazer face à situação.

Desfalque na Indonésia

O presidente do Parlamento indonésio, Akbar Tanjung, vai ser interrogado pela polícia por suspeita de desvio de cerca de quatro milhões de euros de um programa de ajuda humanitária, afirmou esta semana o procurador geral Muhammad Abdurachman. Akbar Tanjung é o primeiro alto responsável a ser considerado suspeito de um crime financeiro depois da eleição de Megawati Sukarnoputri, em Junho de 2001. O dinheiro do programa de ajuda humanitária terá sido utilizado para financiar uma campanha eleitoral do Golkar, o segundo partido indonésio, que apoia politicamente a presidente Megawati.

Testes nucleares

O governo dos EUA está a planear a retoma dos ensaios nucleares subterrâneos para manter a fiabilidade do seu arsenal nuclear estratégico, revelou terça-feira o diário «Washington Post». Caso estes testes venham a realizar-se será rompida a moratória em testes nucleares subterrâneos, assinada em 1992, pelo pai de George W. Bush, sendo de esperar fortes protestos da comunidade internacional, inclusivamente de aliados dos EUA, que são a favor de uma interdição do uso do nuclear a nível mundial.

A base de Guantánamo, ocupada ilegalmente pelos EUA, vai servir de prisão aos talibãs

Suspeitos de terrorismo em prisões especiais

Dentro de 15 dias devem chegar à base naval de Guantánamo, em Cuba, alguns dos «mais perigosos» talibãs e membros da Al Qaeda aprisionados pelos EUA.

A transformação de Guantánamo numa prisão de alta segurança já começou. Sob a direcção do Comando Sul do Pentágono, em Miami, 1500 soldados norte-americanos estão a preparar a base para receber nos próximos dias a primeira centena de presos, mas prevê-se que venha a ter capacidade para 2000 pessoas.

De acordo com notícias vindas a público, os EUA vão enviar para a base naval que mantêm em Cuba - contra a vontade expressa do regime cubano - os prisioneiros talibãs e da Al Qaeda que consideram «mais perigosos».

Embora ainda se desconheça se os polémicos tribunais militares, recentemente criados pelos EUA para julgar acusados de terrorismo, vão ter lugar em Guantánamo, tudo aponta nesse sentido. O secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, disse «não descartar» essa possibilidade. Em causa está a «necessidade», invocada por Washington, de «julgar» os acusados de terrorismo fora do território norte-americano para que não possam beneficiar dos direitos constitucionais dos EUA.

Convém recordar que os tribunais especiais criados para os «terroristas» desrespeitam em absoluto as mais elementares normas do direito internacional, desde o ónus da prova (assacado neste caso

à defesa e não à acusação) até ao direito à defesa (o advogado do réu, para além de não ter acesso às provas da acusação, pode ser imposto pelo jurado), passando pela sentença (que pode ser de morte

São 300 os prisioneiros sob custódia dos EUA no Afeganistão

e ditada por um reduzido número de jurados, sem direito a recurso). A polémica levantada nos EUA em torno desta questão foi de tal

monta que a própria Casa Branca admitiu a necessidade de rever as normas de funcionamento destes tribunais militares. Tanto quanto se sabe, são 300 os prisioneiros sob custódia dos EUA no Afeganistão. Um número indeterminado de suspeitos está preso em território norte-americano.

Reconstrução

Entretanto, e enquanto o Afeganistão continua a ser bombardeado pelos EUA, o Banco Mundial (BM) avaliou em pelo menos 15 mil milhões de dólares (16,5 mil milhões de euros) a reconstrução do país, nos próximos dez anos. Segundo Abid Hassan, responsável daquela organização, serão necessários cerca de dois mil milhões de dólares por ano para a reconstrução das infra-estruturas de base num país devastado por 23 anos de guerra.

Reforma fiscal no México

Mais de 50 por cento da riqueza do México está nas mãos de 20 por cento dos mexicanos mais ricos, enquanto 50 por cento dos mais pobres não chega a ter 15 por cento da riqueza do país. Esta realidade, aliada ao espectro da crise argentina que paira na América Latina, levou a maioria dos deputados mexicanos a alterar profundamente a reforma fiscal apresentada pelo governo do presidente Vicente Fox.

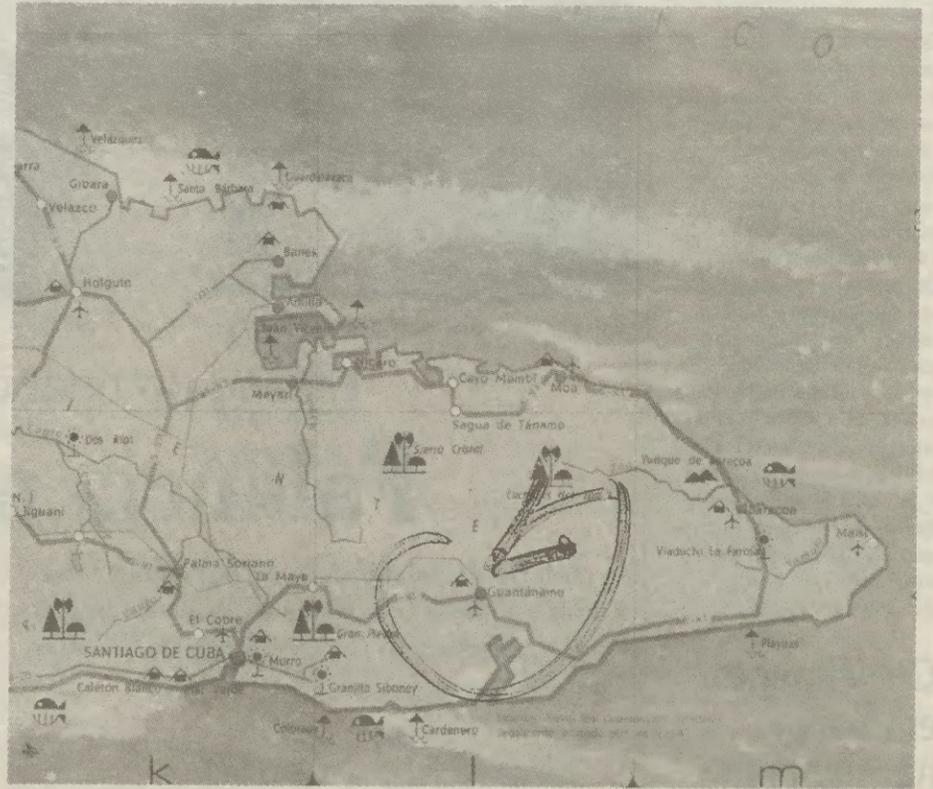
O Partido Revolucionário Institucional (PRI) e o Partido da Revolução Democrática (PRD), na oposição, rejeitaram a proposta do executivo que pretendia aplicar um IVA de 15 por cento a produtos alimentares e a medicamentos. Em contrapartida, foi aprovado um imposto de 20 por cento sobre produtos de luxo, que de acordo com os

dados oficiais estão ao alcance de apenas 20 por cento da população.

O orçamento aprovado no parlamento, onde o Partido da Acção Nacional (PAN) de Fox não dispôs de maioria, é de 155 000 milhões de dólares. Um valor que o presidente mexicano considerou «insuficiente».

Segundo a oposição, no entanto, o governo poderá recolher, através dos novos impostos aprovados e da eliminação de subsídios, cerca de 60 por cento dos fundos que pretendia alcançar com a sua proposta de reforma fiscal, ou seja, cerca de 13 000 milhões de dólares por ano.

Baseada no princípio de cobrar mais a quem mais tem, a reforma aprovada visa em especial os grandes evasores fiscais.



Os EUA mantêm em Guantánamo, contra a vontade de Cuba, uma base naval que agora estão a transformar em prisão

Os sectores da saúde, educação e agricultura são os mais carenciados.

De acordo com um relatório

do BM, a reconstrução de hospitais irá custar entre 100 a 140 milhões de dólares, a reactivação do ensino primário

exigirá investimentos entre 60 a 80 milhões de dólares, e o sector energético necessitará de 40 a 50 milhões de dólares.

«Em nome da luta contra o terrorismo»

Um influente religioso iraní, o ayatollah Amad Jannati, sugeriu que os Estados Unidos estão a tentar «espalhar pólvora seca» nas relações entre a Índia e o Paquistão para depois reforçar a sua presença na região.

Segundo Jannati, que é secretário de uma das instituições mais importantes do regime, o Conselho de Vigilância, os EUA «cometem actos terroristas em nome da luta contra o terrorismo».

«Os americanos e os seus aliados prosseguem os massacres no Afeganistão e querem estabelecer as suas próprias bases militares na região», afirmou o religioso

acrescentando que os EUA «pretendem interferir no novo regime afegão».

A guerra do Golfo, prosseguiu Jannati, «conduziu à presença, no Golfo Pérsico, de americanos», que utilizaram também o pretexto de manter a paz para se instalar no Kosovo e na Bósnia.

Ataques em Caxemira

Um militar indiano e dois separatistas muçulmanos morreram terça-feira no decurso de um ataque contra um acantonamento do exército na parte indiana de Caxemira, informou a polícia.

De acordo com o porta-voz, três separatistas lançaram granadas e rajadas de tiros de armas AK-47, para forçar a entrada no campo do exército indiano, situado em Trehgam, a 110 quilómetros de Srinagar, a capital de Caxemira.

Segunda-feira, os confrontos na zona fronteiriça de Caxemira vitimaram cinco soldados paquistaneses e um militar indiano. Pelo menos 1500 granadas foram lançadas de ambos os lados da Linha de Controlo que separa a área paquistanesa da indiana.

A revolta separatista, que teve início em 1989, em Caxemira, já fez mais de 35 mil mortos.

Arafat exige inquérito ao tráfico de armas

O presidente palestino, Yasser Arafat, decidiu criar uma «comissão de inquérito» sobre o caso do cargueiro com armas apesado quinta-feira passada por um comando israelita no Mar Vermelho, e anunciou que «todos aqueles que estiverem envolvidos neste caso serão punidos se forem estabelecidas provas».

Arafat, que se encontrou recentemente em Ramallah, na Cisjordânia, com o Alto Representante da União Europeia para a diplomacia,

Javier Solana, propôs ainda aos Estados Unidos, União Europeia, Rússia e ONU que participem numa comissão de inquérito mais ampla.

«De qualquer forma, transmitiremos os resultados dos nossos inquéritos internos aos americanos, aos europeus, aos russos e à ONU», afirmou um porta-voz de Arafat citado pela Lusa.

A direcção palestina, que nega qualquer responsabilidade em relação ao cargueiro apesado, acusa Israel

de procurar «pretextos para planear novas agressões contra o povo palestino e para se desembaraçar dos acordos concluídos», afirma um comunicado oficial divulgado domingo em Gaza.

«A direcção palestina desmente qualquer ligação com este barco e manifesta a sua surpresa por ser associada com ele, numa altura em que está comprometida numa batalha para conseguir o fim da violência», refere o documento.

Recessão nos EUA

Bush desafia democratas

«Os impostos só subirão por cima do meu cadáver», afirmou este fim-de-semana o presidente Bush, abrindo a corrida para as legislativas de Novembro.

O clima de sintonia em que democratas e republicanos têm vivido desde os ataques terroristas de 11 de Setembro e que permitiu a aprovação, quase por unanimidade, de uma série de medidas repressivas, está a chegar ao fim. A tónica foi dada

por Bush no passado fim-de-semana, numa breve visita à Califórnia e a Oregon, em que num registo claramente eleitoralista o presidente acusou o Senador (de maioria democrata) de boicotar a aprovação de estímulos económicos por motivos políticos.

Tanto republicanos como democratas consideraram urgente, depois dos ataques terroristas de 11 de Setembro, a aprovação de um programa de incentivos para a recuperação económica, mas quatro meses passados sobre aqueles trágicos acontecimentos ainda não conseguiram chegar a acordo.

A administração norte-americana pretende, entre outras coisas, utilizar a maior parte dos fundos especiais disponibilizados pelo Congresso para fazer face às consequências dos atentados terroristas para reembolsar as empresas de impostos pagos nos últimos anos, e quer aprovar uma

nova redução de impostos.

Pelo seu lado, Tom Daschle, dirigente da maioria no Senado, considera que há uma relação directa entre a degradação da economia, em recessão desde Março último, e as reduções fiscais. Para Daschle, tais reduções têm beneficiado «desproporcionadamente os ricos», pelo que o mínimo que se pode exigir é que não haja mais cortes na carga tributária.

Na sua visita à costa oeste, Bush disse «duvidar muito de uma proposta económica que defende o aumento dos impostos como meio de recuperação do país», e garantiu só por cima do seu cadáver uma tal medida iria por diante.

Apelo ao nacionalismo

A escolha de Oregon para responder a Daschle, que muitos admitem possa vir a ser o adversário de Bush nas próximas presidenciais, não foi accidental. Oregon, com uma taxa de desemprego de 7,4 por cento, a maior do país, é actualmente o exemplo vivo do ponto a que chegou a recessão nos EUA.

Numa tentativa de calar as críticas ao seu plano de recuperação económica, o presidente norte-americano não hesitou em apelar uma vez mais para o nacionalismo exacerbado, assegurando que neste domínio «há que mostrar a mesma unidade, claridade e resolução que na luta contra o terrorismo».



A mensagem aos democratas não podia ser mais clara: «Os terroristas não só atacaram a nossa liberdade como também a nossa economia. Temos que responder com unidade», disse Bush.

Resta saber até quando a chantagem política vai continuar a fazer efeito, tanto mais que na memória de todos está ainda bem presente a famosa frase de George Bush pai na campanha eleitoral de 1988: «leiam nos meus lábios, não haverá novos impostos». Dois anos depois de assumir a presidência, e perante o crescente défice fiscal, Bush pai promulgou o aumento das tributações.

Restará saber até quando a chantagem política vai continuar a fazer efeito, tanto mais que na memória de todos está ainda bem presente a famosa frase de George Bush pai na campanha eleitoral de 1988: «leiam nos meus lábios, não haverá novos impostos». Dois anos depois de assumir a presidência, e perante o crescente défice fiscal, Bush pai promulgou o aumento das tributações.

Dois milhões de despedimentos em 2001

As empresas norte-americanas despediram quase dois milhões de trabalhadores em 2001, o que corresponde ao triplo dos despedimentos registados no ano precedente, segundo estatísticas divulgadas pelo gabinete de consultoria Challenger, Gray & Christman, na passada semana.

De acordo com a Challenger, os anúncios de supressão de empregos no ano passado envolveram 1 956 876 trabalhadores, cerca de 40 por cento dos quais (785 995) depois dos atentados de 11 de Setembro. Em 2000 foram efectuados 613 960 despedimentos, segundo os cálculos da Challenger.

O presidente da empresa, John Challenger, salientou em comunicado que os números relativos aos despedimentos ultra-

passaram tudo o que era possível antever há um ano, recordando que o balanço dos despedimentos se situava já em 1,2 milhões antes de 11 de Setembro.

Por sectores, as telecomunicações lideram, com 317 777 postos de trabalho suprimidos (nove vezes mais do que em 2000, em que foram despedidos 34 903 empregos), seguindo-se a informática (168 395), os bens industriais (153 952), a electrónica (153 432), o automóvel (133 686) e os transportes (133 017).

Entretanto, o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos informou sexta-feira que o índice de desemprego norte-americano subiu para 5,8 por cento em Dezembro, a maior taxa desde Maio de 1995.

Crise continua

A Ford Motor vai despedir 20 mil trabalhadores e encerrar várias fábricas em 2002. De acordo com a notícia avançada pela edição electrónica do «Financial Times», a administração da empresa irá reunir-se esta semana para aprovar o plano de despedimentos, o qual deverá ser divulgado amanhã.

O grupo norte-americano de telecomunicações AT&T anunciou na passada semana que irá despedir cinco mil trabalhadores. Com estes despedimentos, sobe para dez mil o número de postos de trabalho que foram eliminados nos últimos meses.

A Oracle, produtor de componentes informáticos, vai também despedir 800 trabalhadores. Os despedimentos irão ocorrer, essencialmente, nos sectores das vendas e serviços de consultoria.

• Manoel de Lencastre

Negócios ruins da Ford e da GM

«Ford Motor Company» é uma das mais significativas bandeiras do capitalismo. Se os negócios vão bem para a importante companhia, os grandes meios do sistema exultam. Se, pelo contrário, marcham de forma negativa, encontram-se desculpas, rapidamente. Desta vez, porém, os negócios da Ford não vão bem nem mal, vão péssimos. Por isso, o capitalismo escolheu, e fez bem na defesa dos seus interesses, pouco ou nada dizer. Mas nós, que não estamos comprometidos com eles, podemos dizer tudo o que sabemos sem constrangimentos. Basta referir, para começar, o que disse Jim Padilla, vice-presidente do Grupo e chefe de operações do sector da América do Norte.

«As reestruturações a que vamos dar início», disse, «conduzirão ao encerramento de fábricas. A produção será reduzida nos Estados Unidos, no México e no Canadá. Estamos a preparar um plano geral de redução nas capacidades produtivas, antes do lançamento de alguns novos modelos especiais». Mr. Padilla, que foi promovido aos lugares que ocupa devido ao controverso afastamento, em Outubro, do «supremo», Jac Nasser, que era o chefe-executivo de toda a Ford, disse ainda: «O Grupo Ford tem estado a explorar a possibilidade de pôr em prática um novo sistema de produção ao mesmo tempo que procura resolver questões que resultam de termos estado a produzir carros de qualidade desigual».

Tudo isto para explicar a grande questão que está a abalar a companhia até aos seus mais sólidos fundamentos. A má performance verificada ao longo do último trimestre de 1991, dará lugar a prejuízos de 900 mil milhões de dólares, uma terrível soma que será adicionada ao deficit dos primeiros nove meses do ano, nada menos do que 1560 mil milhões de dólares. Como se estas «incríveis» perdas não fossem suficientes para fazer perder a cabeça à administração da companhia, deu-se o problema dos pneus Firestone dos quais, 13 milhões, tiveram de ser recuperados e substituídos. Alternativamente, a Ford teve de concordar em indemnizar os clientes que preferiram ser eles próprios a trocar de pneus. Na conjuntura, a Ford decidiu, ainda, despedir 8000 empregados de escritório e 10 000 operários com folhas de salário em regime de «à hora». Mas, para conseguir atingir as economias que os referidos despedimentos ocasionaram, a empresa teve de despender 4300 mil milhões de dólares no cancelamento de

contratos com aqueles milhares de trabalhadores.

A situação da empresa, como resultado dos números acima referidos e da administração de Jac Nasser, levou ao regresso da família Ford que, depois de muitos anos na sombra, ainda que nunca tivesse perdido o controlo da maioria das acções, teve de voltar para trabalhar «no terreno». Na verdade, os Ford começaram a ver as areias movediças em que a sua histórica companhia estava a operar e decidiram, mesmo contrariados, intervir. As condições em que a indústria automóvel americana está a trabalhar levaram os Ford a declarar: «Se eles levantam nos Bancos a 7% e emprestam sob a forma de carros a zero por cento, então, nem queremos sequer saber quem são – têm de estar a perder dinheiro». Referiam-se, evidentemente, aos principais concorrentes, a General Motors.

Uma empresa que fez história

Henry Ford (1863-1947) nasceu em Greenfield, no Michigan. Foi o pioneiro da indústria automóvel americana. Era filho de um imigrante irlandês e manifestou cedo a sua propensão para as questões da relojoaria e da mecânica. Em 1882, foi trabalhar para uma fábrica de máquinas agrícolas em Detroit, como montador e reparador dessas máquinas. Cinco anos depois, após o casamento, surge como engenheiro-chefe da Edison Illuminating Company. Mas, nas horas vagas, construiu, peça a peça, o seu primeiro automóvel. Tratava-se de um quatro cavalos com arrefecimento a água e sem marcha atrás. Em 1889, tornava-se associado da Detroit Automobile Company. Para construir o carro dos seus sonhos, aquele que se tornaria de preço acessível a todos, criou a Henry Ford Company (1902) e, no ano seguinte, a Ford Motor Company que viria a ser a mais poderosa empresa industrial americana independente. Esta nova companhia passou a construir carros em série (75 000, anualmente). As exportações para a Grã-Bretanha atingiram o número de 3000 viaturas por ano. Com a I Guerra Mundial à porta, a Ford criou um sistema de vendas a crédito ao seu próprio pessoal que, de empregados, passaram a clientes. Todos, portanto, adquiriram o seu carro particular, o que alterou, como sabemos, os valores sociais da época segundo a ideologia do capitalismo. O filho de Henry Ford, Edsel (1893-1943), tornou-se presidente da companhia em 1919. Foi por iniciativa sua que se construíram as gigantescas fábricas Ford, em Detroit, nas margens do rio Rouge.



• Fernando
Gonçalves

Leilão viciado

na privatização do Banco de Fomento e Exterior

Nesta espécie de arremedo de leilão, repetido em outros bancos desnacionalizados, a base de licitação estava viciada à partida e os compradores bem definidos desde o início. O Banco Português de Investimentos deve ser obrigado a entregar ao Estado português a enorme diferença entre o montante pago e o valor real.

Na sua edição de 14 de Dezembro, o «Expresso» informava que «o Banco Finantia deverá apresentar em breve ao Estado um pedido de indemnização no valor de vários milhares de contos, pela exclusão no concurso para a privatização do BFE, onde apresentou um preço superior ao do BPI».

Este concurso teve lugar em 1996, sendo o Dr. Sousa Franco o ministro da Tutela.

No relatório do BFE de 1995 tomamos conhecimento dos participantes na operação, por parte do banco:

parte do capital social foi alienada a um preço que variava entre os 1150 e os 1300 escudos, destinada a trabalhadores, emigrantes e pequenos subscritores, depositantes e investidores em geral.

Na altura, a parte desnacionalizada do BFE já atingia os 31,5 por cento, fruto da desnacionalização indirecta do banco, pela desnacionalização parcial da Cimpor, que detinha 12 por cento do capital social do BFE.

Quando dizemos que a base de licitação estava viciada à partida, dizemo-lo pela simples razão de que o capital do banco não é o que a situação líquida reflecte, mas sim o total dos respectivos activos. É na base deste elemento que se devem fazer avaliações.

Fique claro que consideramos antinacional toda e qualquer

a resolução do Conselho de Ministros aprova a venda do BPI por 2615 escudos por acção.

Segundo o «Expresso», o Banco Finantia ofereceu 2701 escudos por acção, contra os 2615 escudos que o BPI acabou por pagar. Ainda segundo o «Expresso», dada a preferência ao BPI, o Estado deixou de ganhar 4,5 milhões de contos e os particulares 2,2 milhões de contos.

Ora, em 31 de Dezembro de 1995, verificamos que o Balanço Consolidado do BFE apresentava um activo no montante de 1 682 560 658 escudos, o que, dividido por 80

que oculta o facto de o capital social de um banco, mais do que em qualquer outra instituição, ser sempre um ponto de partida que, em momento como as avaliações, tem que ser confrontado com a evolução da instituição.

O capital alheio e recursos vários, como depósitos e outros, são elementos também a analisar, quando se avalia a evolução da instituição, particularmente no que se refere às respectivas aplicações, que constituem o activo. Estatisticamente, e como regra, verificamos que os recursos da banca (capital alheio) têm uma

O BFE em 1994 Distribuição do capital social

Detentor	N.º de acções	%
Estado português	47 010 820	58,76
Partest SGPS	13 503 300	16,88
Cimpor	9 600 000	12,00
IPE	7 785 800	9,73
ICEP	200	0,01
BFE (acções próprias)	2 099 800	2,62
Totais	79 999 920	100,00

Contas por fazer

Valor de cada acção de acordo com o activo do BFE	21 032\$
Valor aprovado pelo Governo e pago pelo BPI	2 615\$
Diferença no valor de cada acção	18 417\$
Diferença em 80 milhões de acções	1 473 360 000 000\$

- o presidente da Assembleia Geral, Mário Júlio Montalvão Machado,

- o presidente do Conselho de Administração, Miguel José Ribeiro Cadilhe,

- o presidente do Conselho Fiscal, Mário Patinha Antão.

A prova dos números

Em Dezembro de 1994 verificou-se a primeira fase de desnacionalização, com a alienação de 19,5 por cento do capital social do BFE. Esses 19,5 por cento correspondiam a 15 603 100 acções nominativas, pertença da Partest (13 503 300 acções) e ao BFE (2 099 800 acções próprias). Aquela

avaliação, quando se trate de desnacionalizações.

Em 31 de Dezembro de 1994, o Relatório e Contas do BFE apresentava o Balanço Consolidado com o montante de Activo de 1 664 069 933 escudos, o que, dividido por 80 milhões de acções, dá um valor de 20 550 escudos por acção.

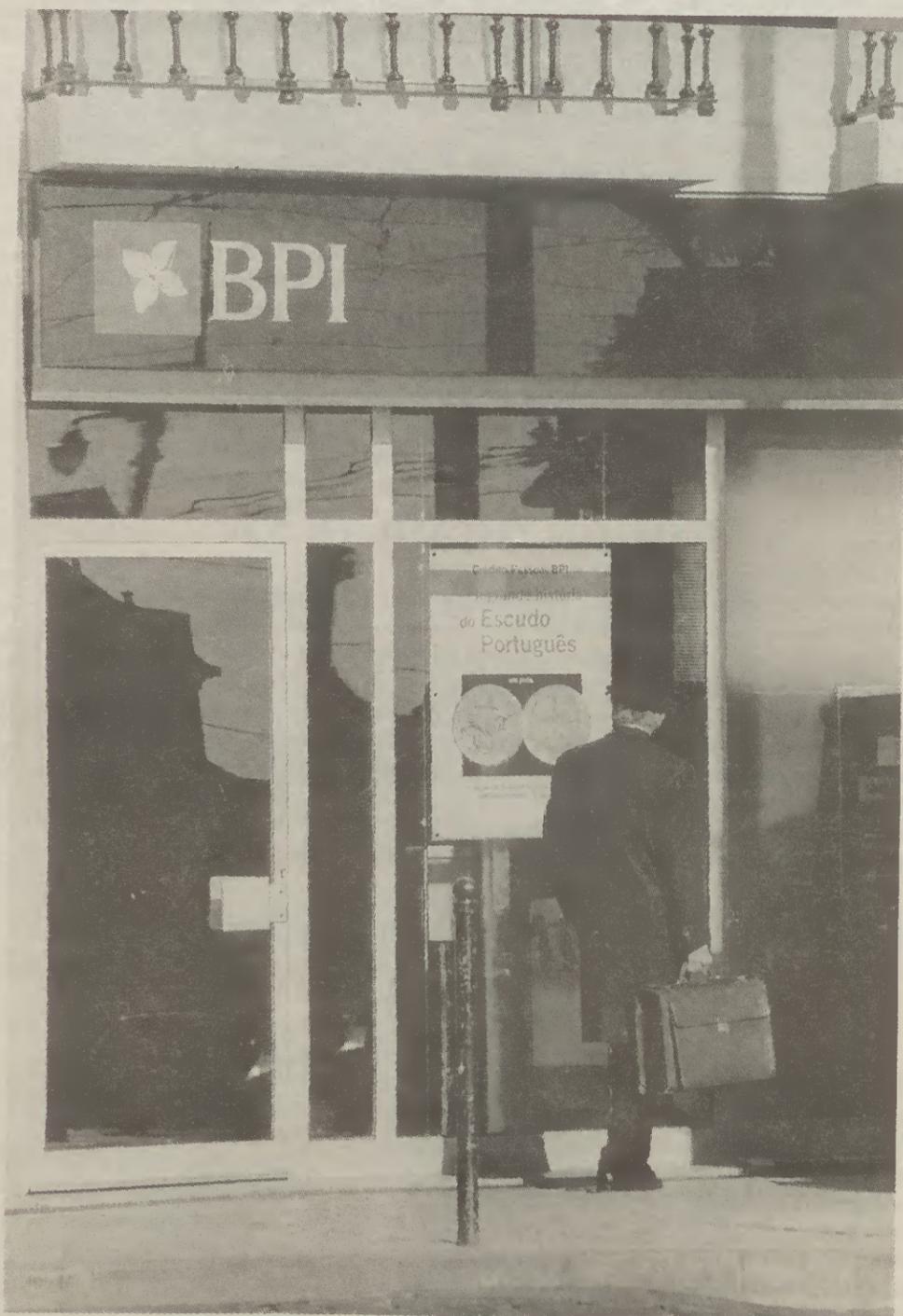
Em Janeiro de 1996, o BPI anuncia o lançamento de uma oferta pública de aquisição sobre o BFE, a 1650 escudos por acção; a OPA foi indeferida pelo então ministro da Tutela, Sousa Franco. A 16 de Julho de 1996, o BPI, o Banco Finantia e o BNC apresentam propostas ao ministro, para apanharem a preciosa presa BFE. Após muitas peripécias, certamente «incontáveis»,

milhões de acções, nos dá 21 032 escudos por acção. Feitas as contas, entre os valores pagos por cada acção e aqueles valores que o Banco Finantia pretendia pagar, verificamos que o Governo da altura, para além da ruínosa desnacionalização, ofereceu ainda ao BPI quase mil e quinhentos milhões de contos. Este valor representa a diferença entre os 2615 escudos por acção, pagos pelo BPI, e os 21 032 escudos por acção que se encontraria, se o valor das acções fosse determinado com base nos valores do Activo.

Esta metodologia é contestada, naturalmente, pelos economistas e outros que seguem o pensamento dos ideólogos do capital financeiro,

evolução ascendente, daí ser constante a existência de uma parte considerável destes elementos do capital alheio, o que permite uma contínua rotação dos elementos do activo (aplicações; aumentando a riqueza, continuamente, sem modificação da riqueza constitutiva.

O Banco Português de Investimentos, que tem Santos Silva como patrão e é o grupo financeiro de um dos grandes centros do capital financeiro, deve ser obrigado a entregar ao Estado português os mil e quinhentos milhões de contos resultantes das nossas contas. O BFE deve voltar a integrar um amplo sector estatal da banca nacionalizada.



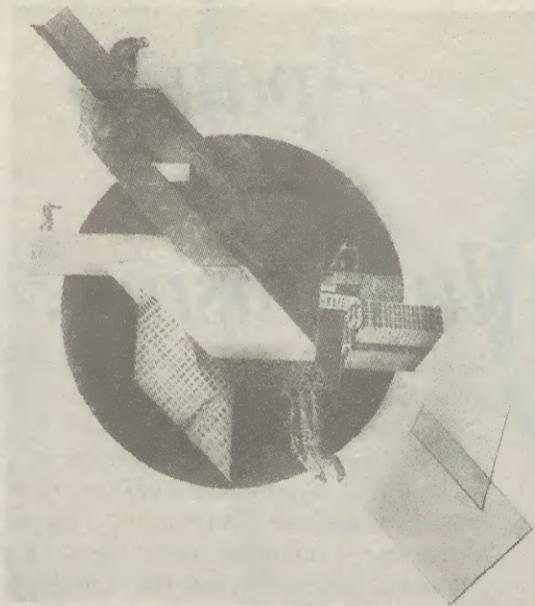
Artes Plásticas

• Manuel Augusto Araújo

A arte é o instrumento do progresso universal
El Lissitzky

Na feroz luta ideológica que se trava nos nossos dias, em que o liberalismo globalizante do chamado «mundo livre» não está tão seguro do seu completo triunfo quanto os defeccionistas de esquerda que se esforçam por, utilizando os métodos marxistas, submeter fortemente a teoria socialista às influências burguesas, uma das frentes de luta mais sensíveis é a frente cultural.

Não com a estreiteza dos que defendem que a fronteira entre esquerda e direita é politicamente quase irrelevante e que é predominante ou mesmo exclusi-



Cidade Dinâmica (1919-1928), G. Klutskis

Esquerda, cultura

vamente cultural, conclusão que, esforçadamente, alcançam abordando o marxismo, com as «cândidas» metodologias gerais do pensamento sociológico e filosófico, exactamente o que Marx denodamente anemitiu, para o esvaziarem de qualquer veleidade revolucionária e o integrarem na órbita do pensamento burguês, o que também é revelador de como a burguesia esqueletizou as suas forças vitais e é obrigada a recorrer teoricamente ao pensamento do campo inimigo, depois de rigorosamente expurgado do seu potencial transformador.

Este jargão, como dirão apressadamente os intelectuais «progressistas» e «iluminados», tem o propósito evidente de demarcar os campos das opções que se continuam a colocar muito claramente aos intelectuais: ou serem os celebrantes de valores passados, ora assumidos como mui modernos e que se limitam a descrever a realidade em movimento, ou fortalecerem em si e nos outros a vontade de transformar radicalmente o estado das coisas, actuando sobre o movimento da realidade.

Os reflexos do pensamento capitulacionista revelam-se em todas as latitudes e no trabalho artístico, literário, filosófico e historiográfico tornam-se um campo experimental de negatividades, ausências, obsolescências que, por comodidade, se abrigam sob a denominação genérica de pós-modernidade. Bem demonstrativo deste estado de coisas é a eleição por um celebrado crítico da «atenção lucidamente autodestrutiva da desesperada vitalidade» como o grande tema da actual poética ocidental, ou um outro festejado filósofo afirmar que «a ideia moderna de racionalidade global da vida social e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de mini-racionalidades ao serviço de uma global inabarcável e incontrolável irracionalidade» enunciando como única saída possível «a reinvenção das mini-racionalidades da vida de modo a que elas deixem de ser partes do todo e passem a ser totalidades presentes em múltiplas par-

tes», concluindo que «é esta a lógica de um possível pós-modernismo de resistência».

Ninguém se interroga se estas teses, que assumem a deslembração e a recusa de si-próprio como a afirmação possível de conhecimento e liberdade, e a «reinvenção de mini-racionalidades» como um exercício de pacificação, ritualizando uma pretendida resistência ao estado de sítio policial em que o mundo desembocou com a aceitação de uma hipersuperpotência que acredita ser durável e última, não são uma rendição condicional mas assumida.

Ninguém, no campo destes mediáticos pensadores, que procuram desesperada e metafisicamente inventar o novo, fabricado com velhas e relhas teorias, enquanto se submetem, esbracejando com maior ou menor vigor, à hegemonia do pensamento dominante, se interroga se na raiz das suas teses não está o germe que as anula. Se não são a mentira da sua própria razão.

Há que entender que a cultura é parte inteira do real colectivo onde é urgente actuar, porque hoje como ontem e sempre, não há nada que não seja significativo no saber da humanidade. Para esse conhecimento adquirir espessura útil, é imprescindível excluir-se o uso dos métodos da vulgata materialista, as intermediações mecanicistas de causalidade e, no plano cultural, recusar classificar e interpretar os produtos e objectos culturais antes de os questionar, partindo sempre de hipóteses provisórias donde se extraem conclusões relativas.

Há que redescobrir o humanismo, contra a atomização da vida, para que a actividade artística, literária, filosófica, historiográfica seja activa, em permanente confronto com a sociedade para inventar uma sociedade outra, afirmando o ser individual entendido como livre e semelhante aos outros. Esta é que é um projecto de cultura de esquerda, da esquerda.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Na hora

Sou quem sou

*Eu sou este bem à vista.
Identificadamente.
Nome próprio: Comunista.
Morada: Futuro, em frente!*

A quadra tinha, suponho,
o sonho de achar um jeito
de andares com ela ao peito.
Ser feliz é ter um sonho.

Mesmo que, pouco dotada,
não tenha feito o bastante
Vá, põe-na ao peito um instante
dá um jeito, camarada...

Autocrítica

Estás zangado
com o resultado.
É natural, amigo.
Mas estás de bem contigo?

Eu li, ouvi.
Ralhas agora.
Mas pões-te a ti
de fora?

Que criticar não baste
— a regra que persiste.
Criticaste.
Agiste?

Descontente? Ah, pois!
Que palavras cortantes!
Depois.
Mas antes?

Perigoso sentido
na arte dos pilotos
quando o Partido
são os outros...

Trabalho

Agir

Saber é ir.

Abrir estradas
florir as madrugadas
as estrelas remir dos alçapões
e com elas reunir constelações
que tecem o dever.

Agir, camaradas, agir.
Construir
o universo.

Ir
ao menos com o elixir
de um verso.

Naquela mesa

«O que é preciso
é não baixar os braços.»

Os olhos baços
o claro sorriso
as mãos que tremem, as
palavras já incertas, mas
o puro face a face
do instinto de classe.

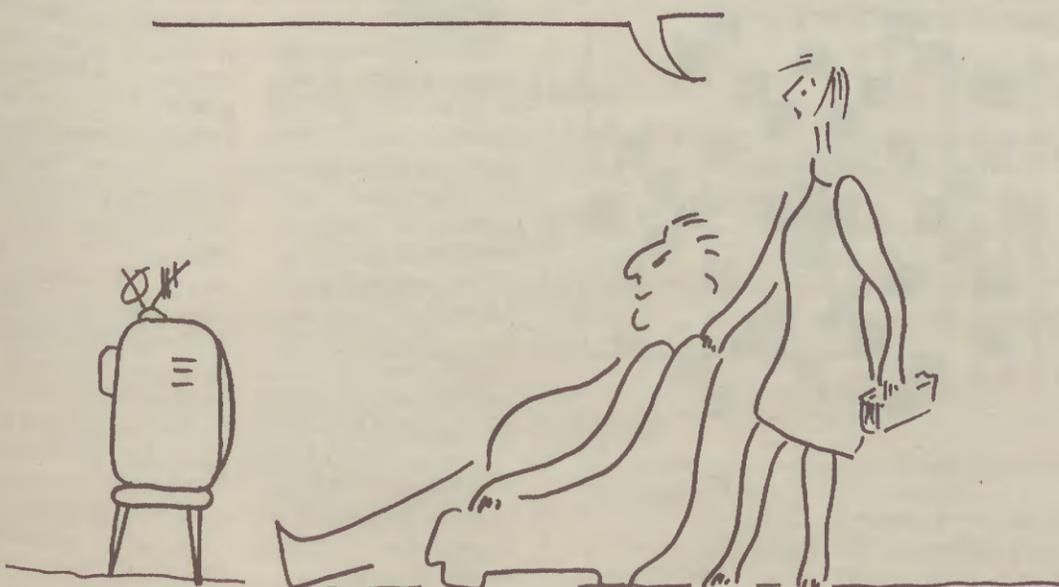
Não se respira em vão
naquela mesa calma.
Baixar os braços? Não.

E muito menos os braços da alma.

Cartoon

• Monginho

OLHA... OLHA... TANTOS COMUNISTAS
NA TELEVISÃO !!?



Monginho - + L.

Ciência e Tecnologia

Francisco Silva

Com o surgir da(s) ciência(s), pelo menos tal como a(s) recebemos, como a(s) vimos, como a(s) utilizamos e assimilamos no Ocidente, isto é, com o surgir do modo científico de conhecer decorrente do grande movimento de emancipação do pensamento cognitivo relativamente aos dogmas religiosos e à magia, que alvoreceu já no século XVI (veja-se o caso português - Pedro Nunes, Duarte Pacheco Pereira, Garcia de Orta, Amato Lusitano -, quase esquecido, no entanto, sem o qual, suspeito muito, os Descobrimientos não teriam chegado onde chegaram) e que se expandiu com um ímpeto impensável nos séculos XVII e XVIII (o movimento conhecido por Revolução Científica), enfim, em virtude de tal movimento emancipatório, parecera ter a Humanidade apoderado-se, em definitivo, da Razão ou esta da Humanidade, consoante as sensibilidade filosóficas.

Pareceu-o desde logo às elites «iluminadas», em particular aos cultores das ciências e aos inventores e criadores das tecnologias. E, com o andar do tempo, com o progredir da Revolução Industrial, também o mesmo foi parecendo às camadas cada vez mais amplas que foram sendo atingidas pela inervação daquela nas sociedades dos países «mais avançados».

Isto, à partida, nomeadamente a acontecer aos operários, os quais fizeram os novos instrumentos de produção e utilizaram-nos para trabalhar a transformação das matérias-primas em bens, produzindo assim o que fora das fábricas cumpre o seu destino junto seus utilizadores - os operários, testemunhas, do lado da produção, da crescente imbricação dos resultados da Ciência com os da Tecnologia.

Isto, também a acontecer aos consumidores e, de um modo geral, aos usufruidores dos produtos, quer bens, como as lâmpadas ou os telefones, quer serviços, como a distribuição de energia eléctrica ou o serviço telefónico (comigo, talvez por deformação devida à formação, são quase sempre os exemplos ligados à electricidade a surgirem à cabeça!) - inicialmente, apenas pequenas fracções das sociedades puderam aceder, pelo lado da utilização, ao estatuto de testemunhas do processo de aproximação da Ciência e da Tecnologia; e com o passar do tempo, foi-se ampliando à totalidade das mesmas sociedades o usufruto dos bens e dos serviços que foram surgindo,

Apagão ou iluminismo?

do, emergindo o consumismo, uma etapa muito influenciada pela ideia do fordismo.

Quer dizer, a razão emancipada, na sua vertente científica, foi materializando-se em crescendo na Tecnologia e nos seus produtos; e, no espírito da maioria das pessoas, gerou-se mesmo uma identificação entre a Ciência e a Tecnologia, esta sendo a face visível daquela. Ortega y Gasset chegou a escrever, na primeira metade do século XX, que a «experimentação científica» e o «industrialismo» se podiam resumir num só princípio: a «técnica». Estava-se numa época de um optimismo «científico» quase sem limites!

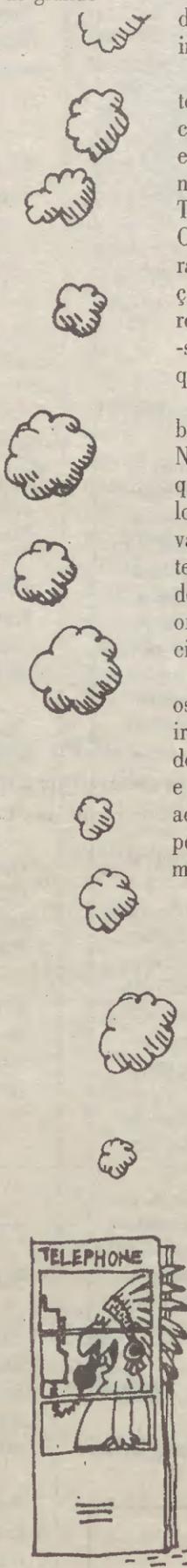
Foi então que os EUA fizeram explodir as bombas atómicas que destruíram Hiroshima e Nagasaki. E foi, em face de tal horror, então, que muitos entenderam ter-se ido demasiado longe, a começar, esta consciencialização, por vários dos mais notáveis cientistas participantes no projecto Manhattan. Um choque tremendo que rastilhou fortíssimo e fez emergir a força organizada da «responsabilidade social dos cientistas».

Bem, tal foi o choque que hoje são muitos os que datam destes eventos a evidência da irrazão de uma Razão que colocara nas mãos dos homens a possibilidade de se destruírem e destruírem a Vida e a Terra. Para esses, aqueles foram os sinais de quanto estavam por terra as esperanças no Progresso e no Iluminismo.

E quase todos os dias os factos que vão surgindo - e aqui reporto-me aos da área da Ciência & Tecnologia, mas outros são apontáveis nas diversas instâncias da sociedade - a infirmar a irracionalidade do projecto da Modernidade: o frio do Inverno nuclear, o buraco do ozono, o calor do Verão do efeito de estufa, as poluições, a catástrofe em termos da biodiversidade, a insegurança alimentar, vide vacas loucas, o brincar ao Criador, vide OGMs, Dollies e outros que tais, enfim, a insustentabilidade...

O melhor seria fugir, mas para onde? Ou esconder-se, parado, na esperança que a mim e aos meus me corra pelo menos pior.

Por mais esforços que faça, não consigo alinhar com esta Crença. Há de certeza saídas e, para lá chegar, o conhecimento científico e a Tecnologia são parte das ferramentas imprescindíveis para fazer o caminho. Como o fazemos? Andando, claro!



Pontos Cardeais



Pagamentos

Entrou esta semana em vigor a suspensão da taxa de alcoolémia de 0,2 gramas por litro de sangue, voltando-se à antiga medida de 0,5 gramas por litro, como foi determinado pela Assembleia da República nos finais do ano passado. O Governo decidiu, entretanto, duas coisas curiosas em relação a quem foi apinhado neste período com valores até 0,5 gramas: por um lado, quem não pagou a respectiva coima, não terá de o fazer; por outro, quem cumpriu essa obrigação e fez o pagamento... não tem direito a qualquer devolução.

Ou seja: quem foi zeloso e cumpridor, pagando de imediato as suas obrigações para com o Estado, é castigado por isso mesmo; quem assobiou para o lado, é agora premiado com a anulação das coimas!

Mesmo estando em regime de gestão, o Governo não pode ser tão grosseiramente injusto para com os cidadãos. Ou será que a gestão, neste caso, significa desprezo puro e simples pelas funções?

Lojas

O Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISSS) abriu apenas 22 das 50 «lojas da solidariedade» previstas para 2001, isto depois de os cortes orçamentais já terem reduzido para metade os objectivos iniciais do projecto. Na verdade, no início de 2001 a direcção do ISSS tinha fixado em 100 o número de lojas da solidariedade a abrir até ao final do ano mas, devido às «correções» e cortes orçamentais efectuados, esta meta baixou para metade, ou seja 50. Pois nem essas conseguiram abrir, ficando-se pelas 22...

E o que são as «lojas da solidariedade»? Basicamente, são locais onde se concentram e resolvem os mais diversos assuntos burocráticos, como assuntos da Segurança Social, subsídios de desemprego

e doença, Rendimento Mínimo Garantido, acção social, pensões, contribuições, etc. O cidadão passa a dispor de um «regime de proximidade» nestas lojas, que estarão vocacionadas para responder mais rápida e eficazmente às suas solicitações.

Pois é. Mas depois vêm os cortes, os atrasos e, finalmente, a queda do Governo, pelo que a «proximidade» ao cidadão não passa disto: sempre longínqua!

Influências

O antigo deputado do PS José Sócrates, actual Ministro do Ambiente, ter-se-á envolvido pessoalmente, em 1995, numa operação que, segundo o «Público» tudo indica «terido como objectivo alterar uma decisão da Câmara Municipal da Covilhã por forma a que esta adjudicasse a uma empresa de um conhecido seu um concurso público já ganho por outro concorrente». A conversa telefónica durante a qual Sócrates manifestou a intenção de intervir no caso foi gravada pela Polícia Judiciária - gravação autorizada judicialmente no âmbito da investigação que então decorria ao presidente da Câmara Municipal da Nazaré - e foi parcialmente transcrita pelo «Público». Em causa estava a construção da Biblioteca Municipal da Covilhã, obra que a Câmara adjudicou à empresa Abrantina por 173 mil contos após concurso, o que terá desagrado a Álvaro Geraldes Pinto, empresário ligado à Ceoga (que concorrera com a Abrantina no concurso da Biblioteca) e à Gitap que, por seu lado, é uma sociedade «que há muito domina o mercado de estudos e projectos de grande parte das Câmaras socialistas de todo o país». A conversa telefónica de Sócrates terá sido com este senhor, numa ligação para os escritórios da empresa.

No meio de tanta confusão só se percebe que José Sócrates é, sem dúvida, um homem de influências...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Armadilha para pássaros; planta medicinal das margens do Mar Vermelho; doca. 2 - Fúria incontida; planta labiada e vivaz; insignificância (fig.); discurso laudatório. 3 - Tinta de pintar; perigosas; comparece. 4 - Choupos; passagem larga entre montes. 5 - Apelido; tempestuoso; atmosfera. 6 - Carta de jogar; espécie de veado; íntimas; basta. 7 - Conj. que indica alternativa ou incerteza; acusada; existes; Ruténio (s.q.). 8 - Artigo antigo; descaramento (pop.); frutos da ateira; cânhamo de Manila. 9 - Pedra de moinho; nasce; partícula afirmativa do dialecto provençal. 10 - Companheiros; confusão (fig.). 11 - O rubor das faces; na companhia; cessar o movimento. 12 - Igualdade (pref.); bebida usada na Índia; joieira; estima. 13 - Dificuldade (fig.); árvore leguminosa cesalpinácea; trajar.

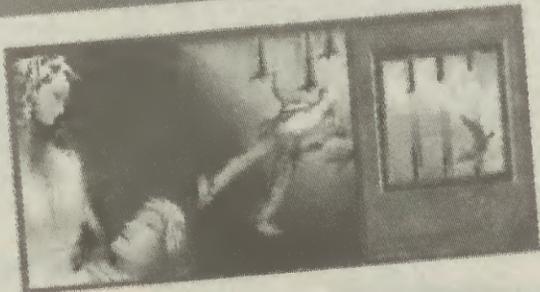
VERTICAIS: 1 - Gargalhada; o tesouro público. 2 - Também (arc.); esplendor (fig.); a polícia nazi. 3 - Verniz da China (charão) (pl.); espécie de macaco brasileiro (pl.). 4 - Nome de homem; sem demora. 5 - Enguia; época; discursiva. 6 - Mil e cinco romanos; carimbos; Cobalto (s.q.). 7 - Dirigiam-se (fig.); Rádio (s.q.); antemeridiano (abrev.); óxido de cálcio. 8 - Espaço de doze meses; patrão. 9 - Chefe etíope; sim (ant.); prefixo que exprime a ideia de privação, separação; forma apocópada de muito. 10 - Avenida (abrev.); astro que, tal como os planetas, girá à volta do Sol (pl.); Tântalo (s.q.). 11 - Orígem (fig.); membro de ave; bolo feito de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia. 12 - Flancos; planta do pé. 13 - Combinar, rostos. 14 - Satélite de Júpiter; inter. que imita o som produzido pela explosão de um tiro; mulher nobre. 15 - Varanda; desbatar.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Relat. mitol.; cas. 2 - Irr. iat.; avo.; loa. 3 - Cort. máis; vai. 4 - Sã; trossos; ar. 5 - As; rema; imas; lá. 7 - On; rós; Ru. 8 - El; latal; alas; má. 9 - Mót; emanat; oc. 10 - Amigos; salada. 11 - Cort. com; parat. 12 - Iso; acat; utat; ama. 13 - Oosso; olatat; usat. VERTICAIS: 1 - Rísad; etat; 2 - Err. sol; SS. 3 - Lacs; micos. 4 - Omat; logo. 5 - Irr. era; ora. 6 - MV; sínctes; Co. 7 - Iant; a.m.; cal. 8 - An; amo. 9 - Rás; st; ant; mut. 10 - Av.; cometas; Ta. 11 - Ovo; asaj; apa. 12 - Alas; sola. 13 - Alíat; caras. 14 - Iot; tum; dama. 15 - Sacada; aparat.

MANUEL TIAGO

SALA 3

E OUTROS CONTOS



**Novidade
já à venda**

Obras de Manuel Tiago

Até Amanhã, Camaradas,
(8.^a edição)

A Casa de Eulália
(2.^a edição)

Cinco Dias, Cinco Noites
(8.^a edição)

Fronteiras

A Estrela de Seis Pontas
(3.^a edição)

Um Risco na Areia
(2.^a edição)

Sala 3 e Outros Contos

Envie o seu pedido para:

Editorial «Avante!»

Serviço de Venda Postal

Av. Gago Coutinho, 121 – 1700-029 LISBOA

2002

1.º de Maio em Cuba

De 29 de Abril a 11 de Maio 2002

Visitas a Havana, Arroyo Naranjo, Soroa, Valle Viñalles, Guamá, Aldeia Taina,
Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remédios e Varadero

Viagem promovida pela

Direcção da Cidade de Lisboa do PCP

(Inf. e inscrições: cam. César Roussado, tel. 213307000, ou Centro de Trabalho Vitória)

VIAGEM AO BRASIL EM 2002

Rio de Janeiro – Angra dos Reis e Cabo Frio – Búzios

5 a 13 de Outubro (data prevista)

promovida pela

Comissão Concelhia de Almada

(Inscrições e informações: Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777)



Encontro de Quadros do Alentejo

Em Sines – no Salão do Povo, domingo,
dia 13, a partir das 10h

com a participação do Secretário-Geral do PCP
Carlos Carvalhas,

que intervirá na sessão pública de encerramento, às 17h30

AMADORA

Sector de Empresas da Amadora - Reunião do OD do Sector:
hoje, dia 10, às 19h, no Centro de Trabalho da Amadora.

Damaia – Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e social e tarefas e intervenção do Partido, com a participação do camarada **Francisco Lopes:** sábado, dia 12, às 16h, no Centro de Trabalho da Damaia.

Reboleira – Plenário alargado, aberto a militantes e amigos, sobre o novo quadro político e as próximas eleições legislativas, com a participação do camarada **Carlos Chaparro:** sábado, dia 12, a partir das 15h, no Refeitório dos Trabalhadores da Junta de Freguesia da Reboleira (junto ao Mercado da Reboleira/Correios).

OEIRAS

Porto Salvo – Plenário de militantes sobre a situação política e as próximas eleições legislativas, com a participação da camarada **Paula Henriques:** sábado, dia 12, a partir das 16h, no Núcleo Central do Tagus Parque (2.º piso)

Caxias – Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e questões da Organização, com a presença da camarada **Clarinda Nogueira:** quinta-feira, 17, às 21h, no Centro de Trabalho de Algés.

VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes de VF Xira: sábado, 12, às 15h, no Centro de Trabalho de Vila Franca.

Plenário de militantes de S. João dos Montes: domingo, 13, às 15h30, no Centro de Trabalho de A-dos-Loucos.

VILA NOVA DE GAIA

Reunião da Organização aberta aos candidatos independentes da CDU, sobre a actual situação política – resultados das Autárquicas e a próxima batalha eleitoral, com as eleições antecipadas para a AR: sábado, 12, às 15h30, no Centro de Trabalho de VN Gaia.



Alcochete

Plenário concelhio de activistas da CDU
Na Junta de Freguesia – sábado, 12, às 15h

Moita

Jantar-convívio da CDU
no Beira-Mar Futebol Clube Gaiense – sábado, 12, às 20h
com a presença de **Jorge Pires**

ATVer

Em *Um Dia de Raiva*
Michael Douglas
e um pacato cidadão
que se «passa
dos carros»

Um Dia de Raiva

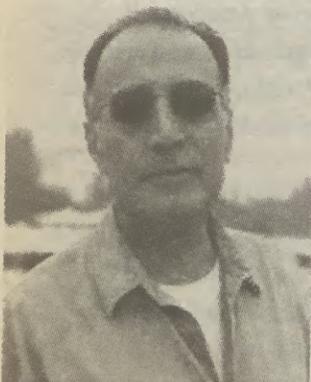
(Quinta-feira, 10.01.02, TVI)

Um norte-americano muito classe média (Michael Douglas) fica engarrafado no trânsito e decide abandonar o carro na auto-estrada e voltar a casa a pé. Para o fazer tem de se internar nos subúrbios da grande cidade, onde lhe acontece de tudo um pouco: é assaltado, insultado e humilhado. Até que se «passa dos carros» e entra numa onda de violência demencial a que um polícia compreensivo (Robert Duvall) procura pôr termo antes que seja demasiado tarde, que é como quem diz, antes que o alucinado cidadão cometa algo de seriamente irreparável. Eis, em resumo, o que acontece nesta interessante comédia dramática de Joel Schumacher que coloca, ao mesmo tempo, questões interessantes, como a insegurança urbana que cresce nas grandes metrópoles com a injustiça social em pano de fundo...

Atirar a Matar

(Quinta-feira, 10.01.02, SIC)

Uma perigoso ladrão e assassino consegue escapar a uma movimentada perseguição de um agente do FBI (Sidney Poitier), infiltrando-se numa expedição de caça pelas montanhas conduzida por uma guia profissional (Kirstie Alley). O namorado desta (Tom Berenger) conduz o agente do FBI na perseguição pelas montanhas - o que constitui o melhor aproveitamento visual do



Abbas Kiarostami, realizador de *O Sabor da Cereja*, é o mais conhecido e premiado cineasta iraniano



Susan Sarandon e Tommy Lee Jones em *O Cliente*

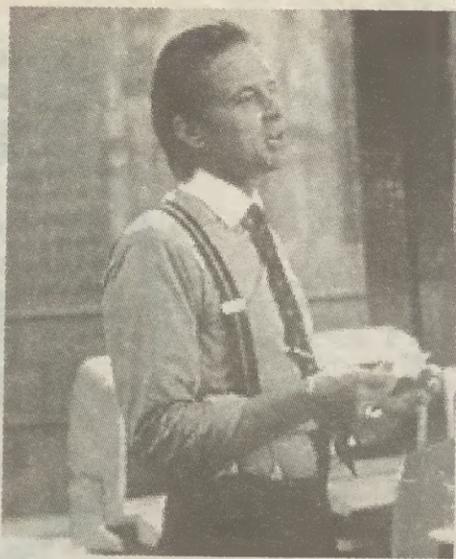
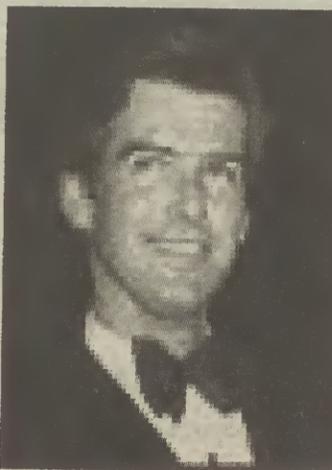
filme -, até ao duelo final, já em território canadiano. Pelo meio fica um insólito policial a desenrolar-se entre montanhas e neve, a que não falta algum suspense e, sobretudo, belas paisagens.

O Sabor da Cereja

(Quinta-feira, 10.01.02, RTP-2)

Abbas Kiarostami, realizador de *O Sabor da Cereja*, é o mais conhecido e premiado cineasta iraniano, que ganhou precisamente uma Palma de Ouro em Cannes com este filme que nos coloca uma interessante reflexão sobre a morte e a vida através da viagem de um homem de meia idade, que percorre os arredores quase desertos de Teerão dando boleia às mais diversas pessoas a quem propõe que o enterrem após ele cometer suicídio. Um filme de grande delicadeza e sensibilidade.

Em *O Cume de Dante* Pierce Brosnan não é o agente 007, mas enfrenta um vulcão!



O Vento Levar-nos-á

(Sexta-feira, 11.01.02, RTP-2)

Mais um filme do iraniano Abbas Kiarostami, este premiado no Festival de Veneza, que narra a deslocação de quatro homens de Teerão a uma aldeia do Curdistão para filmarem um ritual de luto de uma senhora de 100 anos que, afinal, não morre no tempo previsto e os leva a partir sem os registos que pretendiam. Pelo meio, uma fascinante viagem pelos mundos contrastantes dos cidadãos e aldeões iranianos feita por paisagens muito belas.

O Cliente

(Sábado, 12.01.02, TVI)

Mais um filme de Joel Schumacher, aqui apresentando-nos um *thriller* que deu óscares aos dois intérpretes (Susan Sarandon e Tommy Lee Jones) e nos lança na trepidante aventura de uma criança de 11 anos (Brad Pitt), magnífico que, ao presenciar um assassinio perpetrado pela Máfia, se torna um peão a ser manipulado num jogo mortal: um ambicioso delegado do Ministério Público (Tommy Lee Jones) procura forçá-lo a revelar o que sabe, a Máfia tenta assassiná-lo e só uma corajosa advogada (Susan Sarandon) o procurar defender e proteger. Um *thriller* bem esgalhado, bem dirigido e, sobretudo, muito bem interpretado pelo trio de actores que encabeçam o elenco.

O Cume de Dante

(Domingo, 13.01.02, SIC)

Recuperando em 1997 o género de «cinema-catástrofe», Roger Donaldson coloca Pierce Brosnan (o actual James Bond) a enfrentar uma erupção vulcânica no sítio mais inesperado e indesejado: nem mais nem menos que junto a Washington! É claro que os efeitos especiais são a coqueluche do filme, que também conta com Linda Hamilton para o indispensável toque romântico.

Culpa Formada

(Quarta-feira, 16.01.02, TVI)

Culpa Formada é um *thriller* romântico realizado pelo experiente Sidney Lumet e, não sendo das obras maiores do autor, não deixa de prender a atenção. Trata-se de uma filme de tribunal, onde um carismático *playboy* (Don Johnson) é acusado de assassinar a própria esposa para herdar a sua fortuna, sendo defendido por uma advogada (Rebecca de Mornay) a quem ele seduziu com o seu poder e sofisticação. Ainda, quanto mais a advogada se aproxima do seu cliente mais este a manipula, o que só agrava as suspeitas que esta mantém sobre a eventual culpa do seu cliente. E tudo se encaminha para um desfecho inesperado...

Quinta, 10

VRTP 1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Vidas de Sal
15.50 A Senhora das Águas
16.55 Emoções Fortes
18.10 Pedra sobre Pedra
19.30 Quebra Cabeças
20.00 Telejornal
21.15 Lá em Casa Tudo Bem
21.50 Um Estranho Lá em Casa
22.50 Grande Informação
23.30 «Rituais que Matam» (Longa-metragem)
01.30 24 Horas
01.45 Serviço de Urgência

VRTP 2

12.00 Espaço Infantil
13.00 Serviço Público
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
20.00 Bem... Você Percebe?
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Roswell
24.00 «O Sabor da Cereja» (de Abbas Kiarostami, Irão/1997. Ver Destaque)

VSIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 Espaço Informação

Sexta, 11

VRTP 1

07.00 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Vidas de Sal
15.50 A Senhora das Águas
16.55 Emoções Fortes
18.10 Pedra sobre Pedra
19.30 Quebra Cabeças
20.00 Telejornal
21.15 Lá em Casa Tudo Bem
21.50 Um Estranho Lá em Casa
22.50 O Crime
23.50 «Corrupção em Phoenix» (Longa-metragem)
01.20 24 Horas
01.35 Imagens
02.20 «Estás Morto» (Longa-metragem. Policial)

VRTP 2

12.00 Espaço Infantil
13.00 Serviço Público
14.00 Euronews
16.00 Andebol
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
20.00 Bem... Você Percebe?
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Os Hughleys
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 História da Música Popular (5)
24.00 «O Vento Levar-nos-á» (de Abbas Kiarostami, Irão-Fr/1999. Ver Destaque)

VSIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Os Malucos do Riso

Sábado, 12

VRTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 «Loucuras de uma Recruta» (de Howard Zieff, EUA/1980, com Goldie Hawn. Comédia)
17.30 «A Guerra dos Skateboards» (de Graeme Clifford, EUA/1988, com Christian Slater. Acção)
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Porto-Sporting
23.00 Sábado à Noite
00.30 24 Horas
00.45 «Asilo» (de James Seale, EUA/1996. «Thriller»)

VRTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Verdaderamente Insólito
20.30 Por Outro Lado
21.30 Jornal 2
22.30 O Lugar da História
23.30 Britcom
00.30 Artes de Palco «Putting It Together»
03.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

VSIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Mundo VIP
14.30 Walter, o Ranger do Texas
16.00 «Babe, o Segredo da Floresta Perdida» (de B.W.L. Norton, EUA/1985. Aventuras)
18.00 «Viagem Clandestina» (de Jonathan Kaplan, EUA/1985, com Meredith Salenger, John Cusack. Aventuras)
20.00 Jornal da Noite



O «Artes e Letras» desta semana (domingo, RTP2) é dedicado a Marlene Dietrich



Outro «Planeta Azul», este da BBC, em estreia domingo na SIC

00.30 «Atirar a Matar» (de Roger Spottiswoode, 1988, com Sidney Poitier, Tom Berenger, Kirstie Alley. Ver Destaque)
03.00 Noites Longas - «Endgame»

VTVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Chiquititas
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.45 «Um Dia de Raiva» (de Joel Schumacher, EUA/1993, com Michael Douglas, Robert Duvall, Barbara Hershey. Ver Destaque)
02.00 Ally McBeal

21.30 O Clone
23.30 Sexo na Cidade
00.15 Latin Lover
01.15 No Fim do Mundo
02.15 «Encontros Virtuais» (de Sybil Richards, 1998. Comédia. Erótico)
04.15 Rali Paris-Dakar

VTVI

08.30 Animação Infantil
13.00 TVI Jornal
11.30 Chiquititas
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Crianças SOS
15.15 Super Pai
16.30 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Bora Lá, Marina
22.00 Anjo Selvagem
22.30 Filha do Mar
23.30 Nunca Digas Adeus
00.30 «Invasão USA» (de Joseph Zito, EUA/1985, com Chuck Norris. Acção)
03.30 O Rei do Bairro



Sporting-Porto: sábado à noite na RTP1

21.00 Os Malucos do Riso
22.00 Fora de Série (com Carlos Cruz)
23.00 Rex, o Cão Policia
24.00 «O Expresso dos Malditos» (de Peter Hyams, EUA/1990, com Gene Hackman, Anne Archer. «Thriller»)
02.00 «Sangue e Orquídeas» (mini-série, de Jerry Thorpe) Parte I
04.00 Paris-Dakar

VTVI

09.00 Chiquititas
10.15 Survivor
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.30 «Sexo, Baratas e Rock n' Roll» (John Payson. Comédia)
17.15 Ao Selvagem
19.00 Futebol
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
23.00 «O Cliente» (de Joel Schumacher, EUA/1996, com Susan Sarandon, Tommy Lee Jones, Brad Pitt. Ver Destaque)
01.45 «Delta de Vénus» (de Zalman King, adaptação do livro de Anais Nin. EUA/1995. Erótico)
03.00 As Felicitarias

Domingo, 13

- VRTP1**
 07.00 Infantil/Juvenil
 12.30 Planeta Azul
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Made in Portugal
 15.15 «A Princesa Mononoke» (Longa-metragem. Animação)
 17.40 «Vida de Solteiro» (Longa-metragem)

Segunda, 14

- VRTP1**
 07.00 Hora Viva
 09.30 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Regiões
 14.15 Lá em Casa Tudo Bem
 15.45 A Senhora das Águas
 16.45 Pedra sobre Pedra
 18.00 Quebra Cabeças
 18.35 Riscos

Terça, 15

- VRTP1**
 07.00 Hora Viva
 09.30 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Regiões
 14.15 Lá em Casa Tudo Bem
 15.45 A Senhora das Águas
 16.45 Pedra sobre Pedra
 18.00 Quebra Cabeças
 18.35 Riscos

Quarta, 16

- VRTP1**
 07.00 Hora Viva
 09.30 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Regiões
 14.15 Lá em Casa Tudo Bem
 15.45 A Senhora das Águas
 16.45 Pedra sobre Pedra
 18.00 Quebra Cabeças
 18.35 Riscos
 19.05 Pícaro Sonhadora
 20.00 Telejornal
 21.00 Um Estranho em Casa
 22.45 Sociedade Anónima
 23.00 Andrómeda
 24.00 Crónica do Século II
 01.00 Futebol de Praia
 02.00 24 Horas
 02.15 «O Lago dos Zombies» (de Jean Rollin, Fr-Esp/1980. Terror)

- VRTP2**
 12.00 Espaço Infantil
 13.00 Serviço Público
 14.00 Euronews
 16.00 Andebol
 17.00 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Horizontes da Memória
 20.00 Bem... Você Percebe?
 20.30 3º Calhau
 a Contar do Sol
 21.00 Os Hughleys
 21.30 Jornal 2
 22.30 Acontece
 23.00 Murder in Mind
 23.30 «Histórias de Gangsters» (Longa-metragem)
 02.00 Zapping

- SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 As Duas por Três
 16.15 Malhação
 17.30 A Padroeira
 18.30 New Wave
 19.00 Filhas da Mãe



A RTP retoma na próxima semana a transmissão da série «Crónica do Século», transmitindo 2ª e 3ª-feira «O Século das Mulheres» (em Portugal, um trabalho em duas partes de Maria Augusta Seixas

- 19.45 Contra-Infamação
 20.00 Telejornal
 21.15 Domingo Desportivo
 23.00 Herman Enciclopédia
 24.00 24 Horas
 00.15 «Adens América» (de Thierry Notz, EU/1997, com Wolfgang Bodison, Corin Nemec. Ver Destaque)

- VRTP2**
 07.00 Euronews
 09.00 Programa Religioso
 10.30 Missa
 11.30 Horizontes da Memória
 12.00 Turma das Ciências
 12.30 Clube da Europa
 13.00 Horizonte
 14.00 Desporto 2
 18.00 Para Além de Babel
 19.00 Onda Curta
 19.30 Artes e Letras - «Marlene Dietrich - A Canção de uma Vida»
 21.30 Jornal 2
 22.30 Crimes Portugueses
 23.45 Sinais do Tempo
 00.45 2010

- SIC**
 06.45 SIC a Abrir
 12.00 BBC - Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 «O Espião Sai às Nove» (de Bob Piers, 1997. Aventuras. Juvenil)
 16.00 «Os Marados Apaixonados» (de Steve Zacharias, EUA/1994. Comédia)
 18.15 «O Cume de Dante» (de Roger Donaldson, EUA/1997 com Pierce Brosnan, Linda Hamilton. Ver Destaque)
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Malucos do Riso
 21.30 A Minha Família É uma Animação
 22.30 Herman SIC
 00.15 «A Mulher de Vermelho» (de Gene Wilder, EUA/1984, com Gene Wilder, Kelly LeBrock. Comédia)
 02.45 Paris-Dakar

- TVI**
 08.30 Chiquititas
 09.10 Longa-metragem
 11.00 Cerimónias Religiosas
 13.00 TVI Jornal
 13.45 Survivor Americano
 14.45 Lux
 15.45 Longa-metragem
 18.00 Longa-metragem
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Super Pai
 22.00 Nunca Digas Adens
 23.00 «Arma Mortífera II» (de Ricard Donner, EUA/1989, com Mel Gibson, Danny Glover. Acção)
 01.00 «Terror na Sombra» (de William Graham, 1985. Terror)
 03.00 Os Médicos

- 19.05 Pícaro Sonhadora
 20.00 Telejornal
 21.00 Um Estranho em Casa
 22.00 Sorte Grande
 23.00 Jogo Falado
 24.00 Bull
 01.00 Crónica do Século II
 O Século das Mulheres-1
 02.00 24 Horas
 02.15 «Terreno Sagrado» (de Charles B. Pierce, EUA/1983. «Western»)

- VRTP2**
 12.00 Espaço Infantil
 13.00 Serviço Público
 14.00 O Lugar da História
 15.00 Euronews
 17.00 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Planeta Azul
 19.30 Veterinário de Emergência
 20.00 Bem... Você Percebe?
 20.30 3º Calhau
 a Contar do Sol
 21.00 Os Hughleys
 21.30 Jornal 2
 22.30 Acontece
 23.00 A Família Green
 24.00 «Relíquia Macabra» (Longa-metragem, presumivelmente o filme de John Huston, com Humphrey Bogart)

- SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 As Duas por Três
 16.15 Malhação
 17.30 A Padroeira
 18.30 New Wave
 19.00 Filhas da Mãe
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Malucos do Riso
 21.30 Fúria de Viver
 22.30 O Clone
 23.30 Last World
 00.30 «O Bom Aluno»



«Causa Justa», na TVI

(de Brian Singer, EUA/1998, com Ian McKellen, Brads Renfro. Drama. Terror)
 03.00 Jerry Springer

- TVI**
 08.30 Animação Infantil
 13.00 TVI Jornal
 11.30 Chiquititas
 12.00 Nunca Digas Adens
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Crianças SOS
 15.15 Super Pai
 16.30 Animação Infantil
 18.00 Filha do Mar
 19.00 Anjo Selvagem
 20.00 Jornal Nacional
 21.00 Bora Lá, Marina
 22.00 Anjo Selvagem
 22.15 Filha do Mar
 23.15 Nunca Digas Adens
 24.00 Ficheiros Secretos
 02.00 «Retrato de um Psicopata» (de Mark Evans, EUA/1998. «Thriller»)
 04.00 Desafio Total

- 19.05 Pícaro Sonhadora
 20.00 Telejornal
 21.00 Um Estranho em Casa
 22.00 «Fargo» (Longa-metragem)
 23.50 Crónica do Século II
 O Século das Mulheres-2
 00.50 Futebol de Praia (VII Mundial)
 01.50 24 Horas
 02.40 «O Homem das Multidões» (Longa-metragem)

- VRTP2**
 12.00 Espaço Infantil
 13.00 Serviço Público
 14.00 2010
 15.00 Euronews
 17.00 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Onda Curta
 19.30 Turma das Ciências
 20.00 Bem... Você Percebe?
 20.30 3º Calhau
 a Contar do Sol
 21.00 Os Hughleys
 21.30 Jornal 2
 22.30 Acontece
 23.00 Poltergeist: O Legado
 24.00 «Laura» (Longa-metragem, presumivelmente o filme de Otto Preminger, de 1944)
 02.00 Duas Vozes

- SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 As Duas por Três
 16.15 Malhação
 17.30 A Padroeira
 18.30 New Wave
 19.00 Filhas da Mãe
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Malucos do Riso
 21.30 Fúria de Viver
 22.30 O Clone
 23.00 Ficheiros Clínicos
 00.30 Cem Anos de Pornografia
 01.45 Jerry Springer
 03.15 Noites Longas (Beckett)

- TVI**
 08.30 Animação Infantil
 13.00 TVI Jornal
 11.30 Chiquititas
 12.00 Nunca Digas Adens
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Crianças SOS
 15.15 Super Pai
 16.30 Animação Infantil
 18.00 Filha do Mar
 19.00 Anjo Selvagem
 20.00 Jornal Nacional
 21.15 Anjo Selvagem
 21.45 Filha do Mar
 22.45 Nunca Digas Adens
 23.45 Filme
 02.30 A Juíza
 03.30 O Rei do Bairro
 04.25 As Feiticeiras

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

Correia da Fonseca

Uma tragédia americana

Não sei se Mário Crespo, que há tempos regressou dos Estados Unidos de candeias às avessas com a RTP, mas não com o Tio Sam, entretanto frequentou algum clandestino curso de anti-americanismo primário. Para falar com franqueza, julgo que não. Contudo, o caso é que no notável «60 minutos» que apresenta no SIC-Notícias, importando-o directamente dos States, surgem com relativa frequência reportagens que põem seriamente em questão a exemplaridade dos nossos bem-amados patrões de Além-Atlântico. E quando falo de exemplaridade posta em questão estou a usar uma fórmula extremamente adocicada. Como é prudente nestes ingratos tempos em que por um nadinha de lucidez e coerência, por qualquer leve

circunstância de virem de origem obviamente insuspeita.

O testemunho suficiente

Como muitos ainda recordam e outros saberão por ouvirem falar, em 1953 foram executados nos Estados Unidos os dois únicos condenados a morte por espionagem em toda a história norte-americana: Julius e Ethel Rosenberg, comunistas e de etnia judaica mas não judeus ricos. Ambos protestaram sempre a sua inocência e a seu favor desencadeou-se uma campanha internacional de opinião que não teve qualquer efeito. Eram acusados desde 51 de terem, alguns anos antes, entregue à URSS planos que teriam permitido a construção da primeira bomba atómica soviética. Debalde grandes e respeitados especialistas garantiram que uma bomba atómica não se construía assim, a partir de meia dúzia de papéis: o que o poder norte-americano queria a todo o custo era responsabilizar dois comunistas e assassiná-los «legalmente», assim aplacando uma opinião pública desvastada pelo terror cobarde que a assaltara ao saber que «os russos» também tinham «a bomba». Tanto quanto insuspeitos testemunhos da época asseguraram, nunca foi apresentada em tribunal nenhuma prova conclusiva da culpabilidade dos réus, o que naturalmente não impediu que fossem executados na cadeira eléctrica. Segundo um repórter que assistiu à execução, Julius morreu depressa e Ethel estrebuchou muito mais: este pormenor macabro foi dado no decurso da reportagem agora incluída no «60 minutos», não estou aqui a adicionar nada. O mais importante, porém, é que a condenação de ambos foi preferida a partir do testemunho acusatório, considerado decisivo, de um irmão da própria Ethel, David Greenglass, que neste mesmo «60 minutos» veio confessar que testemunhou falso, pelo menos no que respeita à irmã, tendo agido assim sob chantagem exercida por um ajudante do procurador de acusação que ameaçava envolver no processo a mulher do próprio David. Assim, para ilibar a mulher o sujeito empurrou a irmã para a morte e a justiça norte-americana não precisou de mais nada. Esta é, bem se sabe, uma tragédia já antiga. O pior é que continuam a ocorrer martírios sob o poder norte-americano, e estou a referir-me apenas ao que acontece dentro dos próprios Estados Unidos: livros recentemente editados entre nós falam disso. E há os praticados pelo mundo fora, uns muito conhecidos e denunciados, outros nem por isso. Vejo «60 minutos» e fico a implorar que não me massacrem mais com a exemplar democracia made in USA.



Ethel e Julius Rosenberg

- 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Malucos do Riso
 21.30 Fúria de Viver
 22.30 O Clone
 23.30 Last Woorld
 00.30 «Assassinos Perfeitos» (de H. Gordon Boos, EUA/1997. Acção)
 03.15 Noites Longas (Beckett)

- TVI**
 08.30 Animação Infantil
 11.30 Chiquititas
 13.00 TVI Jornal
 14.00 Crianças SOS
 15.15 Super Pai
 16.30 Animação Infantil
 18.00 Filha do Mar
 19.00 Anjo Selvagem
 20.00 Jornal Nacional
 21.30 Filha do Mar
 22.30 Nunca Digas Adens
 23.45 «Culpa Fornada» (de Sidney Lumet, EUA/1993, com Rebecca De Mornay, Don Johnson. Ver Destaque)
 01.45 Causa Justa
 03.35 O Rei do Bairro
 04.15 As Feiticeiras

A talhe de foice

• Henrique Custódio

(In)decisões

Esta semana, o Governo de António Guterres produziu uma das suas últimas decisões – determinou que os prevaricadores apanhados pelas Brigadas de Trânsito da GNR com um grau de alcoolemia superior a 0,2 gramas, mas sem ultrapassar os 0,5 gramas, não deverão pagar as coimas com que foram multados. Mas atenção: só os prevaricadores que «ainda» não pagaram estas multas é que estão abrangidos pelo perdão governamental, porque todos os que já pagaram não têm direito a reembolso. Ou seja: premeia-se o relapso e castiga-se o cumpridor.

Este episódio em fim de festa é paradigmático do que foi a prática governativa do Executivo de António Guterres, afirmando-se adequado corolário à penosa saga do controlo do álcool na condução automóvel: primeiro, lança-se uma taxa de alcoolemia sem fundamentação nem estudos adequados, desalinhada dos parceiros europeus em situação semelhante de produção e consumo de bebidas alcoólicas; depois, face aos protestos do lobby vinícola, recua-se através de um expediente parlamentar; agora, como remate, premeia-se os faltosos com o perdão das multas e castiga-se os cumpridores com a recusa da devolução das mesmas.

Este desnorte governamental, com navegação à vista e ao sabor das sondagens ou pressões, foi uma prática constante e crescente do último Governo de Guterres, com consequências mais ou menos graves na vida dos portugueses e do próprio Estado. Basta lembrar o que aconteceu com a reforma fiscal – que foi integralmente ao ar assim que o patronato regougou, apesar de António Guterres ter lançado a bravata de que ia «dar nas fuças» da direita – ou com o imposto das mais valias, igualmente anulado mal os homens do dinheiro alçaram a sobancelha. Esta política de cedências e recuos foi-se articulando com o cumprimento, sem hesitações, dos ditames do grande capital financeiro, nomeadamente em matéria de privatizações, que foram entregando à voracidade capitalista o que restava de público nos sectores estratégicos da economia, sobrando neste momento, e na prática, apenas os grandes serviços públicos nos sectores da Saúde, da Segurança Social e do Ensino, aliás também já na mira dos homens do negócio.

Aqui, os Governos de António Guterres não hesitaram ou recuaram um milímetro que fosse, afirmando-se surdos aos protestos sociais contra estas medidas e inflexíveis na sua concretização. É particularmente inquietante o que esta política de recuos e cedências está a provocar na formação dos mais jovens, nomeadamente em matéria de Ensino. Esta «paixão» de António Guterres, que começou por dar alguns sinais de esperança na reforma curricular que esboçou, acabaria por deixar o país sem rumo nesta importante matéria, cujas consequências ameaçam o próprio desenvolvimento estratégico do país. Só como exemplo, veja-se o que acabou por acontecer com os programas de Português, onde a marginalização dos autores literários a favor da produção de «comunicadores com sucesso» (a expressão é do Programa de Língua Portuguesa) abre o caminho a uma escola espoliada de um importante domínio na problematização dos valores, portanto uma via para a formação de jovens ainda mais desmotivados e perdidos, presas fáceis da manipulação e, obviamente, de todas as explorações.

Em suma, de recuo em recuo o Governo de Guterres chegou à demissão. Não apenas porque não cumpriu o que prometeu, mas sobretudo porque executou o que não prometera: uma política de direita.

Sem receber salário há quatro meses Solidariedade com trabalhadores da Lusosuber

Os trabalhadores da Lusosuber, empresa de transformação de cortiça, em Santa Maria da Feira, mantêm-se firmes na luta pelo pagamento dos salários em atraso.

Cumprido está a ser desde o dia 28 de Dezembro o bloqueio de acesso à empresa, dia e noite, por forma a impedir o acesso de qualquer material, sem o seu controlo.

Esta foi a resposta, após quatro meses sem salários, ao incumprimento das promessas do patrão.

Após muitas desilusões e privações, não lhes restava alternativa, sabendo que no interior da empresa há «obra» feita que o patrão se prepara para vender, em segredo.

A dívida em salários ultrapassa já os seis mil contos. Sem auferirem o vencimento, os trabalhadores também não têm possibilidade de procurar trabalho (por não serem declarados como desempregados), nem de receber o subsídio de desemprego.

Depois da eurodeputada

comunista Ilda Figueiredo se ter deslocado ao local, à semelhança do que já anteriormente tinha feito uma delegação do PCP, para

expressar a sua solidariedade activa aos trabalhadores, também o deputado Vicente Merendas veio tomar uma posição a favor dos dezas-

seis homens e mulheres que laboram na Lusosuber.

Em requerimento entregue segunda-feira na Mesa do Parlamento, o deputado comunista questiona o Executivo sobre as medidas que este pensa adoptar no sentido de levar a administração da empresa a honrar os compromissos que assumiu com os trabalhadores, por forma, nomeadamente, a garantir o pagamento dos salários em atraso e a assegurar as regalias a que têm direito.

Neste momento, recorde-se, há problemas graves em



Trabalhadores corticeiros defendem postos de trabalho

várias famílias, algumas delas dependentes exclusivamente ou fundamentalmente daquele salário.

Pirites Alentejanas com nova gestão

Um enorme secretismo rodeou a transferência da titularidade das Pirites Alentejanas. A Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM), até agora responsável pela extracção, alienou a sua posição transferindo-a para a Eurozinc.

Este facto motivou já uma reacção de repúdio por parte

do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira. Foi em reunião com a EDM, segunda-feira, no decurso da qual os representantes do Sindicato expressaram a sua indignação por este não ter sido informado da transferência da administração para a Eurozinc, que passará a conduzir o futuro da empresa Pirites Alentejanas, de Aljustrel.

Carlos Formoso, dirigente sindical, em declarações à Lusa, disse esperar que «este passar de testemunho signifique que o projecto de extracção vai arrancar». Não escondeu, contudo, o profundo desagrado pela forma como ocorreu esta transferência, envolvida em completo secretismo, de tal modo que o Sindicato só dela teve conhecimento através da comunicação social e da Eurozinc.

Vamos ao Teatro

Este sábado, no Auditório Municipal Lourdes Norberto, em Linda-a-Velha, o Grupo de Teatro Intervalo vai apresentar a peça «Abóbora não são melancias», de Georges Courtline. O grupo dedica a sessão à Paz e Cooperação.

Uma iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) que exorta cada um de nós: «aparece e traz um amigo também!»

Enfermeiros de Braga marcam greve

Os enfermeiros do Hospital de São Marcos de Braga farão greve a 1 de Fevereiro se, até ao final do mês, a Administração do estabelecimento não pagar os retroactivos decorrentes das alterações de carreiras.

Estão em causa atrasos no pagamento a 165 enfermeiros, em alguns casos desde 1998.

A decisão de avançar para a greve foi tomada esta segunda-feira durante um plenário de dirigentes sindicais, convocado para debater o problema.

O diferendo deve-se ao

facto de o Hospital não ter procedido ao reposicionamento indiciário dos enfermeiros, decorrente das alterações da Carreira de Enfermagem, decididas em 1998 e 1999, alegadamente por falta de verbas.

O Sindicato salienta que há enfermeiros que, com a alteração da Carreira de Enfermagem, não foram reposicionados num escalão superior pelo que estão dois índices abaixo do que deviam, ganhando menos do que aquilo a que têm direito. Nesta situação estão os profissionais em início de carreira, a quem

é devido o reposicionamento e o respectivo pagamento das dívidas em atraso.

Os profissionais, que se reuniram à porta do estabelecimento, pedem também que as suas roupas profissionais – as tradicionais «batas» – sejam lavadas no Hospital, em vez de o terem de fazer em casa.

Consideram que está em causa uma violação das regras de higiene, saúde e segurança no trabalho, nomeadamente devido ao perigo de apanharem algum vírus contagioso ou de o passarem a familiares.

Trabalhadores da Elias e Paiva fazem marcha de protesto

Mais de três dezenas de trabalhadores da cerâmica Elias e Paiva, em Alcobça, reclamaram segunda-feira o pagamento dos salários em atraso e de indemnizações, durante uma marcha até à residência de um dos administradores.

Os operários da empresa, que fechou em meados de Dezembro, exigem o paga-

mento dos salários de Outubro, Novembro e Dezembro e as indemnizações em dívida, responsabilizando a administração da fábrica pela falência.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Cerâmica considera que em todo o processo existiu má-fé por parte da administração, que recolheu os lucros sem os investir.

A Elias e Paiva foi uma das principais empresas impulsionadoras do sector da cerâmica em Alcobça, na década de 50. Mas, sublinha o Sindicato, «não se modernizou e ficou pelo caminho».

A marcha de cinco quilómetros terminou em Valado dos Frades, no concelho da Nazaré, frente à casa de um administrador.

